SARAH FERNANDES LINO DE AZEVEDO

O adultério, a política imperial, e as relações de gênero em Roma

Versão Corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello
Co-orientador: Prof. Dr. Fábio Favarsani

São Paulo,
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Aa Azevedo , Sarah Fernandes Lino de
O adultério, a política imperial e as relações de
gênero em Roma / Sarah Fernandes Lino de Azevedo
; orientador Norberto Luiz Guarinello . - São
Paulo, 2017.
190 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. mulheres na Roma Antiga. 2. patriarcado. 3.
gênero na Antiguidade. 4. adultério. 5. Augusto . I.
Guarinello , Norberto Luiz , orient. II. Título.

Nome: AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino

Título: O adultério, a política imperial, e as relações de gênero em Roma

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*À minha mãe, Isabel
Por ter me ensinado que o amor não faz julgamento moral,
e que seu exercício diário é a forma mais radical de mudar o mundo.*

*Ao meu pai, Mauro
Pelo apoio incondicional e paciente. Pela compreensão infinita.*

*Aos meus irmãos: Samuel, Samir, Nicolas, Samara e Talita – e Ágata e Clara
Pelo companheirismo, pelos cuidados.*

Agradecimentos

A oportunidade de escrever esta tese me rendeu bons amigos. Pessoas muito queridas que conheci ao longo desses quatro anos. Agradeço a todos eles por tornarem prazerosa esta caminhada.

Agradeço a todos os amigos-companheiros do LEIR-MA/USP (Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da USP) pela interlocução e por construírem coletivamente um espaço de aprendizado, de trocas de conhecimento, conversas e risos: Aline, Bruno, Camila, Camila, Fábio, Fabrício, Gabriel, Gaya, Gilberto, Gustavo, Ivana, Joana, Juliana, Pedro, Renan, Tatiana e Ygor. Em especial, um muito obrigada ao Gustavo pelas várias caronas para Belo Horizonte, e à Camila e Uiran pela acolhida em São Paulo.

Ainda no âmbito do LEIR-MA/USP, agradeço à Aline, Diogo, Gaya, Fabrício e Thais pela oportunidade de dialogar sobre sexualidade e feminismos no nosso clube “Messalina”.

Agradecimentos imensos ao Prof. Carlos Augusto Ribeiro Machado (Guto), pela imensurável ajuda e apoio ultramarinos, no Brasil e no Reino Unido. E também à Liz, pelo carinho.

Aos amigos da University of St Andrews, Caroline, Ellen, Consuelo, Mathew, James, Ben, Anouk, Bruno e Gabriel, agradeço o inestimável companheirismo em terras frias, bonitas e distantes.

Agradeço carinhosamente a todos os amigos cruspianos que muito me acolheram, muito me ensinaram sobre costumes e comidas em meio a sotaques de todas as partes do Brasil, e Colômbia, Costa Rica, Peru e Cuba. Agradeço ao Pablo, Renato, Rafael e Ana, pela recepção ufopiana no CRUSP, pelo apoio e pelas boas conversas. À Suzana e Ginneth, pela parceria, pela rica convivência, pelas boas energias no 602. À Elvira, Bruno, Sandra, Nicole e Ygor, por

fazerem do meu apartamento um coração onde cabem todos. Ao Tomás, pela dose diária de fantasia e encantamento. Ao Daniel, Pedro, Mateus, Paul, Jane, Lucas, Márcia, Luciana, Simone, Michel, William, Vanessa, Marco, André, pela boa vizinhança, pela amizade.

Aos amigos de Santa Luzia e Mariana: Tatá, Dayse, Isinha, Fran, Zizi, Cacá, Keyth, Mariana e Juninho, agradeço o constante apoio e carinho.

Agradeço à toda minha grande família, pelo amor verdadeiro.

Ao Nescau e família, pelo amparo, pelo carinho, por me oferecem porto seguro em SP.

Aos amigos do LEIR-UFOP, por sempre me receberem de braços abertos.

Ao Raul, pelas risadas nos momentos finais da tese.

Aos Professores Gilberto da Silva Francisco (UNIFESP) e Paulo Martins (USP) pela leitura do memorial de qualificação, e pelos apontamentos e contribuições.

Sinto, neste momento da minha formação, a imensa importância de quem esteve no início de tudo. Agradeço às professoras de História, Português e Matemática da Escola Estadual Prof. Domingos Ornelas (Santa Luzia, MG), onde cursei o ensino fundamental e médio. Professoras Helena Orzil, Maria de Fátima e Iris Mendes, que me dedicaram tempo dentro e fora da sala de aula para discutir literatura e política. Me colocaram em contato com o movimento estudantil, quando tive oportunidade de entrar em uma universidade pela primeira vez. Me mostraram que a universidade pública era possível.

Agradecimentos imensuráveis ao meu co-orientador, Prof. Fábio Faversani (UFOP), pelo incentivo e carinho. Ao meu orientador, Prof. Norberto Luiz Guarinello, pelas boas conversas, e pelas perguntas que me ensinaram a pensar fora de modelos já concebidos.

Por último, agradeço à FAPESP pela bolsa concedida, a qual permitiu a existência deste trabalho.

RESUMO

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino. **O adultério, a política imperial e as relações de gênero em Roma**. 2017. 190f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese explora relações entre o adultério e a política romana em torno de questões acerca da sexualidade feminina e da violência contra a mulher. Temos como objetivo compreender o contexto próximo à ‘Lei Júlia sobre adultério’, promulgada por volta do ano 18 a.C., por Augusto, primeiro imperador de Roma (31 a.C.-14 d.C.). Esta lei, voltada para a aristocracia, fez parte da reforma política empreendida por este imperador no período de transição da República para o Império Romano. A lei determinava o exílio, em ilhas diferentes, para ambos os acusados, e fixava os limites de ação no que diz respeito às práticas punitivas de adúlteros, principalmente aquelas exercidas diretamente por pais e maridos. Uma de nossas hipóteses é que antes da Lei Júlia havia uma disputa pela legitimidade de algumas práticas punitivas, que tinham como garantia parcial a realização dos conselhos domésticos organizados pelos homens ofendidos, ou seja, os homens do grupo familiar da mulher acusada de adultério. Esta garantia era parcial porque as práticas necessitavam ser validadas por esse conselho, que, por sua vez, também tinha a sua validade questionada. Em torno destas validações permeavam costumes e discursos marcados por uma noção da expurgação da mulher adúltera da sociedade. Esta noção habitava o ideário romano e é notável, por exemplo, em narrativas sobre episódios importantes da história romana relacionados ao desenvolvimento político dessa sociedade, e também em aspectos da religião. Além disso, esta noção se relacionava com o poder sobre vida e morte dos tutelados, que poderia ser exercido pelo *pater familias*. Entretanto, este poder específico sofria graves questionamentos quando exercido de forma arbitrária, de modo que o *pater familias* tinha como dever expor as causas e circunstâncias da morte perpetrada. De certo modo, o adultério feminino era tido como causa aceitável para a morte da mulher. Contudo, discutia-se quem deveria ou a quem caberia tal ação: pai, marido ou governo. Neste sentido, esta tese identifica e analisa um debate, apresentado pelas fontes literárias do final da República e início do Império, a respeito da relação ideal entre a *res publica* e as mulheres no quesito da punição. Este debate demonstra como a aristocracia masculina pensava e discutia os limites da jurisdição privada e pública sobre as mulheres. E, também, revela a natureza da reação da aristocracia contra a Lei Júlia, entendida por este setor como interferência do governante no poder doméstico e privado do *pater familias*. Além disso, esse debate nos mostra de que forma, em uma sociedade patriarcal, a castidade feminina era vinculada a uma ideia de harmonia política e social.

Palavras-chave: adultério; mulheres na Roma Antiga; *Lex Iulia de adulteriis*; patriarcado; relações de gênero em Roma.

ABSTRACT

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino. **Adultery, imperial policy and gender relations in Rome**. 2017. 190f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis explores some relationships between adultery and Roman politics related to questions about female sexuality and violence against women. The aim is to understand the context of the 'Julian Law on Adultery', enacted around 18 B.C., by Augustus, the first emperor of Rome (31 B.C.- A.D. 14). This law was aimed at the aristocracy and formed part of the political reforms undertaken by Augustus during the transition from the Republic to the Roman Empire. The law prescribed the exile, to different islands, of both defendants in cases of adultery and set limits concerning the punishments of adulterers, notably those that were administered directly by fathers and husbands. The thesis hypothesises that before the Julian Law, there were disputes over the legitimacy of certain punishments for adulterers. The existence of these punishments was partially guaranteed through domestic councils that were organized by the offended men. These were men from the family of the woman who was charged with adultery. This guarantee was partial because some forms of punishment needed to be validated by this council, which, in turn, was also threatened. It shows some customs and discourses supporting the idea of excluding the adulterous woman from the society. That idea is present on some aspects of the roman ideology, for example, in narratives of important episodes of the roman political development and also in the religion. This idea was related to the power over life and death that could be exercised by *pater familias* over daughters and sons. However, this specific power was seriously questioned when exercised in an arbitrary manner. The *pater familias* was required to disclose the causes and circumstances of the death that he was responsible for. Female adultery was regarded as an acceptable reason for the woman's death. In the meantime, it was discussed who ought to enact this punishment: father, husband or government. In this sense, the thesis identifies and analyses a debate evident in late Republican and early imperial literary sources regarding the ideal relationship between the *res publica* and women in terms of punishment. This debate demonstrates how the male aristocracy thought about and discussed the limits of private and public jurisdiction over women. It also reveals how the aristocracy reacted against the Julian Law, regarding it as interfering with the domestic and private power of the *pater familias*. In addition, this debate shows us how a patriarchal society linked female chastity to the idea of political and social harmony.

Keywords: adultery; Women in Ancient Rome; *Lex Iulia de adulteriis*; patriarchy; Gender relations in Rome.

SUMÁRIO

Introdução	12
Parte 1	
Adulterio: Crime e Castigo	24
1.1. Introdução	24
1.2. Crime – O adultério e o patriarcado	26
1.3. Castigo – <i>Lex Iulia de adulteriis</i>	48
1.3.1. Antecedentes da lei.....	48
1.3.2. Documentos e definições	65
1.3.3. Conclusão da parte 1.....	85
Parte 2	
Adulterio: Violência e Exclusão	87
2.1. Introdução	87
2.2. Adultério e violência	90
2.3. Estigmatização e exclusão	105
2.3.1. Adultério e prostituição	105
2.3.2. Estigmatização retórica e jogo político.....	118
2.3.2.1. Messalina.....	118
2.3.2.2. Augusto.....	131
2.4. Punições públicas e privadas	149
2.5. Conclusão da parte 2.....	163
Considerações finais.....	165
ANEXO: Adultério e Crime passionai: da Roma Antiga para o Brasil atual.....	168
Bibliografia	181

Introdução

São Paulo, domingo de natal de 2016, um homem é espancado até a morte em uma estação de metrô momentos depois de tentar defender uma travesti que sofria agressões por parte de dois rapazes. No dia seguinte imagens das câmeras de segurança com cenas do crime são transmitidas repetidas vezes nos canais de televisão. Causam comoção ao mostrar o homem, de meia idade, e que trabalhava há cerca de 20 anos como ambulante nesta mesma estação, sendo morto pelos dois rapazes que são rapidamente identificados. O caso ganha repercussão, reportagens sobre o ocorrido pipocam nas redes sociais e uma delas se destaca. Publicada por um famoso e popular jornal do meio digital, a reportagem tem como título: “Um dos homens que mataram ambulante foi ‘vítima de infidelidade’, diz delegado”¹. No corpo da reportagem, a frase completa proferida pelo delegado responsável pelo caso: “Tudo aconteceu porque ele foi vítima de uma infidelidade de sua esposa”. O delegado chega a essa conclusão depois de ouvir relatos de familiares dos assassinos, que afirmaram que os rapazes saíram de casa com muita raiva depois de saber da notícia de que um deles estava sendo ‘traído’ pela esposa.

A frase do delegado revela uma noção muito corrente, mas nem sempre debatida, exposta e refletida: a infidelidade feminina justifica a violência masculina. Percebe-se, por meio deste caso específico, como o adultério da mulher pode ser situado como dispositivo que gera uma cadeia de violências. Colocando em outros termos, a frase do delegado parece dizer: uma pessoa não teria sido agredida e outra morta se uma mulher não tivesse cometido adultério.

¹ GARCIA, Janaina. Um dos homens que mataram ambulante foi “vítima de infidelidade”, diz delegado. **UOL**, São Paulo, 27 Dez. 2016.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/12/27/um-dos-homens-que-mataram-ambulante-foi-vitima-de-infidelidade-diz-delegado.htm>

Acesso em: 22 Jan. 2017.

Crimes passionais, traições e infidelidades fazem parte do vocabulário e repertório jornalístico que faz tempo aposta nestas temáticas para a garantia da audiência. Nota-se, não só no discurso jornalístico, mas em vários outros, a naturalização de um duplo padrão de tratamento relacionado aos gêneros quanto ao adultério. É comum ouvir que a infidelidade conjugal do homem faz parte da “natureza masculina”, ou seja, a expectativa de que o homem vá cometer adultério é amplamente propagada e, em certa medida, socialmente aceita. Diríamos que esta aceitação, de determinada forma, configura em um ciclo diferente, marcado pela ausência de violência física, ou por uma violência de outro caráter, que toma outros caminhos. De todo modo, a expectativa difundida de que o homem vá cometer adultério vem acompanhada da expectativa de que não haverá reação violenta por parte da esposa. Espera-se reações de outras naturezas.

Em pesquisa de opinião pública sobre igualdade de gêneros no Brasil, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), nos anos de 2001 e 2010, revelam que 31% (2001) e 35% (2010) dentre as mulheres que declararam já ter tido relações fora do casamento/namoro afirmaram que o motivo principal foi “por vingança/ porque o marido/namorado tinha amantes/ para provocar ciúmes/ porque brigaram”. Ao analisar este dado específico, a antropóloga M. L. Heilborn, destaca que:

A relação extraconjugal não é motivada por sentimentos associados ao ideário feminista de liberdade, de ruptura do contrato da exclusividade sexual, enfim, de autonomia pessoal. A vingança reitera o preço a pagar pela transgressão masculina².

Por fim, a autora ressalta que este dado “acaba por reforçar a lógica do par conjugal tradicional”³. Ou seja, ao apontar o adultério masculino como a causa motivadora do adultério

² HEILBORN, Maria Luiza. Amor, conjugalidade e família: traição e violência têm vez? In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: SESC/Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 124.

³ *Ibidem*, p. 124.

delas, estas mulheres reafirmam e valorizam a fidelidade e a exclusividade sexual como dever conjugal. Dessa forma, classificam o adultério feminino como punição necessária ao homem que violou o compromisso mútuo da fidelidade.

Nota-se que este caráter punitivo se associa com a figura popular do “corno”. Ora, este personagem, que assombra a virilidade e habita o terreno dos temores masculinos, não tem correspondente feminino. Ele se relaciona com o adultério feminino como punição, pois serve como forma de estigmatizar e ridicularizar o homem. O “corno”, por ser ridículo, é objeto de riso porque se deixou enganar por uma mulher, foi exposto e ultrajado. Se não há correspondente para o feminino talvez seja porque é comum a noção de que a mulher, quando vítima do adultério masculino, não é exatamente ultrajada. Esta concepção do corno como objeto de riso apresenta contornos patriarcais, na medida em que marca uma relação de subordinação. Ora, o corno só é ridículo porque foi enganado por um agente considerado hierarquicamente abaixo dele, um ser inferior, de menos poder, mas com uma esperteza ilícita. Deste modo, temos que o adultério é lícito ao homem, e aqui entra novamente em ação o elemento do adultério masculino naturalizado.

A ideia da naturalização da promiscuidade masculina é bem difundida em muitos âmbitos e pode ser percebida inclusive em várias áreas do conhecimento científico, como demonstra a bióloga Z. Tang-Martinez em artigo para o site estadunidense de divulgação científica ‘The Conversation’⁴. Esta pesquisadora destaca que essa noção vem sendo reafirmada desde os tempos de Darwin e é baseada na proposição de que os corpos femininos e masculinos apresentam diferentes níveis de custos energéticos para produção de óvulos e espermatozoides. Deste modo, fêmeas de várias espécies apresentariam alto investimento energético na produção de apenas um óvulo, enquanto machos apresentariam baixo

⁴ TANG-MARTINEZ, Zuleyma. Data should smash the biological myth of promiscuous males and sexually coy females. **The conversation**, US, 20 jan. 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/data-should-smash-the-biological-myth-of-promiscuous-males-and-sexually-coy-females-59665>
Acesso em: 29 abr. 2017.

investimento na produção de sêmen. Esta assimetria foi largamente utilizada para explicar comportamentos sexuais, enviesando abordagens da Biologia, da Antropologia, da Sociologia, etc. Tais abordagens se caracterizam pela interpretação de que fêmeas tendem a ser mais monogâmicas e seletivas devido ao alto custo biológico, de modo que necessitam conservar energia para a cópula com um macho alfa. Em contraposição, machos tendem a ser mais promíscuos porque seu baixo e constante custo de produção de espermatozoides levariam à necessidade de cópulas com várias fêmeas para maximizar as chances de reprodução.

Esta teoria vem sendo fortemente debatida, revisada e rejeitada por setores da comunidade acadêmica atual, principalmente por pesquisas que tem mostrado que os investimentos energéticos de produção de material biológico podem variar de acordo com a abordagem e com os dados utilizados. Por exemplo, essa clássica comparação entre a produção do óvulo e do sêmen desconsidera que o macho deve produzir milhões de espermatozoides para que haja a fecundação. Pesquisas recentes também vêm mostrando que, além de existirem componentes do sêmen que exigem alto custo energético de produção, o corpo do homem administra a produção e a liberação desse material biológico de acordo com a idade e outras condições fisiológicas. Além disso, abordagens atuais da Biologia tendem a considerar mais os constrangimentos sociais e a psicologia para explicar os comportamentos sexuais entre seres humanos, de modo a minimizar as condições puramente biológicas.

De todo modo, estes constrangimentos sociais ainda são largamente considerados como atributos naturais, o que levou H. Saffioti a ressaltar que

Os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina. Se assim fora, ter-se-iam relações sexuais, ou mesmo estupros, nas ruas, nos salões de dança, nos restaurantes, nos cafés etc. Obviamente, qualquer pessoa, seja homem ou mulher, pode controlar seu desejo, postergar sua concretização, esperar o momento e o local apropriado para a busca do prazer sexual. É evidente que a esmagadora maioria de homens e de mulheres atua desta maneira, mesmo porque a sociedade é regida por numerosas normas.

Não se trata de leis como as da Física, que ocorrem inexoravelmente⁵.

Esta autora, renomada teórica feminista e pioneira dos estudos de gênero no Brasil, explorou amplamente questões sobre a violência de gênero, principalmente no que diz respeito à violência contra a mulher. As palavras dela, no trecho citado, nos conduzem à questão da culpa. Percebe-se então que a naturalização da promiscuidade masculina opera como um mecanismo que age no sentido de retirar a responsabilidade do homem, tornando-o impune. Faz parte da gama de subterfúgios que atuam na transferência da culpa do agressor para a vítima. A mesma Saffioti já sinalizou que “pelo menos para as mulheres, a civilização ocidental é a civilização da culpa. Eis porque é fácil as mulheres assumirem o papel de vítimas”⁶. Ou seja, a naturalização da promiscuidade masculina se encontra estritamente relacionada à construção e manutenção dos estereótipos de gênero que rotulam mulheres como vítimas e homens como agressores.

Este fenômeno da naturalização da promiscuidade masculina relacionado à isenção da responsabilidade é muito bem notado por S. Dixon, que, ao analisar o estupro nas leis e mitos da sociedade romana, faz uma comparação com o tempo presente e nota que “a presunção cultural de que homens não podem ser inteiramente responsáveis pelas suas próprias reações sexuais [se configuraria como] nossa versão moderna de *infirmis sexus*”⁷.

⁵ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 27.

⁶ *Ibid.*, p. 64.

⁷ DIXON, Suzanne. Rape in Roman law and myth. In: **Reading Roman Women**. London: Bristol Classical Press, Duckworth, 2001, p. 51. Todas as traduções de citações em língua estrangeira no decorrer desta tese são de minha autoria. Os trechos correspondentes na língua original seguirão nas notas de rodapé: “the cultural presumption that men cannot be held entirely responsible for their own sexual responses (our version of *infirmis sexus*)”. A expressão “*infirmis sexus*” era uma expressão muito comum entre os juristas do Direito Romano para designar as mulheres e significa leviandade ou inferioridade em relação ao sexo masculino. Ainda uma outra expressão muito comum é *imbecillitas mentis* (fraqueza de espírito). Estas expressões se relacionam com as justificativas a respeito da condição jurídica da mulher romana, que, permanecendo sob a tutela de um homem (pai, marido, parente), tinha sua autonomia restrita. É exatamente neste sentido que Cícero, em *Pro Murena*, XII, 27, utiliza a palavra *infirmis*: “Quiseram nossos ancestrais que as mulheres, em vista de sua fraqueza de caráter, permanecessem em poder de tutores”. (Tradução nossa) (*Mulieres omnes propter infirmitatem consilii maiores in tutorum potestate esse uoluerunt*).

O discurso que busca legitimar a infidelidade masculina atribuindo-a à natureza tenta retirar do homem a responsabilidade recíproca da fidelidade conjugal. Faz parte do modo como uma sociedade valida diferentes vivências no campo da sexualidade. Entretanto, a assertiva de que o adultério masculino faz parte da “natureza” do homem revela um caminho de mão dupla porque, ao mesmo tempo que busca isentar o homem do compromisso conjugal e, de certa forma, exaltar a virilidade, também o coloca como agente quase irracional – obediente aos seus instintos. Revela uma cultura viril na qual o homem não pode falhar em demonstrar tal virilidade. E, por fim, situa-o como alvo constante de desconfiança: “nenhum homem presta”.

Dessa forma, temos que nessa lógica todo homem é um potencial adúltero. E, para que se mantenha uma distinção entre as condutas morais dos cônjuges em uma relação de fundo heterossexual, para que se mantenha esta tensão e esta condição natural na qual se firma o adúltero, é preciso que a mulher demonstre comportamento inverso. Para que a afirmação “nenhum homem presta” possa ser dita, é necessário que a mulher demonstre conduta que valide a acusação ao sexo oposto.

E, não por coincidência, a mesma pesquisa de opinião citada anteriormente, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010, demonstra que o número de entrevistados que declararam já ter tido relações extraconjugais varia de 12% entre mulheres para 45% entre homens⁸. Não temos pretensões de traçar conclusões sobre a relação destes números com a naturalização do adultério masculino, contudo, inferimos que sim, a naturalização deve ser um elemento que opera na assimetria e desproporção por gênero das experiências sexuais extraconjugais nas relações heterossexuais.

Fazendo uso de generalizações, inferimos que a infidelidade masculina naturalizada causa menos danos na sociedade porque não tende a gerar uma cadeia de violências. Como já

⁸Tabela n. 38: “Experiências sexuais fora do casamento/namoro”. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: SESC/Fundação Perseu Abramo, 2013.

dito, espera-se que a parte ‘traída’, a mulher, não vá responder a ação se utilizando da violência física. Este tipo de violência cabe ao homem – ela pode ser direcionada ao corpo da mulher, ou a outros corpos, como no caso da agressão à travesti, que resultou na morte do ambulante.

Temos então que a infidelidade masculina e a feminina geram dois ciclos diferentes. No cenário hipotético que traçamos anteriormente, o homem comete adultério porque “faz parte de sua natureza”, e a mulher, para punir e estigmatizar o homem, atribuindo-lhe a insígnia do ‘corno’. No que diz respeito à punição direta dos cônjuges, nota-se, então, duas formas frequentes no Brasil, que se relacionam com a variável do gênero: as mulheres punem os cônjuges adúlteros com o próprio adultério, ou seja, “pagam na mesma moeda”; enquanto os homens punem com violência física.

A mesma pesquisa de opinião da Fundação Perseu Abramo revela que 40% dos homens que já bateram em mulheres afirmaram que o fizeram com objetivo de “controlar a fidelidade”. Do mesmo modo, 46% das mulheres entrevistadas que declararam já ter sofrido agressões do parceiro afirmaram o mesmo motivo, ou seja, que foram agredidas por razão relacionada à desconfiança e quebra do contrato de exclusividade sexual⁹.

Deste modo, vemos que a violência doméstica anda de mãos dadas com o adultério. A violência, inclusive, conecta os dois ciclos iniciados ou pela infidelidade feminina ou masculina. Se pensarmos em termos de apenas um ciclo, podemos notar um movimento quase circular que tende a ter fim na violência contra a mulher: um homem comete adultério, a mulher comete adultério em resposta à infidelidade masculina, o homem agride (ou mata) a mulher. Nesta lógica, o adultério masculino funcionaria como o dispositivo primário do ciclo que gera a violência. Neste ciclo, ambos, homem e mulher, agem, cada um a seu modo, em função da exclusividade sexual monogâmica.

⁹ Tabela n. 91: “Razões da última violência sofrida”. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: SESC/Fundação Perseu Abramo, 2013.

Esta tese tem como um dos objetivos explorar a relação entre o adultério e a violência contra as mulheres no contexto patriarcal romano do período augustano. Veremos que, na cultura romana, esta violência desencadeada pela infidelidade feminina se apresenta em uma noção de desenvolvimento e evolução política dessa sociedade.

Na primeira parte da tese discutimos questões acerca da criminalização do adultério. Veremos como a criminalização se relaciona com sistemas patriarcais onde se faz necessário um comprometimento da mulher com a geração de filhos legítimos. Para isso, traçaremos um breve esboço do conceito ‘patriarcado’ a partir da historiografia marxista e feminista de finais do século XIX e decorrer do século XX. Veremos, então, como esse termo foi cunhado e utilizado no âmbito de uma historiografia marxista, e como foi posteriormente redefinido pela historiografia feminista.

Ainda na primeira parte da tese, veremos quais são e o que nos dizem os documentos sobre leis contra o adultério em Roma. Nosso foco será a ‘Lei Júlia sobre adultério’ (*Lex Iulia de adulteriis*), promulgada por Augusto por volta de 18 a.C. Esta lei fez parte de um conjunto de três leis: *Lex Iulia de adulteriis*, *Lex Iulia de maritandis ordinibus* e *Lex Pappia Popaea*.

Hoje conhecidas como ‘Leis matrimoniais de Augusto’, essa legislação teve como objetivo uma reorganização social da aristocracia romana. Tal reorganização foi pautada por uma delimitação e incorporação de certos costumes nas leis. Deste modo, pode-se dizer que não foi uma reorganização completa, por ter reafirmado e reconhecido certos costumes já existentes. Entretanto, a validação de certos costumes pela lei incorreu na invalidação de outros costumes, de modo que certas práticas perderam sua legitimidade, provocando estranhamento e reação por parte da aristocracia. Esta reação é caracterizada por uma ideia de interferência ilegítima do governante principalmente porque ele transferiu para a esfera pública muitos dos mecanismos que pertenciam à ordem privada e doméstica, acarretando em uma reconfiguração das funções, direitos e deveres do *pater familias*. Veremos como algumas fontes literárias

retratam esta reação e também quais foram as estratégias utilizadas por Augusto em resposta a ela.

Todo o projeto político de Augusto teve como consequências várias modificações nas construções sociais que tangem as relações entre público e privado, entre feminino e masculino e família e estado. Isto significou, por exemplo, que no contexto da legitimação de uma família em supremacia, integrantes tais como mulheres e crianças, antes mais relacionados à vida privada, passaram a exercer papéis públicos. Neste sentido, B. Severy destaca que:

A legislação de Augusto para restaurar a família romana – legislação que considerava o casamento e a procriação como requisitos para a participação na vida pública e criminalizava o adultério – fez com que elementos conceitualmente restritos à esfera privada aparecessem como parte de um discurso público¹⁰.

As leis representavam um esquema de punição e recompensa com fins de estimular determinados comportamentos individuais relacionados ao casamento e à procriação. Homens e mulheres casados e com filhos eram privilegiados. Por exemplo, nos casais com no mínimo três filhos, os homens poderiam acelerar a carreira política assumindo cargos antes da idade fixada para tal, e as mulheres poderiam ser liberadas da tutela masculina.

A legislação era abrangente e regia sobre o casamento e sobre as relações extraconjugais como adultério e prostituição. Toda a legislação ia no sentido de fixar categorias sexuais (prostitutas X matronas) e fronteiras hierárquicas de fundo patriarcal. A ‘Lei Júlia sobre adultério’ apresenta um ritual processual que procurava anular a figura transitória e indesejada da adúltera, transformando-a em uma prostituta. A adúltera deveria ser expurgada de maneira definitiva ou se transformar em uma prostituta, a existência de uma matrona adúltera era uma contradição que precisava ser anulada.

¹⁰ SEVERY, Beth. **Augustus and the family at the birth of the Roman Empire**. New York and London: Routledge, 2003, p. 4. “His legislation to restore the Roman family – legislation that required marriage and childrearing for participation in public life and criminalized adultery – made matters once conceptually restricted to the private sphere part of public discourse”.

Dentre os documentos que se tem conhecimento sobre leis romanas, as leis matrimônias de Augusto representam o maior conjunto de leis especialmente focadas e voltadas para as mulheres. Não se sabe se este foi o primeiro esforço de legislar sobre o comportamento e sexualidade feminina das mulheres romanas, mas se pode afirmar que foi um esforço significativo e de grande impacto em um tempo de longa duração, na medida em que representou a base de muitos códigos de leis de vários países ocidentais, como demonstra E. Cantarella em capítulo intitulado “Homicides of Honor: The development of Italian Adultery Law over Two Millennia”¹¹.

Muitos autores modernos associam esta legislação aos empreendimentos de Augusto para reestabelecer Roma depois das Guerras civis. S. Treggiari e A. Wallace-Hadrill, por exemplo, indicam a necessidade das leis matrimoniais para manter a linha agnática na dinâmica das heranças, e consequente manutenção do patriarcado. Estes autores argumentam que Augusto, ao promulgar tais leis, intentava assegurar o provimento de homens para o exército e administração do império, dando, assim, continuidade aos privilégios da aristocracia, preservando suas dignidades e propriedades¹². Deste modo, a preocupação em manter e preservar uma linha sucessória agnática nas famílias aristocráticas se relacionava com a legitimação do principado por meio da conservação de uma aristocracia necessária ao império, e também por meio da garantia de sucessão no interior da *domus* governante, uma vez que com o principado foi estabelecido um sistema de poder mais ou menos hereditário. Desta forma, importante ressaltar que autores antigos e modernos indicam um interesse demográfico de Augusto, que teria se esforçado para ampliar a aristocracia desfalcada e desgastada pelas

¹¹ CANTARELLA, Eva. Homicides of Honor: The development of Italian Adultery Law over Two Millennia. In: KERTZER, David I; SALLER, Richard. **The Family in Italy: from Antiquity to the Present**. New Haven and London: Yale University Press, 1991, p.229-244.

¹² TREGGIARI, Susan. Social status and social legislation. In: BOWMAN, Alan K. *et alii*. **The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire, 43 B.C.-A.D. 69**. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 889; WALLACE-HADRILL, Andrew. Family and inheritance in the augustan marriage-laws. **Proceedings of the Cambridge Philological Society**, 27, 58-80, 1981.

décadas de guerras civis¹³.

Neste sentido, na segunda parte da tese veremos como a lei foi incorporada no jogo político romano ao longo do período Júlio-Cláudio. Esta incorporação se deu de várias formas, e uma delas pode ser percebida no modo como a lei se transformou em uma ferramenta útil da qual tiravam proveito imperadores e aristocratas que tinham por objetivo afastar rivais políticos da cidade de Roma.

Veremos também como podem ser exploradas algumas questões sobre as conexões entre adultério e violência. Neste sentido, discutiremos sobre como o tema da infidelidade feminina figura em episódios importantes de narrativas sobre o desenvolvimento das instituições políticas romanas. Analisaremos os episódios da transição da Monarquia para a República, e da expulsão dos decênviros, assim como narrados por Tito Lívio. Estes dois episódios são protagonizados por duas personagens femininas, Lucrecia e Virgínia. Estas duas mulheres são mortas em complexas tramas que revelam a importância da expurgação da adúltera da sociedade, e indica a reprovação dos homens quanto à interferência do governante na jurisdição doméstica do *pater familias*.

Esta interferência diz respeito à transferência da punição do adultério da esfera privada para a esfera pública, assim como determinada pela ‘Lei Júlia sobre adultério’. Esta lei estabelece uma *quaestio perpetua* – uma corte pública por júri – para julgar casos de adultério. Dessa forma, maridos e pais perdem o direito – ou costume, ou privilégio – de julgar os adúlteros em conselhos domésticos, aplicando punições diretas que iam desde o pagamento de multa até a morte.

Veremos como surgiram e como funcionavam as *quaestiones perpetuae*. Discutiremos questões acerca de sua efetividade nos julgamentos de adultério. E, em contraposição,

¹³ Para mais detalhes sobre a relação entre a legislação e o interesse demográfico, ver: STEINWASCHER, Helmut, **A procriação e o interesse da *res publica***: uma análise das leis matrimoniais de Augusto. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

discutiremos também temas que dizem respeito à continuidade dos julgamentos privados. Veremos o que as fontes literárias nos dizem sobre os conselhos domésticos e sobre as punições diretas.

Mas, antes disso e ainda na segunda parte, discutiremos sobre a estigmatização das mulheres adúlteras em vários sentidos, a partir do ponto de vista legal, passando pela indumentária e indo até a estigmatização retórica e literária. Discutiremos o adultério e a retórica no jogo político romano a partir da análise de alguns personagens da família imperial demonstrados como adúlteros nas fontes, como por exemplo Messalina, Agripina Menor e o próprio Augusto.

Desta forma, apontaremos algumas questões de gênero na diferença do tratamento do adúltero e da adúltera no campo da estigmatização, e também no campo da política. Neste sentido, veremos como a estigmatização operava no âmbito de um discurso que procurava justificar a exclusão das mulheres da política.

O recorte temporal da pesquisa apresentada nesta tese diz respeito a um contexto próximo à promulgação da ‘Lei Júlia sobre adultério’, por isso o ano de 18 a.C. será um ponto referencial. Portanto o leitor notará que hora recuaremos no tempo, para explorar questões do período republicano, e hora avançaremos para o período Júlio-Cláudio (31 a.C. – 68 d.C.). Em alguns momentos faremos alguns saltos mais amplos, alguns em digressões sobre questões atuais, como por exemplo sobre o adultério no Brasil a partir do ponto de vista legal e cultural.

Parte 1

Adulterio: crime e castigo

“Contra o adultério, como contra a morte, não há remédio que valha”
(Engels, 1891, p. 76)

“*Ubi nunc Lex Iulia? Dormis?*”¹⁴
(Juvenal, 2, 37)

1.1. Introdução:

A primeira parte desta tese discute questões acerca da criminalização do adultério em Roma, e das práticas punitivas relacionadas a essa concepção do adultério como crime. Para isso, dividimos esta parte em duas seções, uma sobre criminalização, e outra sobre punição.

Na primeira seção discorremos sobre a natureza da criminalização do adultério em contextos patriarcais. Veremos como a historiografia, principalmente a historiografia marxista e feminista, vêm conceituando o patriarcado e tratando o tema do adultério. Um dos objetivos é compreender como a criminalização do adultério se associa com o comprometimento da mulher com a procriação de filhos ditos legítimos em função de assegurar o desempenho do sistema patriarcal.

Na segunda seção discutimos as formas de organização e institucionalização da punição do adultério em Roma. Esta seção está dividida em duas partes: uma primeira sobre os antecedentes da ‘Lei Júlia sobre adultério’, e uma segunda a respeito desta lei e seu contexto político.

Na primeira parte veremos quais são e o que falam os documentos sobre leis e punição do adultério durante os períodos monárquico e republicano de Roma. Notamos, nestes documentos, a presença de um debate a respeito do que seria uma relação ideal entre a *res publica* e as mulheres. Notamos, também, que esta relação é pautada por uma reivindicação

¹⁴ “E por onde andaré a Lei Júlia? Dormindo?” (Tradução nossa)

dos homens em exercer autonomia na punição das mulheres de seu grupo familiar, principalmente filhas e esposas. Nesse sentido, traçamos percepções de parte da aristocracia que se fazem importantes para entender a natureza da reação deste grupo contra a legislação matrimonial de Augusto.

Nossa hipótese é que existiam práticas punitivas em disputa, que tinham como garantia e validade a existência dos julgamentos por conselho doméstico, presidido por um *pater familias*. Algumas destas práticas serão validadas pela ‘Lei Júlia sobre adultério’, enquanto que outras perderão sua legitimidade depois da promulgação desta lei.

Na parte seguinte, apresentamos as principais prerrogativas desta lei, e, ao mesmo tempo, discutimos o seu lugar no conjunto de reformas e ações políticas de Augusto. Especial ênfase é dada ao título de *pater patriae*, por compreendermos que ele representou um ponto importante na construção da autoridade de Augusto, principalmente no que diz respeito à busca de legitimidade para ações que relacionavam a função do *pater familias* com a função do governante no âmbito da ressignificação dos espaços públicos e privados.

Ao longo desta parte, discutiremos, também, algumas questões a respeito do uso de textos jurídicos como fonte histórica.

1.2. Crime - O adultério e o patriarcado:

Adultero, verbo latino da primeira conjugação que tem como forma infinitiva *adulterare*, figura no *Oxford Latin Dictionary* com as seguintes acepções: 1. Cometer adultério; 2. Misturar uma substância com a outra, adulterar, estragar a pureza, dar uma aparência diferente, modificar; 3. Produzir uma imitação, falsificar, interferir; 4. Corromper, degradar, perverter.

O substantivo correspondente ao verbo, *adulterium*, por sua vez, é apresentado no mesmo dicionário com duas acepções: 1. Adultério; 2. A combinação ou mistura de duas raças ou ingredientes, mistura com elementos estrangeiros, adulteração, contaminação.

Nota-se que o dicionário dá apenas a palavra “adultério” como a primeira acepção do substantivo. O mesmo ocorre com o verbo: “cometer adultério”. O dicionário pressupõe que a palavra por si já basta para enunciar o seu significado mais conhecido: adultério = relação sexual extraconjugal.

Entretanto, é preciso destacar que a concepção latina e clássica de adultério guarda especificidades que a fazem diferir substancialmente da concepção moderna. Nos dias de hoje, principalmente em países ocidentais, a tendência geral é entender o adultério como relações extraconjugais de ambas as partes, esposa ou marido.

A concepção de *adulterium* do latim clássico expressa elementos estruturais comuns às sociedades patriarcais e, neste sentido, significa a relação extramatrimonial da esposa. Dessa forma, podemos inferir que, na sociedade romana, o adultério só existia no estabelecimento de uma relação sexual entre uma mulher casada e um homem que não fosse seu marido. Ambos os sujeitos da ação, a mulher casada e o seu amante, eram denominados adúlteros.

Desse modo, temos que, o rótulo “adúltero” só existia para o homem quando ele estabelecia relações sexuais com uma mulher casada. Tal ato, entendido dentro da lógica

patriarcal, era considerado uma ofensa ao outro homem, o marido (ou pai, como veremos mais adiante). A mulher era considerada adúltera quando estabelecia relações sexuais com outro homem senão seu marido, fosse o amante casado ou não.

Essa diferença da definição de adultério atrelada ao gênero está intimamente relacionada com algumas, senão todas, as outras acepções citadas acima. A mulher, ao cometer adultério, poderia corromper a produção da prole. Poderia, por meio da relação sexual extraconjugal, falsificar, trazer um elemento falso, estrangeiro, para a casa do marido. Neste sentido, entendia-se que o adultério ameaçava e contaminava a linhagem patrilínea.

No patriarcado romano, os filhos ficavam sob a tutela do homem. Quando nascia uma criança, o pai poderia decidir se reconhecia ou não como seu filho(a). Em termos gerais, entende-se que ele tinha o direito de expor ou matar o bebê fruto de adultério, tendo convicção ou não a respeito de sua legitimidade¹⁵. Este direito era fundamentado na *patria potestas*, que autorizava o *paterfamilias*, atribuindo-lhe poder sobre a vida e a morte de seus tutelados - *potestas vitae necisque*¹⁶ (*XII Tabulae*, 4.2a)¹⁷.

Importante ressaltar que utilizamos aqui o termo ‘patriarcado’ em uma de suas definições mais recentes, cunhada a partir da ‘segunda onda’ feminista surgida na década de setenta do último século. Neste sentido, fazendo uso das palavras de G. Lerner, consideramos como ‘patriarcado’: “A manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão dessa dominação sobre as mulheres na sociedade

¹⁵ Entretanto a frequência da exposição de crianças relacionada ao adultério é obscura, uma vez que tal prática raramente é relatada. Motivos econômicos parecem ser a causa mais comum para abandono e exposição. Cf.: HARRIS, W. V. Child-exposure in the Roman Empire. *The Journal of Roman Studies*, v. 84, p. 1-22, 1994, p. 13).

¹⁶ Para este trecho específico das *Doze Tábuas*, ver: MACLACHLAN, Bonnie. **Women in Ancient Rome: a sourcebook**. London: Bloomsbury, 2013, p. 31. Para uma tradução em português de todo o texto, ver: VEIGA, Janio Celso Silva. *Lei das Doze Tábuas: Linguagem e Contexto*. 2008, 111p. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

¹⁷ Optamos por manter somente as referências de documentos no corpo do texto. As referências de bibliografia moderna, como o leitor já notou, se encontram nas notas de rodapé.

como um todo¹⁸.

Essa definição surge de um contexto de militância feminista dentro e fora da academia, e também de crise das teorias evolucionistas surgidas no século XIX. Tais teorias, protagonizadas por Bachofen (1815-1887), Engels (1820-1895) e outros autores, postulam a existência de um direito materno (matriarcado) que teria sido substituído por um direito paterno (patriarcado). Tal hipótese deu origem a um amplo debate ainda em vigência que questiona a existência do matriarcado como etapa comum e anterior à organização da forma patriarcal em várias, senão todas, as sociedades antigas ocidentais e orientais. Atreladas a este debate surgem análises elogiosas ao patriarcado antigo fundamentado em unidades familiares e agrícolas, contrapondo-o à decadência da vida urbana. É, em parte, para se contrapor a essa tendência, e para se desvencilhar do debate evolucionista, que muitas feministas começaram a utilizar a definição citada acima.

Essa definição demonstra clara continuidade com a acepção de patriarcado utilizada por autores como os supracitados, Bachofen e Engels, entretanto se vincula com a militância feminista na medida em que a referida definição se relaciona com a identificação de estruturas e elementos que devem ser combatidos¹⁹.

Cabe destacar que o termo “patriarcado” vem sido alvo de muitas críticas, gerando um extenso debate no âmbito das discussões teóricas feministas, pondo seu uso em questão. A principal crítica é de anacronismo. Muitas autoras e autores afirmam que o termo surgiu como forma de designar sociedades específicas do passado e deve ser utilizado apenas com essa

¹⁸ LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1986, p. 239. “The manifestation and institutionalization of male dominance over women and children in the family and the extension of male dominance over women in society in general”

¹⁹ Verbete “Patriarcado”, In: HIRATA, H.; LABORIE, F; Le DOARÉ H. & SENOTIER, D. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173-178.

finalidade. Esta afirmação se baseia em uma crítica muito forte ao uso indiscriminado do termo para designar as formas de dominação masculina na atualidade. Este último uso foi denominado de “uso adjetivado” do termo, que seria, então, um uso estendido do termo como categoria histórica.

O uso adjetivado vem gerando grande polêmica. Além de ser rotulado como anacrônico, o uso do termo patriarcado associado a sociedades do presente tem sido apontado como recurso insatisfatório para a escrita da História na medida em que não é apresentado de forma homogênea, ou seja, não há consenso conceitual e rigor em sua definição e aplicação²⁰.

Alguns argumentam que a palavra patriarcado designa “apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina”²¹. Em função disso, preferem outras expressões, como “Viriarcado” e “Sociedade Falocêntrica”, ou, como Bordieu, utilizam a expressão de cunho mais neutro: “dominação masculina”. Desta forma, alega-se que “dominação masculina” “seria mais correto e alcançaria um fenômeno mais geral que o patriarcado”²².

Ainda uma terceira crítica ao uso da palavra patriarcado diz respeito à assimetria das relações entre os gêneros, já implícita no termo. Desta forma, alega-se que o uso do termo encobre as nuances e especificidades das desigualdades constituídas a partir das relações entre os gêneros, que podem variar no tempo e no espaço. Neste sentido, advoga-se que a categoria “gênero”, entendida como categoria de análise histórica, dever ser preferida.

Entretanto, teóricas feministas, como por exemplo Saffioti, ressaltam que ambas categorias, patriarcado e gênero, são igualmente válidas, e que o uso de uma não exclui a outra, muito pelo contrário, são complementares. Saffioti demonstra grande preocupação com o

²⁰ MORGANTE, Mirela Marin. Mulheres, Gênero e Patriarcado: novas categorias da pesquisa histórica. **Cadernos de História**, Ano IX, n. 1, 2014, p. 286.

²¹ MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 18.

²² *Ibid.*, p. 19.

abandono do termo e destaca que: “Colocar o nome da dominação masculina – *patriarcado* – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração”²³.

Neste sentido, Saffioti destaca que o uso do termo por si só revela grande importância, uma vez que ele dá conta de expressar um conjunto de opressões geradas pela hierarquia construída por meio das relações de gênero, que se manifestam em todos os espaços da sociedade; e também porque “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”²⁴. Ou seja, o próprio uso do termo evidencia relações de desigualdade e violência, colocando-se como recurso útil para a militância feminista, seja no âmbito da escrita da História, seja em um âmbito mais geral. Neste sentido, compreendemos que o conceito patriarcado representa um ponto de contato – muitas vezes necessário – entre a produção acadêmica e o ativismo.

Os argumentos de Saffioti vão de encontro daqueles de C. Pateman, que também ressalta a pertinência do termo patriarcado, destacando que deve haver um nome para o problema, pois deixar de nomeá-lo auxilia na sua “invisibilidade”²⁵.

Entendemos que o uso do termo patriarcado apresenta grande relevância na medida em que marca um fenômeno. Deste modo, mostra-se como ferramenta metodológica, uma vez que, a partir desta concepção, do patriarcado como um fenômeno, podemos analisar de que forma os indivíduos agem e reagem em sua função.

Compreender o patriarcado como um fenômeno torna-se importante no combate dos estereótipos de gênero. Uma das críticas ao termo diz respeito à perpetuação dos estereótipos

²³ SAFFIOTI, 2004, p. 56.

²⁴ *Ibid.*, p. 58.

²⁵ PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988, p. 20.

da mulher vítima e do homem agressor. Alega-se então que o termo patriarcado dá primazia à assimetria entre homens e mulheres, encobrindo outras assimetrias que são construídas entre homens e entre mulheres, e que também se apresentam como dispositivos de violências de gênero. Além disso, o termo também encobriria as relações de igualdade e autonomia entre homens e mulheres, dificultando assim a identificação e valorização dessas relações.

Por outro lado, pensar as relações de gênero sob a ótica patriarcal pode dar visibilidade ao fenômeno. Desta forma, considera-se ser relevante entender as “relações da ordem patriarcal de gênero”, de modo a compreender as várias articulações que levam à opressão das mulheres. Concordamos que estas articulações se apresentam de várias formas e não se manifestam apenas nas relações entre homens e mulheres. Por exemplo, elas se manifestam também nas relações entre mulheres e entre homens, relações estas de fundamental importância para a construção das identidades de gênero subjetivas dos indivíduos. Ou seja, as relações de ordem patriarcal perpassam as relações sociais. É mais ou menos neste sentido que Saffioti descreve a “máquina patriarcal” como algo que funciona, em muitas situações, de maneira independente do exercício do poder pelo homem²⁶. Como exemplo, Saffioti destaca que a máquina pode, inclusive, ser acionada por mulheres. Isto fica claro, por exemplo, no modo como as mulheres, ignorando a violência de gênero nas relações dentro de sua categoria, são, muitas vezes, estimuladas a rivalizar umas com as outras, e também a vigiar e punir²⁷.

Neste sentido, a compreensão das relações de gênero de ordem patriarcal se mostra de extrema importância para, por exemplo, discutir masculinidade. Quando se fala em violência de gênero logo se pensa em uma relação entre um homem (agressor) e uma mulher (vítima). Nota-se que a expressão “violência de gênero” nunca é aplicada para designar relações

²⁶ SAFFIOTI, 2004, p. 102.

²⁷ Isto é bem explicitado na série de televisão *The handmaid's tale* (2017), baseada no livro homônimo de Margaret Atwood, publicado em 1985. Ambos se colocam como relevantes recursos pedagógicos para discutir os fundamentos do patriarcado.

abusivas e violentas entre homens. Quando uma violência dessa forma ocorre entre meninos, ela é frequentemente reconhecida como “*bullying*”, ou, por vezes, erroneamente identificada como “homofobia”.

Dessa forma, é importante ressaltar que o entendimento do patriarcado como fenômeno se mostra relevante no sentido de auxiliar a identificar as várias formas de violência de gênero acionadas pelos modos dos indivíduos se relacionarem, e, conseqüentemente, identificar se estes modos estão pautados na ordem patriarcal de gênero, reproduzindo-a.

Da mesma forma, compreendemos que o entendimento do patriarcado como um fenômeno também pode auxiliar no combate aos estereótipos de gênero do homem como agressor e da mulher como vítima, uma vez que busca a desvinculação da ação normativa praticada pelo indivíduo dele mesmo. Ou seja, quando se entende o caráter fenomenológico do patriarcado, e, principalmente, quando se historiciza este fenômeno, percebe-se que ele antecede o indivíduo moderno.

Entender o patriarcado como um fenômeno histórico, ou mesmo apenas como um fenômeno, faz parte das estratégias de empoderamento feminino, uma vez que evidencia os modos de opressão. Para mulheres, e também para os homens, é de fundamental importância conhecer a história do patriarcado, na medida em que este conhecimento vem a se transformar em fonte de poder. É neste sentido que Saffioti destaca que:

Além de *empoderar a categoria mulheres*, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do *caráter histórico do patriarcado*. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da *dominação masculina* para que se compreenda e se dimensione adequadamente o *patriarcado*²⁸.

²⁸ SAFFIOTI, 2004, p. 104.

Conhecer a história do patriarcado se relaciona com o empoderamento feminino uma vez que essa história pode fornecer elementos para desnaturalizar a opressão. E, dessa forma, pode-se afirmar que o estereótipo da mulher vítima, transmitido pelo termo, não se apresenta de forma totalmente negativa. Ora, quando a mulher se reconhece como vítima ela também reconhece a violência patriarcal. O reconhecimento da violência pode ser um primeiro passo para o empoderamento.

De todo modo, os estereótipos necessitam ser desconstruídos e o exercício da escrita da História pode, e deve, atuar nesse sentido. A desconstrução dos estereótipos de gênero coloca em evidência a dimensão social e ideológica das categorias “homem” e “mulher”. E, para isso, a aplicação do conceito de gênero se torna extremamente relevante.

Este conceito, surgido no final da década de sessenta²⁹, vem sendo largamente utilizado e tem se revelado como recurso útil e interdisciplinar, uma vez que coloca em evidência o modo como foi, e é, construído o não-lugar das mulheres nas ciências em geral.

No que diz respeito à escrita da História, o conceito vem sendo utilizado mais ou menos de acordo com a definição e teorização propostas por J. Scott., tendo quase sempre como base o texto dessa autora, intitulado: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”³⁰.

Scott define gênero como algo que estaria além da dicotomia sexo *versus* gênero, ou seja, algo além do entendimento do sexo como fundamento biológico e gênero como

²⁹ Considera-se que o conceito teria sido utilizado pela primeira vez por Robert Stoller, em 1968, no livro *Sex and Gender*. Este autor, discutindo o tratamento de transexuais, alegava a necessidade de se levar em conta a identidade de gênero exercida pelo paciente, de modo que as intervenções cirúrgicas deveriam ser realizadas com finalidade de adequar o corpo à esta identidade, levando em consideração o sentimento de “ser mulher” ou “ser homem”. Para mais informações sobre a história do uso do termo gênero, no exterior e no Brasil, ver: PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

³⁰ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

identidade. A autora descreve o gênero como algo constituído pelas relações sociais, que são baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Scott destaca que sua definição de gênero se encontra na conexão entre duas proposições:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder³¹.

Desta forma, cabe destacar aqui que utilizamos o conceito de gênero para analisar e enfatizar a dimensão social das construções das categorias *mulheres* e *homens*, assim como para evidenciar as particularidades, assimetrias e violências acionadas a partir das construções e relações de poder entre essas categorias.

Cabe destacar, também, que, apesar de utilizarmos o termo patriarcado como forma de categoria histórica, ou seja, como forma de designar uma sociedade do passado que se organizava a partir da autoridade paterna, nós não excluimos, e muito menos buscamos invalidar o uso adjetivado do termo. A definição escolhida por nós (a definição de Lerner, citada anteriormente) é uma definição ampla, que abarca ambos os sentidos.

Deste modo, adotamos tal definição com objetivo de se alinhar com a historiografia feminista que busca dar visibilidade às articulações patriarcais de determinada sociedade, com objetivo de compreender certos mecanismos de opressão. Cabe ressaltar que, a partir de uma perspectiva que priorize as relações de gênero, buscaremos apontar as opressões patriarcais que atingiram não só as mulheres, mas também os homens. Ou seja, no que diz respeito ao conceito de gênero e sua relação com o patriarcado romano, tentaremos identificar em que medida a repressão ao adultério se relacionava com expectativas e constrangimentos que procuravam

³¹ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995, p. 86.

moldar o papel de homens e mulheres no combate a esta prática.

Voltaremos agora a nossa atenção para o debate sobre a existência do matriarcado. Cabe sublinhar que, nesse hipotético mundo, assim como traçado por Bachofen, não havia o crime do adultério pois não havia monogamia. Existem várias definições de vários tipos de matriarcados, assim como de patriarcados, o que por vezes gera grande confusão. Tais termos podem ser entendidos de várias formas, mas pode se dizer que basicamente designam sociedades onde prevalece ou o direito materno ou o direito paterno sobre a descendência.

Para se ter uma ideia da confusão sobre o uso destes termos, basta apenas lembrar que, apesar dos estudos de Bachofen sobre o direito materno serem considerados como a matriz da teoria sobre o matriarcado, ele nunca utilizou as palavras ‘matriarcado’ e ‘patriarcado’. Bachofen utilizava os termos “direito materno” e “ginecocracia”, sendo o próprio título da obra “*Das Mutterrecht*” (O Direito Materno). Como indica S. Georgoudi, em capítulo sobre Bachofen presente na coleção francesa *História das Mulheres no Ocidente*, o termo ‘matriarcado’ surgiu no final do século XIX e foi cunhado a partir do termo ‘patriarcado’. Essa autora aponta que a obra de Bachofen é “muito mais nomeada do que lida”, como acontece com a *Origem das espécies*, de Darwin e o *Capital*, de Marx, fato que contribuiria para a criação de um mito a respeito do referido autor e de sua teoria³².

Georgoudi relaciona a criação do mito em torno de Bachofen com a leitura que o próprio Bachofen fez dos mitos gregos. Bachofen analisou muitas das personagens femininas da mitologia grega como símbolos de reivindicação de poder em um período de decadência do direito materno. Segundo a referida teoria, antes desta fase de decadência não havia

³² GEORGOUDI, Stella. Bachofen, o matriarcado e a antiguidade: reflexões sobre a criação de um mito. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente** (v.1). Trad. Maria H. C. Coelho, Irene M. Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 571.

subordinação das mulheres devido principalmente à ausência da monogamia. As relações sexuais se davam de forma livre entre homens e mulheres, e, desta forma, a paternidade era ignorada. Considerava-se somente a linhagem materna e as mulheres tinham grande apreço por sua função como genitoras.

A partir disso, Georgoudi conclui, em tom de crítica, que Bachofen teria cometido o mesmo erro dos gregos: ambos tentam encerrar o poder feminino em narrativas mitológicas ou relacionadas à mitologia. Nas palavras da autora:

Relegar o poder ameaçador das mulheres para um tempo original e terminado, fixar-lhe um lugar ‘pré-histórico’, associá-lo a esses regimes bárbaros – regimes ‘gineocráticos’ caracterizados pela falta de leis ou de costumes policiados – é sem dúvida uma forma de se desembaraçar dele de uma vez por todas, de o excluir irreversivelmente da história grega, e mesmo da história³³.

Dessa forma, a autora ressalta uma das críticas cruciais à obra de Bachofen e leituras subsequentes, a qual seria negar às mulheres um passado, situando o poder feminino em um período que não diz respeito à história – um período pré-histórico. Dessa forma, ressalta que Bachofen e seus seguidores contribuíram para criar o “mito do matriarcado”, algo que, apesar de ter fundado um debate fundamental, pode, ao mesmo tempo, ter um caráter perverso na escrita da história das mulheres.

Um dos fatores que atribuiu grande relevância à obra de Bachofen foi o seu uso por Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1891)³⁴. Engels reafirma o matriarcado como uma fase de desenvolvimento da civilização ocidental, mas seu objetivo é apontar os processos históricos que resultaram na família monogâmica burguesa.

³³ GEORGOUDI, 1990, p. 587.

³⁴ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975. (1a ed. 1891)

Por meio da análise das forças produtivas, Engels postula que o patriarcado teria surgido a partir do desenvolvimento de técnicas agrícolas e pastorais, que levaram a uma produção de excedentes os quais os homens passaram a controlar e comercializar. O controle do corpo feminino passa a ter importância na medida em que surge no homem a preocupação em manter a propriedade. A questão da sucessão passa a ser fundamental como forma de preservar a propriedade na unidade familiar. Entretanto, é a sucessão patrilinear que se consolida como predominante, em detrimento da sucessão matrilinear. A propriedade e o poder se passa de pai para filho, e as mulheres passam a assumir a função de gerar uma descendência legítima em termos patrilineares somente.

Nas palavras de Engels, a família monogâmica:

Baseia-se no domínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai.³⁵

Engels aponta que o surgimento da monogamia pode ser visto como um dos primeiros sinais de divisão de classes. Nesse sentido, afirma que:

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.³⁶

Engels, ao analisar as desigualdades entre os sexos no contexto monogâmico, dá visibilidade para o tema e contribui colocando questões fundamentais que serão desenvolvidas e fomentadas pela historiografia feminista do século XX.

Engels analisa o processo de submissão da mulher pelo homem pelo viés de uma ideia

³⁵ *Ibid.* p. 66.

³⁶ *Ibid.* p. 70-71.

de progresso, a qual estaria vinculada à opressão. Nas palavras do autor: “cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros”³⁷.

Tal ideia fica clara no resumo da tese de Engels, como apresentado por N. Guarinello:

Para Engels, a história da família, vista em seus traços mais gerais e na longuíssima duração, acompanha e corresponde ao desenvolvimento progressivo das forças produtivas, do domínio do homem sobre a natureza e ao desenvolvimento da divisão do trabalho, da propriedade privada e dos antagonismos de classe. A história da família seria, assim, uma história da progressiva restrição da liberdade sexual do homem e da mulher, correspondente necessário do desenvolvimento da riqueza e das necessidades crescentes de controlar os meios de produção, os processos de acumulação e a exploração de outros homens. Passar-se-ia, assim, dos casamentos absolutamente livres, poligâmicos da genes matriarcal, exogâmica, dos primeiros caçadores comunistas, para os quais a mulher tinha um papel essencial, passando pela genes patriarcal, vinculada à pecuária, ao desenvolvimento dos meios de produção, com o aparecimento do ferro, e da propriedade privada, até chegar à família monogâmica, que corresponde, de modo pleno, ao surgimento de classes antagônicas, de explorados e exploradores, e ao aparecimento do Estado. E essa família seria um pressuposto necessário ao aparecimento do trabalhador assalariado capitalista, livre de vínculos, sem proteção. Por isso, a história da família é uma história de progresso, mas também de degradação, porque assiste à submissão do homem pelo homem e da mulher pelo homem³⁸.

Para Engels, então, a instituição da monogamia representou o início de uma etapa do progresso humano rumo à formação da família burguesa. O autor aponta que a monogamia se revestiu de várias formas ao longo do tempo, e que nesse processo é possível perceber certos fenômenos constantes que se configuraram como características típicas da monogamia. Dois

³⁷ *Ibid.*, p. 71.

³⁸ GUARINELLO, Norberto L. Revalorização d’*A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Humanitas/Xamã, 1996, p. 93.

desses fenômenos se fazem importantes aqui: 1. o fato de a monogamia ser estabelecida somente para as mulheres; 2. o adultério.

Engels classifica esses dois fenômenos como duas contradições subjacentes à monogamia. Sobre o primeiro fenômeno, Engels o define de forma indireta ao utilizar-se do termo ‘heterismo’. Trata-se de um termo para designar relações extraconjugais de homens com mulheres não casadas. Ao analisar esse fenômeno, Engels indica que “o heterismo mantém a antiga liberdade sexual” somente para os homens, de forma que a monogamia foi instituída unicamente para as mulheres. A prostituição feminina e a manutenção de escravas e concubinas, nesse sentido, se configuram como elementos que asseguram o funcionamento do heterismo. Sobre o segundo fenômeno, o adultério, Engels o define como uma consequência do heterismo:

Junto do marido, que amenizava a existência com o heterismo, acha-se a esposa abandonada. E não pode haver um termo de uma contradição sem que lhe corresponda o outro, como não se pode ter nas mãos uma maçã inteira, depois de se ter comido sua metade. Esta, no entanto, parece ter sido a opinião dos homens, até que as mulheres lhes puseram outra coisa na cabeça. Com a monogamia, apareceram duas figuras sociais constantes e características: o inevitável amante da mulher casada e o marido corneado. Os homens haviam conseguido vencer as mulheres, mas as vencidas se encarregaram, generosamente, de coroar os vencedores. O adultério, proibido e punido rigorosamente, mas irreprimível, chegou a ser uma instituição social inevitável, junto à monogamia e ao heterismo. No melhor dos casos, a certeza da paternidade baseava-se agora, como antes, no convencimento moral, e para resolver a contradição insolúvel o Código de Napoleão dispôs em seu artigo 312: ‘L’enfant conçu pendant le mariage a pour père le mari’ (“o filho concebido durante o matrimônio tem por pai o marido”). É este o resultado final de três mil anos de monogamia³⁹.

³⁹ ENGELS, 1891, p. 72-73.

Interessante notar que Engels coloca o adultério como um fator correspondente ao heterismo, como dois lados de uma mesma moeda. Dessa forma, procura ressaltar o adultério como uma contradição inerente à monogamia de cunho patriarcal. Ou seja, se a monogamia no patriarcado se relaciona à garantia da paternidade, ela esbarra na impossibilidade de assegurar seu próprio fim, uma vez que para isso é necessário o comprometimento da mulher. Para Engels, o comprometimento da mulher é abalado pelo heterismo e, portanto, o adultério aparece como “vingança” ou “resistência” feminina.

Para Engels, o adultério é, também, fruto de casamentos por conveniência e representa o amor sexual individual. Esse amor, segundo o autor, se oporia ao *eros* dos antigos porque supõe a reciprocidade, colocando homem e mulher no mesmo patamar. Tal reciprocidade não é encontrada na antiguidade e no período medieval exceto pelo adultério, devido sobretudo à natureza dos casamentos, os quais se davam por conveniência, combinados pela família dos noivos. Para corroborar sua hipótese, Engels ressalta que o *eros* antigo não levava em consideração o sentimento da mulher e que, na idade média, o amor exaltado pelos trovadores não era o amor conjugal, mas era sobretudo o amor ilícito configurado em adultério⁴⁰. Engels também identifica o amor sexual individual no proletariado, uma vez que não reconhece a monogamia clássica para esse grupo⁴¹.

Voltando à citação acima, nota-se que Engels levanta dois pontos importantes: 1. a criminalização do adultério para assegurar o comprometimento feminino, 2. a paternidade pelo

⁴⁰ *Ibid.* p. 84.

⁴¹ *Ibid.* p. 77-78: “Nas relações com a mulher, o amor sexual só pode ser, de fato, uma regra entre as classes oprimidas, quer dizer, em nossos dias, o proletariado, estejam ou não estejam autorizadas oficialmente essas relações. Mas, desaparecem também, nesses casos, todos os fundamentos da monogamia clássica. Faltam aqui, por completo, os bens de fortuna, para cuja conservação e transmissão por herança foram instituídos, precisamente, a monogamia e o domínio do homem [...]. A família do proletário já não é monogâmica no sentido estrito da palavra, nem mesmo com o amor mais apaixonado e a fidelidade mais absoluta dos cônjuges, e apesar de todas as bênçãos espirituais e temporais possíveis. Por isso, o heterismo e o adultério, eternos companheiros da monogamia, desempenham aqui um papel quase nulo; a mulher reconquistou, na prática, o direito de divórcio e os esposos preferem se separar quando já não se podem entender um com o outro. Resumindo: o matrimônio proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de modo algum em seu sentido histórico”.

convencimento moral. Essas seriam as duas formas que as sociedades patriarcais encontraram para resolver a contradição inerente postulada pela monogamia e sua ineficácia em assegurar a paternidade.

A criminalização do adultério em sociedades patriarcais se relaciona com a subordinação da mulher na medida em que reforça e informa uma função específica para o corpo feminino, a qual seria a da procriação.

O controle e regulamentação das capacidades reprodutivas das mulheres não foram pontos muito explorados por Engels. Entretanto, tal assunto veio a ser estudado por historiadoras feministas, marxistas ou não, no decorrer do século XX, como por exemplo Gerda Lerner. Em *The creation of patriarchy*, Lerner argumenta que esse seria o ponto chave para entender o conceito de classe para homens e mulheres na formação do patriarcado na Mesopotâmia:

A subordinação sexual das mulheres foi institucionalizada nos mais antigos códigos de leis e era reforçada pelo poder estatal. A cooperação das mulheres no sistema era assegurada de várias maneiras: por meio da força, da dependência econômica ao homem chefe-de-família, por privilégios de classe e honras que conformavam como dependentes as mulheres de classes altas, e por meio da divisão artificialmente criada entre mulheres respeitáveis e mulheres não-respeitáveis.

Classe, para homens, era, e é, baseada no seu relacionamento com os meios de produção: aqueles que possuem os meios de produção podem dominar aqueles que não os possuem. Para mulheres, classe é mediada através de seus laços sexuais com um homem, aquele que então fornece a elas acesso a recursos materiais. A divisão de mulheres entre “respeitáveis” (isto é, vinculadas a um homem) e “não respeitáveis” (isto é, não vinculadas a um homem ou livre em relação a todos os homens) é institucionalizada em leis relacionadas ao uso do véu

por mulheres⁴².

Para a autora, a diferença entre as definições de classe para homens e para mulheres é algo essencial para compreender o processo de formação e consolidação das sociedades patriarcais na Mesopotâmia. Lerner argumenta que o conceito de classe para mulheres se deu por meio da vinculação do *status* econômico e sexual. Tal vinculação resultou na divisão das mulheres em duas classes distintas: das mulheres respeitáveis e das mulheres não respeitáveis⁴³.

Lerner argumenta, também, que a apropriação das capacidades reprodutivas das mulheres pelos homens se deu antes mesmo da consolidação da propriedade privada. Estados arcaicos eram já organizados de forma patriarcal e demonstravam interesse em manter as famílias nesse modelo. Tal interesse se concretizou na crescente institucionalização do controle da sexualidade feminina, como é possível perceber nos códigos de leis mesopotâmicos analisados pela autora⁴⁴.

Não pretendemos aqui aprofundar ou problematizar as análises marxistas/feministas e muito menos fazer estudos comparativos entre Roma e outras sociedades antigas como as da região da mesopotâmia. Entretanto, consideramos válido apontar tópicos que demonstrem o modo como a historiografia recente vem tratando o adultério e a criminalização do adultério

⁴² LERNER, 1986, p. 9. "Women's sexual subordination was institutionalized in the earliest law codes and enforced by the full power of the state. Women's cooperation in the system was secured by various means: force, economic dependency on the male head of the family, class privileges bestowed upon conforming and dependent women of the upper classes, and the artificially created division of women into respectable and not-respectable women./ Class for men was and is based on their relationship to the means of production: those who owned the means of production could dominate those who did not. For women, class is mediated through their sexual ties to a man, who then gives them access to material resources. The division of women into "respectable" (that is, attached to one man) and "not-respectable" (that is, not attached to one man or free of all men) is institutionalized in laws pertaining to the veiling of women."

⁴³ *Ibid.*, p. 121-122.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 9.

em contextos patriarcais, principalmente no que tange aos estudos de sociedades antigas.

Ao traçar esse esboço da trajetória do termo “patriarcado” relacionado ao tema da criminalização do adultério como retratado na historiografia desde o século XIX, temos como objetivo, também, identificar traços gerais que definam o patriarcado e nos ajudem a compreender a institucionalização da criminalização do adultério em Roma. Neste sentido, a obra de Lerner se faz importante aqui, uma vez que a autora, ao fazer o esforço de descrever o processo do surgimento do patriarcado em termos historiográficos e históricos, se preocupa em fornecer modelos sucintos a partir de suas análises, de modo a auxiliar na identificação de processos de institucionalização da subordinação feminina em outras sociedades patriarcais. Ao descrever os fundamentos de sociedades mesopotâmicas que demonstraram as primeiras características patriarcais, a autora faz apontamentos sobre a historiografia, tratando de forma concomitante o surgimento e desenvolvimento do termo e das sociedades patriarcais. Dessa forma, Lerner aponta que:

Sociedade patriarcal é caracterizada pela descendência patrilineal, leis sobre propriedade garantindo os direitos dos filhos à herança, dominação masculina no que diz respeito à propriedade e às relações sexuais, e às burocracias militares, políticas e religiosas. Estas instituições eram suportadas pela família patriarcal, que por sua vez constantemente a recriava⁴⁵.

No trecho acima, a autora trata do processo de institucionalização do domínio masculino. Por meio da análise de códigos de leis mesopotâmicas, Lerner conclui que, nesta região, a institucionalização se deu por uma expansão do domínio patriarcal partindo da esfera privada para a esfera pública. Essa expansão se caracterizou pela incorporação dos costumes

⁴⁵ *Ibid.*, p. 106. “Patriarchal society featured patrilineal descent, property laws guaranteeing the inheritance rights of sons, male dominance in property and sexual relations, military, political, and religious bureaucracies. These institutions were supported by patriarchal family and in turn constantly recreated it.”

nas leis, reprodução dos modelos domésticos na política e reconhecimento do poder do ‘patriarca’. Neste sentido, a autora destaca que o estado arcaico sempre demonstrou uma relação de apreço e dependência à família patriarcal, vinculando o bom funcionamento da ordem e espaço domésticos com o bom funcionamento da ordem e espaço públicos.⁴⁶ Como já apontamos acima, consideramos que, embora o foco de Lerner seja as sociedades mesopotâmicas, seu estudo pode nos auxiliar na compreensão de algumas questões a respeito da criminalização do adultério na sociedade romana.

Em Roma, a ‘Lei Júlia sobre adultério’ representa claramente uma maior institucionalização da punição do adultério, entretanto não significa um ponto ápice de um processo de subordinação total das mulheres. Tampouco significa o reconhecimento absoluto e aumento da autoridade do *paterfamilias*, uma vez que, como veremos na próxima parte deste capítulo, a lei romana regulamenta e limita o poder de ação do pai ou marido com relação à punição dos adúlteros. Entretanto, mesmo assim consideramos relevante analisar a institucionalização da punição do adultério em Roma pelo viés da expansão da lógica patriarcal doméstica.

Deste modo, pensamos que o modelo de análise apontado por Lerner nos auxilia no sentido de buscar e identificar os mecanismos pelo qual se deu o processo da referida expansão.

Entende-se que a ‘Lei Júlia sobre adultério’ representa a transferência da punição do adultério da jurisdição doméstica, regida sobretudo pelos costumes, para a jurisdição pública, regida por leis e amparada por uma burocracia jurídica, digamos, ‘estatal’. Tal transferência não parece ter sido completa e efetiva, entretanto demonstra o grau de importância atribuído à castidade feminina, ou seja, à *pudicitia*, por ser alvo de regulamentação no âmbito do direito

⁴⁶ *Ibid.*, p. 121.

criminal.

Como ressalta R. Langlands, a *pudicitia* (e seu oposto, a *impudicitia*) é um conceito ético que se coloca como um conceito chave para o entendimento da moral romana⁴⁷. Um dos motivos disso é que a *pudicitia* não estava relacionada exclusivamente ao comportamento feminino, mas também ao masculino, principalmente porque se considerava que ambos deveriam zelar pela castidade da mulher. A *pudicitia* é considerada como um conceito específico da sociedade e cultura romana, sem precedentes ou relativo gregos⁴⁸.

A *pudicitia* era, também, uma divindade personificada em deusa, de culto popular em Roma e relacionada à proteção das crianças, jovens e mulheres casadas e livres (*pueri, iuvenes, matronae*)⁴⁹. Essa relação de proteção evidencia o caráter vulnerável desses grupos e, ao mesmo tempo, os situa como grupos intocáveis, no sentido de que a violação desses corpos se configurava como ofensa grave.

A *pudicitia* era uma virtude relacionada à integridade e pureza (*sincerus*) desses grupos e exigia a identificação visual deles⁵⁰. Nesse sentido, nota-se que a *pudicitia* tinha como característica essencial a demonstração, ela precisava ser mostrada e vista. E, dessa forma, relacionava-se a comportamentos, costumes e maneiras que não tinham exatamente uma natureza sexual, como, por exemplo, o modo de se vestir, a forma de se gesticular, o uso do espaço e da linguagem, os quais se configuravam como meios de comunicar a virtude⁵¹. Ou seja, embora seja uma virtude pessoal relacionada ao pudor e ao recato, a *pudicitia* era algo de natureza pública principalmente no sentido de que deveria ser mostrada a todos.

Percebe-se, então, que a *pudicitia* era uma virtude que indicava integridade moral e

⁴⁷ LANGLANDS, Rebecca. **Sexual morality in Ancient Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 2.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 39-41.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 41.

⁵¹ *Ibid.*, p. 5.

física. Isto se torna evidente quando a compreendemos como um conceito subjetivo e um atributo do corpo. Representa um conceito subjetivo na medida em que a busca por esta virtude revela uma força de natureza moral que conduz a ações individuais e, um atributo do corpo, porque era este que devia ser controlado e protegido. A proteção da *pudicitia* envolve aqueles que estão próximos ao corpo que deve ser guardado. É deste modo que esperava-se que os homens, principalmente aqueles que possuíam mulheres sob sua tutela, zelassem pela *pudicitia* delas⁵².

Nota-se que a ‘Lei Júlia sobre adultério’ reforça esta expectativa. Tal reforço se dá em, principalmente, dois sentidos: 1. no sentido da definição do papel de homens e mulheres no que diz respeito à prática e punição do adultério; 2. no sentido da expansão da lógica patriarcal na medida em que a lei transfere e amplia a jurisdição do privado para o público, permitindo e estimulando o envolvimento de pessoas estranhas ao grupo familiar dos adúlteros, como por exemplo delatores e pretores.

Veremos, mais adiante, quais eram os principais preceitos da lei, e como ela procurou determinar padrões de comportamento relacionados ao gênero. Ou seja, a lei tinha como objetivo proteger a *pudicitia* e, para isso, reivindicava o comprometimento de homens e mulheres de diferentes formas, mas em torno de um mesmo objetivo.

Neste sentido, analisaremos a ‘Lei Júlia sobre adultério’ tendo em vista o modo como ela representou a expansão da lógica patriarcal e o modo como procurou definir papéis de gênero relacionados à preservação da *pudicitia*. Mas, antes, veremos quais são as referências sobre os antecedentes da referida lei, e apontaremos algumas questões importantes que nos

⁵² LANGLANDS, 2006, p. 93; JOSHEL, Sandra. “The body female and the body politic: Livy’s Lucretia and Verginia”. In: MCCLURE, Laura K. (ed.). **Sexuality and Gender in the Classical World**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002, p. 174; DIXON, Suzanne. Rape in Roman law and myth. In: **Reading Roman Women**. London: Bristol Classical Press, Duckworth, 2001, p. 50.

ajudarão a entender a natureza da reação da aristocracia frente a lei. Tais questões se relacionam não só com o modo como funcionava a punição do adultério antes da lei, mas também com o modo que parte da aristocracia pensava a relação entre a *res publica* e as mulheres.

1.3. Castigo - *Lex Iulia de adulteriis*:

1.3.1. Antecedentes da lei:

Os dez primeiros capítulos do livro cinquenta e seis da *História Romana* de Dião Cássio são dedicados a narrar um longo discurso proferido por Augusto. Nele o imperador conclama os homens da aristocracia a seguir os preceitos das leis matrimoniais, diz sobre a importância do casamento e da procriação para o surgimento e crescimento das cidades, e menciona que a ‘Lei Júlia sobre adultério’ não era uma novidade, e que os antigos conheceram leis mais rígidas (Dio, 56, 6, 4). Entretanto, quais eram as leis que antecederam a lei de Augusto? Impossível saber com exatidão.

A principal dificuldade em estudar os antecedentes da lei augustana reside no fato de que todas as referências sobre as leis anteriores são, ou contemporâneas a Augusto, ou posteriores. Não existe referência alguma advinda dos períodos monárquico e republicano de Roma, nem mesmo na parte reconstituída das *Doze Tábuas*.

As referências contemporâneas a Augusto são: Dionísio de Halicarnasso, *Antiguidades Romanas*, 2, 25; Tito Lívio, *História de Roma*, 10, 31, 9; 25, 2, 9 e Propércio, 2, 7. As referências posteriores, além da menção de Dião Cássio supracitada, podem ser encontradas em Tácito, *Anais*, 2, 50; Plutarco, *Romulus*, 22, 3; e na *Collatio legum Mosaicarum et Romanarum*, 4, 2, 2. Veremos, abaixo, mais detalhes sobre cada uma delas.

Dionísio menciona que Rômulo considerava o casamento uma união definitiva e indissolúvel e por isso determinou que o marido não poderia repudiar sua esposa em caso de adultério, entretanto criou uma lei que permitia ao marido matar a esposa, caso ela fosse pega em adultério, ou bebendo vinho. Segundo Dionísio, Rômulo considerava que estas eram as ofensas mais graves das mulheres. A relação entre o ato de beber vinho e o adultério é

estabelecida com a justificativa de que um poderia incitar o outro, gerando uma “loucura temerária” (D.H. 2, 25).

Tito Lívio, em sua extensa obra sobre a fundação da cidade de Roma até os dias de Augusto, relata dois episódios isolados sobre punições de adultério determinadas por magistrados. No livro dez, o historiador narra que no ano de 295 a.C., um tal de Quinto Fábio Gurges, filho de um cônsul, condenou algumas matronas acusadas de adultério a pagar uma multa cujo montante foi utilizado para construir um templo a Vênus. No livro vinte e cinco, Tito Lívio menciona que no ano de 213 a.C., outras matronas foram acusadas por ediles plebeus em público, e foram exiladas (Liv. 10, 31, 9; 25, 2, 9).

A última referência contemporânea a Augusto está em Propércio, 2, 7. Este poeta elegíaco menciona uma lei que teria sido promulgada e brevemente revogada por volta de 28 a.C. Esta alusão gerou um extenso debate em torno da possibilidade de Augusto ter promulgado uma lei anterior à ‘Lei Júlia sobre adultério’. A hipótese central deste debate é que Augusto teria revogado a lei pouco tempo depois de sua promulgação devido a uma forte reação da aristocracia.

P. Martins, ao apresentar os pressupostos e documentos que fundamentam este debate, sugere que a menção pode estar relacionada a um rumor a respeito da lei⁵³. O autor demonstra como o rumor, na cultura romana, pode ser entendido como um fenômeno social “veiculado tecnicamente por gêneros diversos”, uma vez que é “parte essencial na construção do verossímil representado nas letras romanas”⁵⁴.

O autor explicita os pormenores do debate apresentando cada uma das hipóteses, elaboradas por vários autores, que atribuem veracidade à menção, e, assim, demonstra que muitos dos documentos que estes autores utilizam como suporte não sustentam suas hipóteses

⁵³ MARTINS, Paulo. Rumor, Lei e Elegia: Considerações sobre Propércio, 2.7. *Archai*, n. 15, p. 43-58, 2015, p. 50.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 49.

principalmente porque também evidenciam rumores. Tal fator não invalidaria as hipóteses, uma vez que, como o mesmo autor aponta, os rumores eram e podem ser apreendidos como elemento de ‘prova’. Entretanto, a incoerência reside, sobretudo, na negligência quanto às especificidades do gênero elegíaco, o qual, por ser poesia, claramente não se compromete com o registro histórico. E neste sentido, Martins ressalta que:

A observância de referências poéticas como históricas, de fato, pode gerar um duplo equívoco: tanto a análise poética se restringe, ou melhor, se apequena, limitando o universal, parafraseando Aristóteles na *Poética* (Arist., *Poet.* 1451a-1452a) àquilo que foi, assim como o evento histórico perde seu peso de realidade ao se fiar no material que está baseado numa imprecisão programática do gênero que trata daquilo que poderia ser⁵⁵.

De todo modo, o autor reconhece a elegia como documento histórico, classificando-a como gênero fronteiro que pode abarcar o rumor e a realidade. Desta forma, Martins destaca que o discurso poético está estritamente relacionado com os “discursos políticos, morais e literários da época de Augusto”⁵⁶.

Por fim, o autor afirma, depois de apontar elementos de decoro do gênero elegíaco, que o poema de Propércio representa um olhar específico, particular,

...não como o registro histórico preciso de um evento, mas como um registro de um verossímil que pode ser importante para que nós entendamos o mundo romano não como um bloco monolítico, mas como um somatório de particularidades entre as quais as *inverdades* amorosas esbarram em *verdades* do cotidiano, produzindo um gênero fronteiro⁵⁷.

Deste modo, a única inferência possível a partir da menção de Propércio é que provavelmente a lei já deveria ser pauta de discussão entre a aristocracia, pouco tempo depois da vitória de Augusto em Ácio.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 53-54.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 47.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 57.

Veremos, adiante, o que dizem as fontes posteriores à ‘Lei Júlia sobre adultério’, ou seja, fontes escritas depois do período augustano:

Nos *Anais*, obra escrita no início do segundo século d.C., Tácito relata que Apuleia Varilia, sobrinha neta de Augusto, acusada de crime de lesa-majestade (*maiestas*) e de adultério em 17 d.C., teve sua punição amenizada a pedido do imperador Tibério. Segundo o historiador, o imperador resolveu não aplicar a Lei Júlia e optou por seguir os costumes dos antigos, concedendo o direito de julgamento de Apuleia aos seus familiares, sugerindo-os a aplicar a pena do exílio – afastamento de 200 milhas de Roma (Tac. *Ann*, 2, 50).

Em sua biografia de Rômulo, Plutarco relata que o fundador de Roma criou uma severa lei que proibia a esposa de repudiar o marido em qualquer circunstância, e determinava que o marido só poderia repudiar sua esposa em três situações (ou quatro, dependendo da tradução): se a mulher simulasse parto, se utilizasse de veneno para matar uma criança⁵⁸, se utilizasse chaves falsas, ou se cometesse adultério. Nota-se que Plutarco contradiz Dionísio de Halicarnasso, que diz que Rômulo não permitia que o marido repudiasse a esposa por adultério, entretanto poderia matá-la.

Por fim, na *Collatio legum Mosaicarum et Romanarum*, o jurista Paulo inicia seu comentário a respeito da ‘Lei Júlia sobre adultério’ indicando que o texto da lei, o qual teve acesso, começa com uma enumeração das leis anteriores a esta (*Coll.* 4, 2, 2). Infelizmente, Paulo não especifica quais eram estas leis.

A partir deste pequeno mosaico de referências, podemos concluir que, provavelmente, a ‘Lei Júlia sobre adultério’ não foi a primeira lei sobre adultério promulgada em Roma. Entretanto, é a lei da qual dispomos mais evidências.

⁵⁸ Alguns tradutores interpretam como aborto.

Nada podemos inferir sobre a veracidade das leis anteriores, uma vez que algumas das menções, além de serem vagas, parecem nos dizer mais sobre a época em que foram escritas do que sobre períodos mais remotos.

Interessante notar que estas referências, principalmente aquelas contemporâneas a Augusto, se relacionam com a legislação deste imperador, na medida em que se alinham a um debate a respeito da validade da interferência do governante na jurisdição do *pater familias*.

As referências sobre as leis criadas por Rômulo, de Dionísio de Halicarnasso e Plutarco, são consideradas como mitológicas e baseadas em criações da própria época de Augusto⁵⁹. Tais menções são importantes para a compreensão de como Augusto procurou se associar à figura de Rômulo, se colocando como o re-fundador da república. Inclusive, vale ressaltar que esta era uma posição que suscitava expectativas quanto à manutenção da ordem política, por meio de regulamentações que visavam um controle do ambiente doméstico. Este controle se justificava, de certo modo, pelo entendimento de que a administração da *res publica* dependia das casas aristocráticas⁶⁰.

Pode-se dizer, então, que já era esperado que Augusto interferisse na conduta sexual e na dinâmica dos casamentos com fins de projetar uma ordem. Nota-se, inclusive, que esta ideia se encontra em Dionísio de Halicarnasso. No capítulo anterior ao sobre as leis criadas por Rômulo, o autor menciona que quem tem uma mente política deve legislar se preocupando com a ordem no ambiente doméstico (D.H. 2, 24, 2).

⁵⁹ VOLTERRA, Edoardo. Divorzio (Diritto Romano). In: **NNDI**, 6, p. 62-64, 1960, p. 62; TREGGIARI, Susan. Sexual Relations. In: **Roman Marriage: Iusti Coniuges** from the time of Cicero to the time of Ulpian. Oxford: Clarendon Press, 1991, p. 268.

⁶⁰ TREGGIARI, Susan. Social status and social legislation. In: BOWMAN, Alan K. *et alii*. **The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire, 43 B.C.-A.D. 69**. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 885.

Entretanto, é notório, em várias fontes, a reação de parte da aristocracia contra as leis de Augusto. Ora, se havia a expectativa de que Augusto fosse legislar sobre as relações e o espaço doméstico, por que a aristocracia teria reagido? Quais foram os motivos dessa reação?

Nossa hipótese é que parte da aristocracia – não toda ela –, inicialmente, não era contrária à legislação como um todo, mas, no que diz respeito ao adultério, a discordância estava centrada em um ponto específico da legislação: a redefinição do papel do *pater familias* no julgamento dos casos de adultério, principalmente no que diz respeito à punição das mulheres.

Uma das principais novidades da ‘Lei Júlia sobre adultério’ foi a criação de uma corte especial e permanente (*quaestio perpetua*) para o julgamento público, por júri, dos casos de adultério. A lei ganha repercussão sobretudo porque transfere o julgamento dos adúlteros da jurisdição do *pater familias* para uma jurisdição, digamos, pública. A partir deste momento, um *pater familias* deveria dar entrada com um processo público contra a esposa ou a filha que cometesse adultério.

As referências a leis anteriores também denotam uma noção bem difundida do adultério como crime. Isto sugere, portanto, que não era a criminalização que estava em questão. O adultério, principalmente o adultério feminino, já era visto como ato reprovável, e sua punição não era de todo questionada. Isto nos leva a deduzir que a ‘Lei Júlia sobre adultério’ não significou o apogeu de um processo de criminalização do adultério, entretanto, ela pode ter representado o apogeu da institucionalização da criminalização.

Esta institucionalização deu mais visibilidade ao adultério porque determinava a retirada do direito de punição direta dos homens sobre as mulheres, transferindo esta responsabilidade para o aparato público, situando o adultério junto a outros crimes que este aparato já atendia, como, por exemplo, corrupção e fraude eleitoral e ofensas violentas como homicídio, açoitamento, invasão de domicílio, etc.

É notório, em algumas fontes do fim da República ou sobre o período republicano, alusões a um debate sobre uma relação ideal entre a *res publica* e as mulheres, o qual gira em torno da interferência do governante na autonomia do *pater familias* em punir as mulheres sob sua tutela. Cícero, por exemplo, na obra *De Re Publica*, destaca que:

Nec vero mulieribus praefectus praeponatur, qui apud Graecos creari solet, sed sit censor, qui viros doceat moderari uxoribus.

Não é legítimo que o prefeito legisle sobre as mulheres, como os gregos costumam fazer, mas sim deveria haver um censor que ensinasse os homens a moderar suas esposas.

(Cic. *Rep.* 4, 6)⁶¹

Percebe-se que este debate se estende às menções aos julgamentos de adultério por conselho doméstico presidido por um *pater familias*. Tais menções, obviamente, se colocam como uma chave importante para compreender como funcionava a punição do adultério em períodos anteriores – e até mesmo contemporâneos e pouco posteriores – à ‘Lei Júlia sobre adultério’, e também para entender a natureza da reação contra a lei.

É comum encontrarmos na bibliografia que de alguma forma versa sobre a ‘Lei Júlia sobre adultério’ a afirmação peremptória de que antes da lei o delito do adultério era julgado apenas por conselhos domésticos organizados e presididos por um *pater familias*, e que, depois da lei, ele passa a ser tratado em cortes públicas. Entretanto, nota-se, a partir das menções de Tito Lívio a respeito de julgamentos públicos de matronas nos anos de 295 a.C. e 213 a.C., citados acima, que, talvez, crimes de adultério fossem julgados em rituais públicos durante o período republicano, mesmo que de forma esporádica (Liv. 10, 31, 9; 25, 2, 9). Do mesmo modo, os conselhos domésticos não parecem ter se extinguido totalmente depois da promulgação da Lei Júlia. Sêneca, em *De Clementia*, menciona que Augusto foi convidado a participar de um conselho organizado por um amigo (Sen. *Cl.* 1, 15). O julgamento que Sêneca se refere não era sobre adultério, mas sobre tentativa de parricídio, crime igualmente prescrito

⁶¹ Tradução nossa.

no rol de cortes públicas (por meio da *Lex Cornelia de sicariis et veneficis*). Tendo em vista que Sêneca escreveu essa obra com fim de aconselhar Nero a respeito das virtudes e modo adequado de um *princeps* proceder, podemos inferir que julgamentos por conselhos domésticos ainda estavam em voga na época deste imperador (54-68 d.C.). A menção de Sêneca sugere que os conselhos eram formados por um conjunto de *patres familias* que não necessariamente faziam parte de um mesmo grupo familiar, uma vez que ele afirma que Augusto era um convidado externo.

As referências que dizem mais sobre o funcionamento do conselho doméstico durante os períodos monárquico e republicano também são, em sua maior parte, da época de Augusto ou posteriores, e, como já dito, também parecem se alinhar com o debate sobre a intervenção do governante.

Uma delas está em Dionísio de Halicarnasso, no mesmo capítulo já citado anteriormente, que versa sobre as leis de Rômulo. Este autor relata que as faltas mais graves das mulheres eram julgadas por um conselho doméstico formado pelos parentes dela, junto ao marido. Dionísio esclarece que Rômulo criou uma lei que permitia este conselho deliberar a pena de morte para mulheres acusadas de adultério. Dionísio elogia a lei de Rômulo e ressalta que ela durou muitos séculos. Diz, ainda, que a lei permitiu que os romanos punissem o adultério – e o ato de beber vinho – com muita severidade, o que, segundo o autor, foi muito positivo porque os casamentos não eram desfeitos, sendo que o primeiro divórcio da história romana teria sido registrado cerca de cinco séculos depois da lei em questão (D.H. 2,25).

Importante lembrar que é o mesmo Dionísio que diz que um bom governante deve legislar sobre o ambiente doméstico. Entretanto, nota-se que na narrativa de Dionísio, ambos, o conselho doméstico e a lei coexistem. Ou seja, tudo indica que, para o autor, uma relação ideal entre o governo e as mulheres seria exatamente aquela proposta por Cícero: os homens

deveriam ser responsáveis pela punição das mulheres de suas famílias e a *res publica* deveria, além de estimular, garantir que eles tivessem autonomia e liberdade para isso.

Um discurso de Catão (c. 234-149 a.C.), relatado por Aulo Gélíio, também vai ao encontro dessa mesma ideia. Em sua miscelânea, chamada *Noites Áticas*, este autor transcreve trechos desse discurso de Catão que versava a respeito do dote e também do adultério (Gel. 10, 23). No discurso, Catão menciona que o marido era para a mulher como um censor. Tinha poder absoluto para julgar e punir qualquer ato considerado perverso cometido por ela, e, mais uma vez, figuram aí o ato de beber vinho, e, claro, o adultério. Aulo Gélíio destaca que o marido poderia optar por cobrar uma multa, o que é interpretado por “confiscação de dote”. O autor também ressalta que, em caso de flagrante, o marido poderia matar a esposa sem precisar recorrer ao conselho doméstico para a realização do julgamento:

<p><i>In adulterio uxorem tuam siprehendisses, sine iudicio inpune necares; illa te, si adulterares siue tu adulterarere, digito non auderet contingere, neque ius est</i></p>	<p>Se tivesses surpreendido tua esposa em adultério, sem julgamento, impunemente, a matarias; quanto a ela, se tu cometesses adultério, ou se fores tu que tiveres sido seduzido, ela não ousaria tocar-te com o dedo, nem direito há (Gel. 10,23, 5)⁶².</p>
--	---

É difícil saber em qual medida esses relatos podem ser considerados retratos fidedignos de uma realidade, uma vez que, como já ressaltado, ambas as passagens, de Dionísio de Halicarnasso e Aulo Gélíio, informam sobre o funcionamento do conselho doméstico denotando um viés do que seria uma relação ideal entre governante, ou *res publica*, e o *pater familias*, e entre este e as mulheres, principalmente esposas e filhas.

De todo modo, analisando essas duas referências por esse viés da relação ideal, podemos deduzir uma reivindicação de algo que se encontrava em ameaça ou de algo que não era fixo. Ou seja, o elogio a leis rígidas ou mesmo ao tratamento severo de homens quanto à

⁶² Tradução de José Rodrigues Seabra Filho.

punição das mulheres sob sua tutela revela que, pelo menos em finais do período republicano, pode ter havido uma mudança de costumes.

É mais ou menos nesse sentido que S. Treggiari analisa uma passagem de Júlio César a respeito dos costumes dos gauleses, na qual ele menciona que os homens da Gália tinham poder absoluto sobre a vida e morte de suas esposas (Caes. *BG*, 6, 19, 3). Esta autora infere que esta menção revela, por meio do tom da alteridade, que provavelmente o direito dos romanos sobre vida e morte de seus tutelados (chamado *ius vitae necisque*) diferia daquele dos gauleses porque não era absoluto⁶³. Deduzimos que ele era, de outro modo, regido por uma série de regulamentações éticas, morais e/ou legais que limitavam o poder de ação do *pater familias*. Vejamos, abaixo, autores e elementos que concordam com nossa proposição.

A natureza e a amplitude do exercício da *patria potestas*, principalmente no quesito do direito à vida e morte de tutelados – homens ou mulheres –, vêm sendo discutidas em pesquisas das áreas da História Social, da Antropologia e do Direito. No campo da História Social, vários autores, como por exemplo, J. Crook, R. Saller, e B. Shaw asseveram que este direito era um modo de conceituar as relações entre pais e filhos, e, não necessariamente uma ação costumeira⁶⁴. O antropólogo J. Goody concorda com esta asserção e ressalta que:

Provas comparativas apoiam esse ponto de vista, porque a ideia de que os pais (ou seus equivalentes) exercem tais poderes sobre os filhos não está restrita a Roma. Anos atrás, relatei um caso semelhante, que certamente não era único, da África ocidental. Na prática, os pais não chegavam a matar os filhos. A declaração tinha muito mais a ver com o tipo de autoridade que os pais falecidos supostamente exerciam sobre os filhos vivos, que por sua vez reforçavam a autoridade mais atenuada que existia dentro da família. Mesmo [nas sociedades] onde é relatada, nunca se tratava de executar arbitrariamente um indivíduo, mas de assumir responsabilidade pelas

⁶³ TREGGIARI, 1991, p. 275.

⁶⁴ CROOK, J. A. **Law and Life in Rome**. Ithaca: Cornell University Press, 1967; SALLER, Richard. *Patria potestas* and the stereotype of the Roman Family. **Continuity and Change**, 1, p. 7-22, 1986; SHAW, Brent D. Raising and Killing Children: Two Roman Myths. **Mnemosyne**, vol. 54, p. 31-77, 2001.

ações de seus descendentes, agnáticos ou uterinos, diante de uma sociedade maior⁶⁵.

Para este autor, a ideia do direito de vida e morte funcionava em um “plano nocional”, com exceção, talvez, do poder de deliberação do *pater familias* sobre deixar viver ou não um recém-nascido⁶⁶.

E, para exemplificar uma abordagem da área do Direito que vai ao encontro das referências acima, citamos N. Benke, quem afirma que o *ius vitae necisque* é nada menos que o símbolo máximo de dominação do *pater familias*⁶⁷. Este autor ressalta que esse direito servia apenas para confirmar a *patria potestas*, mas não autorizava um *pater familias* matar arbitrariamente um dos seus tutelados.

A própria existência do *consilium* doméstico aponta para essa restrição. A convocação de *patres familias* para a realização de julgamentos privados aparece como ética e moralmente correto. Enquanto que o contrário é gravemente reprovável, e, como demonstra J. Gaughan, o ato de um *pater familias* matar um tutelado sem antes convocar um conselho poderia implicar na punição dele por meio de processo público ou privado, ou seja, por meio de um próprio conselho doméstico. Nesse sentido, a autora aponta que a prática do conselho doméstico poderia, inclusive, proteger o *pater familias* de sanções decorrentes de uma morte não justificada⁶⁸.

Por exemplo, isto pode ter acontecido com um certo homem que matou o filho acusado de ter cometido adultério com a madrasta, assim como relatado por Marciano, no *Digesto*:

⁶⁵ GOODY, Jack. **O Oriental, o Antigo e o Primitivo**: os sistemas de casamento e a família nas sociedades pré-industriais da Eurásia. Tradução de Mary A. L. Barros. São Paulo: Edusp, 2008, p. 494. (Edição original, 1990)

⁶⁶ *Ibid.* p. 494.

⁶⁷ BENKE, Nikolaus. On the Roman father's right to kill his adulterous daughter. **The history of the family**, 17:3, p. 284-308, 2012, p. 288.

⁶⁸ GAUGHAN, Judy E. **Murder was not a crime**: homicide and power in the Roman Republic. Austin: University of Texas Press, 2010, p. 23-52.

Divus Hadrianus fertur, cum in venatione filium suum quidam necaverat, qui novercam adulterabat, in insulam eum deportasse, quod latronis magis quam patris iure eum interfecit: nam patria potestas in pietate debet, non atrocitate consistere.

É dito que o Divino Adriano, em um caso onde um certo homem que, enquanto caçava, matou seu filho que tinha cometido adultério com sua madrasta, causou a ele ser deportado para uma ilha, isso porque a morte que ele deu ao filho se assemelhou mais com a morte que se dá a ladrões do que com a morte exercida pelo pai por direito, porque a autoridade paternal deve ser influenciada pela afeição e não pela crueldade. (*Dig.* 48, 9, 5)

Marciano ressalta que o imperador Adriano mandou exilar o homem pois ele teria dado ao filho uma morte que mais se assemelhava a mortes de ladrões. Ou seja, tudo indica que ele não respeitou o ritual. E. Cantarella aponta que neste caso um conselho doméstico poderia validar a morte⁶⁹. Entretanto o homem decidiu matar o filho durante uma caçada e parece ter exposto os motivos somente depois do ocorrido. Nota-se que Marciano indica que deste modo ele falhou no exercício da *pietas*, uma vez que não concedeu ao seu tutelado o direito de um julgamento.

Para Gaughan, a instituição deste *consilium* privado era algo intrínseco da *res publica*. A sua existência reforçava a ideia de que a família era parte ativa e responsável no que diz respeito à segurança de toda a comunidade⁷⁰. Este exercício do poder paternal atribuía um equilíbrio à *res publica* porque situava deveres públicos nas mãos de indivíduos, e, portanto, fazia parte da noção de *civitas romana*⁷¹.

A reivindicação de autonomia dos homens com relação à punição de adúlteros – principalmente adúlteras – se relaciona, então, com uma série de circunstâncias ditadas por costumes e/ou leis, as quais os homens deveriam respeitar no ritual do julgamento doméstico. Percebe-se, no âmbito dessa discussão, algumas questões que se destacam, representando os

⁶⁹ CANTARELLA, Eva. Fathers and sons in Rome. *The Classical World*, vol. 96, n. 3, p. 281-298, 2003, p. 297-298.

⁷⁰ GAUGHAN, 2010, p. 34.

⁷¹ *Ibid.*, p. 52. O que entendemos aqui *civitas* está um pouco além de uma reunião de cidadãos, seria, também, e principalmente, o conjunto de deveres do cidadão para com a *res publica*, o que garante o *status* do primeiro frente ao segundo.

principais pontos polêmicos no que diz respeito ao que era permitido ou não nos julgamentos. Os autores citados – Dionísio de Halicarnasso e Catão/Aulo Gélíio – elencam duas práticas controversas: o ato de matar os adúlteros quando pegos em flagrante ou não, e a confiscação do dote. Estas duas práticas se colocam como dois pontos polêmicos que tinham caráter instável, sendo colocados em debates por autores como os mencionados, talvez, como forma de uma busca de validação.

Sobre o direito de matar os adúlteros, uma questão que se colocava era se o ato de o marido matar a esposa quando havia flagrante se configurava como legítimo, uma vez que o pai poderia reclamar o direito de vida e morte da filha, principalmente se ela não tivesse sido transferida para a casa do marido por meio de um casamento *cum manu*.

Nota-se que, na passagem de Dionísio de Halicarnasso, é mencionado que o conselho era formado pelos parentes da mulher, junto ao marido. Considerando mais uma vez o viés da relação ideal, percebe-se aí um equilíbrio entre a função do pai e do marido. Ou seja, Dionísio parece sugerir que ambos deveriam deliberar em conjunto sobre a punição e morte da mulher. Já na passagem de Aulo Gélíio, Catão diz que o marido poderia matar a esposa se houvesse flagrante, e, para isso, ele não precisava convocar o conselho. A fala de Catão parece reclamar autonomia para o marido agir independente da opinião do pai da mulher.

A matemática de ‘quem pode matar quem’ pareceria simples se considerássemos que somente o homem que detivesse a tutela da mulher poderia exercer o *ius vitae necisque*. Entretanto, os elementos que se apresentam nesta discussão nos mostram que a situação é um pouco mais complexa.

Sabemos que existiam dois tipos de casamentos romanos: *sine manu* e *cum manu*. No primeiro a filha permanecia sob a tutela (*patria potestas*) do pai. No segundo a mulher era transferida para a família do marido em um processo chamado *conventio in manum*. Esse processo situava a mulher sob *manus* do marido ou do parente agnato que possuía a tutela do

marido (provavelmente o pai ou avô), o qual então passava a exercer a *patria potestas* sobre ela.

Como mostra R. Sealey, casamentos *cum manu* já não eram frequentes na época de Cícero⁷². Ou seja, em finais do período republicano era comum as mulheres casadas permanecerem sob a tutela do pai. Sealey também aponta que esta queda do número de casamentos *cum manu* parece ter acontecido ao longo do segundo século antes de Cristo. Com isso, podemos inferir que esta queda estava em curso na época de Catão. Nesse sentido, o discurso do censor indica a reivindicação da autonomia do marido na punição - ou morte - da esposa em tempos em que maridos estavam perdendo poder legal sobre as mulheres.

Nossa hipótese é que ambas as práticas, matar a adúltera e confiscar o dote ou parte dele, eram potencias querelas entre maridos e pais. Tais práticas se situavam em um campo de ação onde o poder de dois *patres familias* se esbarravam e poderiam entrar em confronto⁷³. Como veremos adiante, com mais detalhes, a ‘Lei Júlia sobre adultério’ irá definir o campo de ação de cada um, marido ou pai. Pela lei, somente o pai terá o direito de matar a filha, e apenas quando houvesse flagrante. A lei também previa a confiscação de porção do dote e da propriedade dos adúlteros, possivelmente direcionados para a parte prejudicada, delatores e para o erário público (Tac. *Ann.* 3, 25, 1)⁷⁴.

A busca por validação de práticas punitivas relacionadas ao adultério aponta para a definição da lei como um campo de disputa. Uma lei pode atribuir ou retirar a validação de

⁷² SEALEY, Raphael. Women in the Roman Republic. In: **Women and Law in Classical Greece**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990, p. 102-104.

⁷³ Estamos considerando aqui a jurisdição de dois *patres familias*, independente se o marido era um *pater familias* ou se estava sob a *patria potestas* de um. Ou seja, estamos apenas considerando duas jurisdições de duas casas diferentes.

⁷⁴ Tácito, nesta parte de sua narrativa, lamenta que o número de delatores cresceu enormemente depois da promulgação da legislação matrimonial. O foco de Tácito é a *Lex Papia Poppaea*, a qual ele diz não ter surtido efeito, pois o número de aristocratas celibatários e sem filhos continuou o mesmo, mas que a quantidade de delatores aumentou, pois estes viam na legislação uma forma de ganhar dinheiro. Entretanto, supomos que Tácito estava se referindo a toda legislação matrimonial, inclusive a ‘Lei Júlia sobre adultério’, porque esta era a única que previa a recompensa para delatores, diferente da *Lex Iulia de maritandis ordinibus*, que penalizava financeiramente apenas aqueles que não se casavam e não tinham filhos, a não ser que a *Lex Papia Poppaea* tenha inserido a delação.

uma prática. Pode representar uma consolidação, em determinado tempo e espaço, de um conjunto de normas capazes de interferir diretamente no cotidiano e no comportamento dos indivíduos.

Muitas vezes definições e prerrogativas de uma lei não significam o resultado pacífico e final de um processo. Ou seja, tanto o processo, como também a própria lei, apontam para um domínio aberto, marcado por confrontos contínuos que buscam lhe atribuir significado. Deste modo, uma lei pode se revelar como um campo de disputa que evidencia a busca por validação de práticas de um certo grupo. E, assim, indica tensões sociais de uma determinada época.

Um exemplo atual pode ser apreendido nos debates acerca das leis sobre liberação ou proibição do casamento gay e do aborto. Tais práticas vêm sendo autorizadas recentemente em vários países por meio de leis que não só trazem sua validação, como, também, determinam estruturas e recursos públicos para que sejam realizadas. Entretanto, é sabido que a manutenção delas depende de uma série de circunstâncias que se relacionam com representatividade política (principalmente de mulheres e gays) e pressão de movimentos sociais. Ou seja, elas têm sua existência constantemente ameaçada e dependem da negociação entre vários grupos.

Importante ressaltar que, apesar da capacidade de uma determinada lei interferir diretamente na realidade, ela não necessariamente representa esta realidade de forma fiel. É muito claro, por exemplo, que a proibição do aborto no Brasil não significa a inexistência desta prática, assim como a ausência de uma lei regulamentando o casamento gay neste mesmo país também não indica a inexistência de casais gays em situação de coabitação. Entretanto, é exatamente nos entremeios entre a prática frequente e a falta de legislação que a valide é que podemos perceber os sintomas de um estado de tensão. É, mais precisamente, no debate que os indivíduos travam, se posicionando a favor ou contra determinada prática ser reconhecida

por lei, é que podemos apreender os modos que uma sociedade articula alguns mecanismos que propiciam pertencimento ou exclusão.

Como destaca J. Gardner: “Leis são criadas por várias razões, mas, em geral, são feitas para atender aquilo que uma sociedade considera como seu interesse, por meio do proscrevimento ou prescrevimento de ações particulares”⁷⁵.

Esta autora ressalta também que, apesar de as leis apresentarem caráter universal, no sentido de representarem os interesses de uma dada sociedade, elas são, na maioria das vezes, feitas para atender os interesses do grupo que detém mais recursos. Nos documentos jurídicos romanos isto é muito claro. A legislação romana foi inteiramente pensada e escrita por homens da elite e se relaciona direta ou indiretamente com a posse de propriedades e recursos⁷⁶.

Entretanto, há de se atentar para o fato de que os códigos de leis romanas não representam os interesses e o ponto de vista de um grupo homogêneo. Ou seja, é certo que as leis expõem a percepção de homens da elite romana, mas, também é certo que estes homens não faziam parte de um grupo unido e coeso que concordava em todos os interesses expressos nas leis.

Os códigos de leis romanas apresentam um sistema patriarcal explícito e bem formulado. O *Digesto*, principal fonte sobre a ‘Lei Júlia sobre adultério’, por exemplo, apresenta grande grau de coesão, todavia, é importante ter em mente duas especificidades importantes no que diz respeito a essa coesão: 1. Ela é parte e fruto de um processo de negociações que se dão em vários campos, que vão dos costumes exercidos cotidianamente até o campo político, passando pela retórica e pela literatura e; 2. Se trata de uma coesão intencional, na medida em que esse código é resultado de uma compilação que teve por objetivo dar unidade a vários conjuntos de leis e interpretações de juristas. Como ressalta J. Harries:

⁷⁵ GARDNER, Jane F. **Women in Roman Law and Society**. London: Routledge, 1986, p. 3. “Law is created for a number of purposes, but, in general, it is meant to serve what a given society conceives as its interests, by proscribing or prescribing particular actions.”

⁷⁶ Ibid. p. 3.

Os excertos de textos jurídicos imperiais no Digesto de Justiniano são fragmentários e arranjados para criar uma única e coerente narrativa da lei. É perigosamente fácil ver a tradição interpretativa como contínua e uniforme, porque essa foi a impressão que Justiniano procurou criar⁷⁷.

Esta autora ressalta que os textos jurídicos romanos fazem parte de uma tradição própria, que representa um discurso, porém, não se trata de um discurso isolado. Estes textos representavam um referencial para juristas, magistrados e demais envolvidos na burocracia jurídica. É importante ter em mente que este caráter referencial situa estes documentos em uma fronteira entre a tradição e a realidade, ou entre o discurso e a mesma realidade. Ou seja, eles não revelam a realidade desde que sejam contrapostos a outros documentos, de outras naturezas, que atestem o modo como o referencial era aplicado. E, também, não se trata apenas de um referencial que permanecia no campo quase ficcional de uma tradição textual pura, uma vez que serviam de aporte para a aplicação da lei.

Veremos, na próxima seção desta parte, quais são algumas das principais prerrogativas da ‘Lei Júlia sobre adultério’, tendo como base documentos jurídicos, historiográficos e literários. Ao longo desta exposição da lei, veremos algumas questões que dizem respeito às especificidades dos documentos e como determinam a leitura e a definição da referida lei.

⁷⁷ HARRIES, Jill. **Law and crime in the Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 3. “The excerpted imperial juristic texts in the Digest of Justinian are fragmentary and arranged to create a single, coherent narrative of law. It is deceptively easy to view the interpretative tradition as continuous and uniform, because that was the impression Justinian sought to create.”

1.3.2. *Lex Iulia de adulteriis* - Documentos e Definições:

A *Lex Iulia de adulteriis*, tratada aqui como ‘Lei Júlia sobre adultério’, é também conhecida por *Lex Iulia de adulteriis et pudicitia* (Suet. Aug. 34), *Lex Iulia de adulteriis et stuprum* (Cod. 9, 9) ou *Lex Iulia de adulteriis coercendis* (Dig. 48.5).

É possível estudar esta lei por meio das evidências em fontes de caráter jurídico, e também por meio das inúmeras menções na literatura latina contemporânea e posterior a ela.

A fonte jurídica que mais fornece informações é o *Digesto*, famosa compilação de leis romanas empreendida na primeira metade do século VI, por ordem do imperador Justiniano (527-565). Há, também, evidências nas *Sententiae*, de Paulo (antologia de escritos atribuídos a um jurista do século II); na *Collatio legum Mosaicarum et Romanarum* (comparação das legislações judaicas e romanas, composta entre 390 e 428 d.C.); e no *Codex*, de Justiniano, obra contemporânea do *Digesto*. Contudo, vale ressaltar que as informações mais relevantes se encontram no livro 48. 5 do *Digesto*.

Como já dito, a lei foi promulgada por Augusto por volta de 18 a.C., e se colocava como um recurso para homens livres que porventura eram vítimas dos crimes de adultério e/ou *stuprum* (Dig. 48, 5, 6). De acordo com a lei, considerava-se que adultério era cometido apenas com mulheres livres casadas. *Stuprum* era definido como sexo ilícito, como por exemplo, relação sexual com uma mulher livre, solteira e noiva, ou com uma mulher livre e virgem - esses casos também eram punidos de acordo com a lei sobre adultério (Dig. 48, 5, 6, 1 e 13, 3). A lei, como apresentada no *Digesto*, esclarece, ainda, que, em casos de *stuprum* com escravas, o proprietário poderia acionar a *Lex Aquilia*, que previa punição para atentados contra escravos e outras propriedades⁷⁸.

⁷⁸ Para mais informações sobre a *Lex Aquilia*, ver: Dig. 9, 2.

Como vimos, a lei fez parte de um conjunto maior de leis, hoje denominadas como “Leis matrimoniais de Augusto”. Estas leis representavam um sistema de penalização e recompensa com objetivo de estimular ou inibir determinados comportamentos. Em suma, os principais objetivos da legislação, como um todo, era: incentivar casamentos entre a aristocracia, promover a natalidade, e inibir adultérios. Entre outras medidas, a legislação declarava que todos os cidadãos com a faixa etária entre vinte e sessenta anos deveriam estar casados⁷⁹. Os celibatários e aqueles casados, mas que não tinham filhos, eram penalizados financeiramente. Os que tinham no mínimo três filhos gozavam de privilégios: eram agraciados com o *ius trium liberorum*, que, dentre outras prerrogativas, permitia a liberação da mulher da tutela masculina⁸⁰, concedendo-lhes mais autonomia, por exemplo, em transações financeiras e na gestão de seu patrimônio, e conferia privilégios políticos e econômicos aos homens, como, por exemplo, a aceleração do *cursus honorum* por meio da possibilidade de se candidatar e assumir cargos políticos antes de alcançar a idade requerida para tal cargo. Poderiam também se eximir de um determinado prazo entre um ofício e outro, e se abster de algumas obrigações civis.

Casamentos entre membros da ordem senatorial com libertos eram proibidos, mas eram liberados para os equestres (Dio, 54, 16, 2.)⁸¹. Mulheres condenadas pela ‘Lei Júlia sobre adultério’ não podiam se casar novamente com homens livres, os quais, também, eram proibidos de contrair matrimônio com adúlteras condenadas (*Dig.* 23, 2, 43, 10-13; 48, 5, 11, 13).

É complicado traçar uma síntese coerente dos preceitos da lei a partir das fontes jurídicas e literárias disponíveis. Tal façanha apresenta várias complicações em razão de,

⁷⁹ Homens entre 25 e 60, e mulheres entre 20 e 50, cf: GRUBBS, Judith Evans. **Women and the Law in the Roman Empire**: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood. London: Routledge, 2002, p. 84.

⁸⁰ *Institutes*, I 145 e 194 informam que eram três filhos para mulheres livres e quatro para libertas.

⁸¹ Para mais informações, ver: MCGINN, Thomas. Missing Females? Augustus’ encouragement of marriage between freeborn males and freedwomen. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**. Bd 53, H.2, p. 200-208, 2004.

principalmente, dois fatores: 1) o fato de que as fontes jurídicas são todas posteriores e, por vezes conflitantes; e 2) porque a lei fazia parte de um conjunto de leis, que, como já mencionamos, hoje é denominado ‘leis matrimoniais de Augusto’. Isto faz com que muitas vezes os preceitos da ‘Lei Júlia sobre adultério’ apareçam imbricados com outra lei do conjunto. E, além disso, as fontes com frequência tratam do conjunto como uma unidade, e, deste modo, compreender esta unidade se faz importante para compreender a lei em si. Contudo, consciente dessas especificidades, nosso objetivo aqui é descrever alguns preceitos da lei segundo as fontes, e, de forma concomitante, apontar alguns temas de debates da historiografia atual concernentes ao seu estudo, e traçar hipóteses a respeito dos papéis de gênero definidos pela lei.

As fontes jurídicas disponíveis sobre a lei são comentários de juristas e, em sua grande maioria, tratam de questões técnicas e de procedimentos. Como são posteriores, a maior dificuldade está em desemaranhar os preceitos originais da lei e as interpretações dos juristas.

É, ainda, mais difícil, saber quais foram os preceitos da lei quando promulgada por Augusto, e quais foram adicionados depois. Tentaremos, ao longo dessa tese e quando possível, apontar quais informações foram identificadas pelos documentos ou pela historiografia como adições posteriores à lei original. Entretanto, cabe ressaltar, então, que estamos considerando os preceitos apresentados nestes textos jurídicos e que nem sempre eles dizem respeito à lei original promulgada por Augusto. Alguns dados apresentados pelas fontes jurídicas vão ao encontro de referências na literatura contemporânea ou recentes à lei, e, quando isto ocorre, é possível ter mais certeza sobre um preceito ou outro. Por exemplo, o decreto do senado que proibiu mulheres da aristocracia de se inscreverem como prostitutas para se isentarem de acusações de adultério, referenciado no *Digesto*, é também citado por Tácito e Suetônio (Tac. *Ann.* 2, 85; Suet. *Tib.* 35, 2; *Dig.* 48, 5, 10, 2).

De todo modo, é preciso estar atento. Algumas das adições, quando identificadas, muitas vezes revelam mais sobre a época em que foram escritas do que fornecem informações sobre a lei. Contudo, não deixam de ser interessantes e geram debates pertinentes. Este é o caso, por exemplo, da questão sobre a abrangência da lei a respeito das relações homossexuais⁸².

O debate em torno dessa questão se encontra fundamentado em dois trechos, um das *Sententiae*, de Paulo, e outro das *Institutes*, de Justiniano (Paul. *Sent.* 2, 26, 12-13 <*Mos. et Rom. Legum Coll.*, V, II, 1-2>; *Inst.* 4, 18, 4). Estas duas passagens demonstram evidências de que a ‘Lei Júlia sobre adultério’ também procurava punir relações homossexuais. O trecho das *Sententiae* diz que a lei previa que a violação de um cidadão poderia ser punida com a morte, e que uma pessoa que mantinha relações com pessoas do mesmo sexo, de forma voluntária, poderia ter a metade da propriedade confiscada. Já as *Institutes* informam que a lei previa a pena de morte não só para adúlteros, mas também para aqueles que mantinham relações homossexuais.

E. Cantarella, ao apresentar este debate, argumenta que ele é infundado⁸³. A autora chama atenção para o fato de que estas passagens, além de serem incoerentes com relação à punição, são também contraditórias no que diz respeito aos tipos de homossexualidade que tem por objetivo punir. As *Sententiae* preveem condenação apenas para aquele denominado como passivo, enquanto que as *Institutes* preveem para ambos, passivo e ativo⁸⁴. Importante notar ainda que as *Institutes* informam que a penalidade – pena de morte – é prevista para

⁸² Com intuito de não incorrer em anacronismos, ressalto que utilizo aqui o termo ‘homossexual’ para designar relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que o termo se mostra como forma útil para categorizar. Entretanto, é pertinente lembrar que não há termo equivalente na Antiguidade, pois, como nota Sandra Boehringer, os antigos não designavam uma “categoria de pessoas que se reconhecem enquanto tais, que possuem uma cultura e reivindicações comuns (aspecto sobretudo implicado pela expressão “gays e lésbicas)” BOEHRINGER, 2007: 27, *apud* LEITE, Letícia B. R., 2013, p. 229) Tradução de Letícia Batista Rodrigues Leite.

⁸³ CANTARELLA, Eva. **Bisexuality in the Ancient World**. New Haven, CT and London: Yale University Press, 1992, p. 142-145.

⁸⁴ Segue o trecho das *Sententiae*, de Paulus: “12. *Qui masculum liberum invitum stupraverit, capite punitur*. 13. *Qui voluntate sua stuprum flagitiumque impurum patitur, dimidia parte bonorum suorum multatur, nec testamentum ei ex maiore parte facere licet*” (Paul. *Sent.* 2, 26, 12-13)

homossexuais e adúlteros. Entretanto, se podemos dizer que há alguma certeza com relação às prescrições da ‘Lei Júlia sobre adultério’, é que a pena prevista não era morte, mas sim o exílio (*relegatio in insulam*) e confiscação de propriedade (Tac. *Ann.* 3, 24). Existia, sim, a pena de morte prevista por esta lei, mas de forma bem regulada: somente o pai da adúltera ou o marido tinham o direito de matar, caso os adúlteros fossem pegos em flagrante e dentro da casa de um destes. Ao pai era reservado o direito de matar ambos os adúlteros, entretanto deveria matar os dois, pois se matasse somente o homem e poupasse a filha, poderia ser acusado de homicídio. O marido não podia matar a esposa em hipótese alguma, mas poderia matar o homem se este fosse um *infamis*, como, por exemplo, um ator, gladiador ou prostituto, ou se fosse escravo (Dig. 48, 5, 20-24; Paul. *Sent.* 2, 26, 4).

Além disso, outro fator que contribui para o caráter infundado da discussão sobre a abrangência da lei com relação à punição das relações homossexuais diz respeito à inexistência de um texto autêntico das *Sententiae*. O texto disponível é fruto de uma reconstrução com base em passagens atribuídas a Paulo, e, provavelmente foi reeditado em algum momento posterior à época clássica⁸⁵. Nesta reconstrução existem falsas prescrições da ‘Lei Júlia sobre adultério’, como por exemplo, a punição por estupro. A punição por este crime era já prevista pela *Lex Iulia de vi publica*, de 45 a.C., e, portanto, nunca foi da alçada da ‘Lei Júlia sobre adultério’⁸⁶.

A conclusão de Eva Cantarella com relação a este debate é que nem o trecho das *Sententiae*, e nem o das *Institutes*, informam preceitos verdadeiros da versão original da ‘Lei

⁸⁵ “It is assumed (not without opposition) that the work was not written by Paul himself, but was an anthology compiled about A.D. 300 from various works of Paul’s by an unknown hand. The work as is preserved undoubtedly contains postclassical additions, and the more important problem is to determine what in the work is classical and what not.” In: BERGER, Adolf. **Encyclopedic Dictionary of Roman Law**. Philadelphia: Transactions of the American Philosophical society. Vol. 43, part 2, 1953, p. 700-701.

⁸⁶ Ao que tudo indica, uma mulher que sofresse um estupro não poderia ser acusada de adultério. Entretanto era necessário que informasse rapidamente o ocorrido aos homens de sua família – preferencialmente dentro de sessenta dias - para serem tomadas as devidas providências segundo a *lex iulia de vi publica*, e para não correrem o risco de serem delatadas como adúlteras por terceiros, uma vez que a ‘Lei Júlia sobre adultério’ concedia o direito à delação a outros cidadãos que não o pai e marido depois de passados sessenta dias do ocorrido. Cf.: Ulpiano, *Dig.* 48.5.29.9; Modestinus, *Dig.* 48.5.39; Marcianus, *Dig.* 48.6.3.4; Justiniano, *Codex*, 9.20.1; Quintiliano, *Institutio oratoria*, 4.2.69. Ver também: DIXON, Suzanne. Rape in Roman law and myth. **Reading Roman Women**. London: Bristol Classical Press, Duckworth, 2001, p. 45-55.

Júlia sobre adultério’ no que diz respeito à punição da homossexualidade⁸⁷. Tais trechos estão impregnados por valores da época em que foram escritos – século sexto e, talvez, posteriores –, momento em que a repressão às práticas homossexuais estava aumentando.

O segundo fator que traz complicações à tentativa de síntese dos preceitos da ‘Lei Júlia sobre adultério’, como já apontamos, é o fato de ela fazer parte de um conjunto: as ‘leis matrimoniais de Augusto’. Entretanto, se por um lado isto se trata de um fator complicador, por outro nos ajuda a compreender pontos importantes sobre a lei. Além da ‘Lei Júlia sobre adultério’, duas outras leis faziam parte deste conjunto: a *Lex Iulia de maritandis ordinibus*, que legislava sobre casamentos e foi promulgada no mesmo ano da ‘Lei Julia sobre adultério’, por volta de 18 a.C.; e a *Lex Papia Poppaea*, que surgiu como uma modificação da *Lex Iulia de maritandis ordinibus* e foi promulgada por volta de 27 anos depois desta, em 9 d.C., ainda sob o principado de Augusto.

Não sabemos exatamente quais foram as modificações que constavam na *Lex Papia Poppaea* e muito menos os preceitos da lei original, mas temos algumas alusões sobre o conteúdo de ambas em fontes literárias. Algumas fontes jurídicas denominam as duas leis como uma só, com o nome de “*Lex Iulia et Papia-Poppaea*”. Daí advém um dos motivos que justificam a necessidade de tratá-las em conjunto. Aqui, consideramos estas leis em conjunto, contudo sempre buscando dar ênfase à ‘Lei Júlia sobre adultério’.

O intervalo entre a promulgação da *Lex Iulia de maritandis ordinibus* e a *Lex Papia Poppaea* pode ter sido um período de experimentação⁸⁸. Suetônio e Dião Cássio narram sobre uma forte resistência dos equestres com relação à primeira lei, e que culminou na promulgação da segunda. Ambos mencionam que alguns equestres se manifestaram publicamente e solicitaram a abolição da lei, durante os jogos de 9 d.C. Suetônio narra que, em resposta,

⁸⁷ CANTARELLA, 1992, p. 143.

⁸⁸ GALINSKY, Karl. **Augustan Culture**. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 130.

Augusto mostrou as crianças de Germânico acompanhadas do pai, como forma de incentivar todos a seguir o exemplo deste⁸⁹.

Várias foram as alternativas adotadas pelos aristocratas para escapar da legislação. Suetônio e Dião Cássio mencionam que uma delas era o noivado com meninas que ainda não haviam alcançado a idade para contrair casamentos (Suet. *Aug.* 34, 2; Dio, 54, 16, 6-7). Pois, desta forma, poderiam gozar das premiações que a lei assegurava aos homens casados. Com fins de evitar tais desvios da lei, Augusto fixou o tempo de noivado para, no máximo, dois anos, sendo que a garota deveria ter no mínimo dez anos de idade, e deveria se casar a partir dos doze (Dio, 54, 16, 7).

Suetônio menciona, sem entrar em detalhes, que Augusto também restringiu os divórcios, uma vez que alguns aristocratas estavam trocando de esposas com frequência. Entretanto, nem Suetônio e nem Dião Cássio são claros o suficiente com relação às datas, por isso não se sabe com exatidão se essas medidas fizeram parte das modificações promulgadas na *Lex Papia-Poppaea*, em 9 d.C., ou se já figuravam no texto da *Lex Iulia de maritandis ordinibus*, em 18 a.C.

Dião Cássio narra que Augusto fez um discurso em resposta à resistência dos aristocratas em 9 d.C., ano da promulgação da *Lex Papia-Poppaea*. Entretanto, o autor relata um outro episódio de resistência à *Lex Iulia de maritandis ordinibus*, em 18 a.C., ano da promulgação desta. Nesta parte de sua narrativa, o historiador menciona que os senadores alegaram que a conduta desordeira das mulheres e dos homens mais novos faziam eles se sentirem desmotivados a casarem. Sugeriram a Augusto que remediasse isso também. Ao que o imperador respondeu que já havia tomado as precauções necessárias (Dio, 54, 16, 3).

⁸⁹ Germânico foi um famoso general romano. Era marido de Agripina Maior, neta de Augusto, com quem teve nove filhos, dentre eles o imperador Calígula e Agripina Menor, mãe de Nero.

O nome da *Lex Papia Poppaea* faz referência a dois cônsules do ano 9 d.C., *Marcus Papilius Mutilus* e *Quintus Poppaeus Secundus*. É curioso que ambos não eram casados e nem tinham filhos, fato que, na opinião de Dião Cássio, evidenciava a necessidade da lei (Dio, 56, 10, 3).

A resistência de alguns aristocratas a legislação de Augusto não cessou com a promulgação da *Lex Papia Poppaea*. Tácito, por exemplo, relata que no ano 20 d.C. os senadores solicitaram modificações nesta lei. Alegavam que a lei favorecia os delatores, que estavam se enriquecendo e causando desordem. O historiador não cita se houveram modificações, menciona apenas que Tibério, com o fim de remediar o problema, nomeou cinco ex-cônsules, cinco ex-pretore e cinco senadores para esclarecer algumas dificuldades geradas por algumas interpretações. Segundo Tácito, a medida adotada por Tibério gerou um alívio temporário (Tac. *Ann.* 3, 28).

Dião Cássio narra que Augusto, em resposta à solicitação dos equestres, fez um discurso aos homens casados, e um outro aos celibatários. O historiador cita estes longos discursos do imperador, o que ocupa os dez primeiros capítulos do livro 56 de sua *História Romana*.

Segundo Dião Cássio, Augusto reuniu os homens casados e com filhos de um lado do Fórum, e os celibatários do outro lado. Percebendo que o primeiro grupo era menor, se encheu de tristeza e discursou a eles. Entre outras coisas, disse-lhes que o casamento e a procriação são coisas muito nobres porque a descendência ameniza a natureza mortal da humanidade, e aproxima os homens dos deuses, pois a busca pela imortalidade é uma forma de imitar os deuses. Além disso, a procriação é também uma maneira de emular os próprios pais e demonstrar respeito aos ancestrais. Ressalta, ainda, que tudo isso são vantagens privadas. E que, com relação ao ‘Estado’, para o qual às vezes é necessário fazer coisas desagradáveis, a família e a procriação são importantes pois assim surgem as cidades. E, para governar as cidades e manter a paz, são necessários muitos homens (Dio, 56, 2-3).

Depois se virou para os celibatários e começou o seu discurso a estes questionando-os como deveria chamá-los, de homens, cidadãos ou de romanos? Então disse-lhes que não estavam cumprindo com o papel de homens, muito menos de cidadãos ou romanos, pois se dependesse deles a cidade e o povo romano se extinguiriam (Dio, 56, 4, 2).

Então seguiu dizendo que esse comportamento ameaçava a humanidade e os romanos, além de ser um sacrilégio por colocar fim aos nomes e às honras dos ancestrais. Afirmou que estavam destruindo o Estado por desobediência às leis. Disse-lhes que estas leis não eram novidade e que antigamente eram mais estritas. E, entre outras coisas, afirmou que as instituiu não por prazer e porque os odiava, mas por necessidade, e porque os amava e queria vê-los em maior número. Terminou sua mensagem dizendo que não era certo ele ser chamado de *pater* por aqueles que lhe deram este título, sendo que estes não tinham crianças e não compartilhavam do título com ele (Dio, 56, 4, 9).

O título a que Dião Cássio se refere é o título de *pater patriae*, concedido a Augusto em 2 a.C., quando ele tinha por volta de sessenta e um anos de idade (*Res Gestae*, 35). Segundo a hipótese de W. Eder, Augusto teria alcançado a plenitude de sua *auctoritas* através da obtenção desse título⁹⁰. Esse autor analisa a trajetória do primeiro imperador de Roma e demonstra como a obtenção do título de *pater patriae* se situa como o ponto final da construção da autoridade pessoal dele dentro do contexto da reforma política por ele efetuada. Para Eder, esse título representa o modo como Augusto transcende as leis, e, por meio do investimento na associação ideológica entre o papel do *pater familias* e do *pater patriae*, estimula um sentimento de 'patriotismo' que o protege. Essa proteção se vincula à ideia de que o imperador representaria aqueles que lhe concederam esse título, ou seja, a ordem senatorial e equestre e o

⁹⁰ EDER, Walter. Augustus and the power of tradition. In: GALINSKY, K. **The Cambridge Companion to the age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 29.

povo romano. Dessa forma, ofensas a ele são configuradas como ofensas a todos esses setores, sendo então consideradas como crime de *maiestas* – traição contra o povo romano⁹¹.

Um dos documentos utilizados por Eder como base de sua hipótese é a *Res Gestae*, de Augusto. O autor analisa como o próprio Augusto, no final de sua narrativa, indica como o título de *pater patriae* aponta para um movimento da *Res publica* para uma *patria*, principalmente em um sentido de ênfase nas duas esferas que o imperador procurou investir: leis e ideologia vinculadas ao passado romano.

Ora, no capítulo 34 da *Res Gestae*, Augusto menciona que recebeu o título de *Augustus* depois de pôr fim às guerras civis e transferir a *res publica* de seu poder para o senado e povo romano, utilizando a tradicional expressão ‘*senatus populiue Romani*’ (RG, 34). Neste mesmo capítulo, Augusto enfatiza que esse título o situou em posição de destaque entre seus colegas, não porque ele tinha mais poder do que qualquer magistrado, mas por reconhecimento de seu merecimento (*dignitas*) (RG, 34). No capítulo seguinte (RG, 35), quando Augusto narra sobre a obtenção do título de *pater patriae*, ele descreve que o título foi concedido pelo senado, pelos equestres e pelo povo romano (*senatus et equester ordo populusque Romanus universus*). Nota-se que, desta vez, ele especifica as ordens senatorial e equestre e utiliza a palavra *universus* para enfatizar que o título lhe foi outorgado por todo o povo romano. Como nota Eder, essa ênfase na totalidade, junto à especificação das ordens senatorial e equestre pode denotar uma preocupação em demonstrar um consenso. Ou seja, Augusto indica que obteve o título por meio do máximo consenso possível. Tal consenso teria lhe conferido legitimidade para o título que significou a transcendência das leis. A legitimidade é validada pelo reconhecimento de sua *auctoritas*, e passa pelo sentimento de pertencimento e orgulho, chamado por Eder de “patriotismo”. Nas palavras do autor:

Ao terminar a *Res Gestae* com o título de *pater patriae*, ele aponta para uma decisiva importância que

⁹¹ *Ibid.*, p.32.

ele quer que o leitor atribua ao título e à ideia por trás dele: ele havia chegado ao pico de sua *auctoritas* porque ele transcendeu o estado de meras leis com uma ideologia do patriotismo e, portanto, garantiu aprovação dele em larga escala. A criação de um patriotismo romano pode ser considerada um verdadeiro sucesso. Uma consciência romana, o mito do Estado, agiu em função de dar distinção ao povo romano e esquecer indesejadas questões sobre o papel legal do *princeps*⁹².

A manobra que Augusto faz nas últimas linhas de sua narrativa indica um movimento da *res publica* para uma *patria* como um caminho para o poder legítimo em duas etapas: 1. primeiro ele indica que restabeleceu a *res publica* se utilizando dos meios legais e corretos de fazê-lo, que seria transferindo-a ao senado e povo romano. Isto lhe rendeu reconhecimento, mas não poder, uma vez que declara igualdade frente a qualquer magistrado. Ou seja, ele seguiu as regras da *res publica* e foi reconhecido por isso. Foi reconhecido por ter sido o único capacitado para o restabelecimento da *res publica*. O título de *Augustus* lhe é outorgado, então, pelo seu respeito e cumprimento das leis. 2. Logo depois ele narra sobre a obtenção do título de *pater patriae* como fruto de um consenso, algo que sugere um forte valor ideológico. Esse título, diferente do título de *Augustus*, não é exatamente associado à igualdade perante às leis, mas é associado aos costumes. Os dois títulos indicam legitimidade e podem ser compreendidos pelo viés da tradição, uma vez que ambos reforçam ideais e valores do passado romano.

O título de *pater patriae* é associado aos costumes pois representa uma exaltação do papel social e político do *pater familias*. Entretanto, não é apenas por meio do título que é possível perceber essa exaltação. Antes, e mesmo depois da obtenção do título, Augusto adotou

⁹²*Ibid.*, p. 29. “By making the title *pater patriae* the crowning finale of the *Res Gestae*, he points to the decisive importance he wants us to attach to the title and the idea behind it: he had arrived at the peak of his *auctoritas* because he had transcended the state of mere laws with an ideology of patriotism and thereby had ensured acceptance for himself on a higher level. This creation of a Roman patriotism was to be considered his real achievement. A Roman self-consciousness, the myth of the state, was to characterize people’s existence and obviate unwelcome questions about the legal role of the *princeps*.”

várias medidas que se fazem coerentes dentro do âmbito da associação entre a administração doméstica e pública. Uma dessas medidas foi, claro, a promulgação das leis matrimoniais.

Outras medidas podem ser apreendidas, por exemplo, no modo como Augusto combinou sua função de *pontifex maximus* com sua função de *pater familias*. O imperador se colocou como guardião da religião romana assim como um *pater familias* guarda os deuses *lares*. Uma chama da deusa Vesta foi colocada sob supervisão de Livia na própria casa do imperador⁹³. Imagens dos ancestrais da família Júlia foram dispostos na frente do novo fórum simulando um átrio doméstico. Um mausoléu para a família do imperador foi construído junto a um altar dedicado à deusa *Pax*. Conhecido como *Ara Pacis Augustae*, esse altar está repleto de representações de membros da família imperial. Essas e outras modificações na arquitetura e paisagem urbana de Roma apontam para preocupações em demonstrações constantes da família do imperador como modelo e unidade de poder. O objetivo em construir e informar um ideal dinástico é muito claro. Importante notar que essas modificações no espaço urbano guardam estrita relação com funções comuns do *pater familias*, relacionadas ao cuidado e zelo da residência do grupo familiar e também de sua memória e status⁹⁴. Como destaca D. Favro:

Para justificar seu domínio sobre a patronagem arquitetural, Augusto fez referência a uma figura de autoridade muito bem conhecida, o chefe de família. Nas casas romanas, o *pater familias* reinava supremo, representava os interesses de todos os membros da família. De forma semelhante, Augusto agia conforme os interesses dos romanos. Como um *pater familias*, ele fez com que a aparência de sua residência, neste caso a cidade de Roma, refletisse de forma adequada a importância de todos os romanos e dele mesmo⁹⁵.

⁹³ *Ibid.*, p. 28-29.

⁹⁴ FAVRO, Diane. Making Rome a World City. In: GALINSKY, K. **The Cambridge Companion to the age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 246.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 246. "To justify his dominance over architectural patronage Augustus referenced a well-known authority figure, the family head. In Roman households the *pater familias* ruled supreme, overseeing the interests of all family members. Similarly, Augustus acted in the best interests of all Romans. Like a *pater familias*, he made sure the appearance of his residence, in this case the city of Rome, appropriately reflected the importance of all Romans and himself."

Esperava-se que um *pater familias* representasse os direitos, deveres e desejos coletivos do grupo familiar, e também da *res publica*. Ao invocar esse modelo de administração doméstica, Augusto investe em valores e costumes amplamente conhecidos e colocados como positivos, e projeta a cidade e sua família como pontos centrais da estrutura imperial.

Em termos de construção da autoridade pessoal como governante único e legítimo, talvez o investimento na figura do *pater* fosse um caminho mais seguro do que um investimento na figura do monarca, pelo menos no que diz respeito à cidade de Roma. Considerando esse olhar retrospectivo da trajetória de Augusto, pode-se afirmar, então, que o título de *pater patriae* representou a formalização do papel paternal do imperador com relação à administração da cidade. Como visto acima, medidas adotadas por Augusto antes da obtenção do título já apontavam para esse caminho. O título rememora, reforça e dá coerência a esse conjunto de medidas. E, como destaca Eder, o título pode indicar a consolidação da autoridade do imperador fundada em valores que, além de envolver pertencimento e reconhecimento de poder e legitimidade, também envolve sentimentos de igualdade e partilha de poder:

Com o título *pater patriae* Augusto definitivamente se tornou o Primeiro Cidadão e o pai de uma só família romana. Em 27 a.C. Augusto compartilhou poder com o Senado e o Povo; ele agora compartilhava com todos os membros da sociedade romana⁹⁶.

Dessa forma, pode-se afirmar que o título representou o ponto ápice do processo de construção da autoridade do imperador, que se deu por meio da expansão e celebração das funções do *pater familias*. O título representa, por si só, a celebração de todo o conjunto de funções do *pater familias*, e, deste modo, indica comemoração, celebração e reafirmação de

⁹⁶ EDER, 2005, p. 31. “With the title *pater patriae* Augustus had definitively become First Citizen and father of a sole Roman family. In 27 B.C. Augustus had shared power with the Senate and the People; he now shared the fatherland with all members of Roman society”.

costumes patriarcais. Ademais, o título parece buscar legitimação e aprovação de medidas que sofreram resistência por parte da aristocracia, como por exemplo, a promulgação das leis matrimoniais.

Percebe-se que nos discursos feitos por Augusto, narrados por Suetônio e Dião Cássio, mencionados anteriormente, o imperador atribui um caráter cívico à paternidade. A procriação, como função primária do *pater*, é situada como dever do cidadão. Os discursos foram proferidos depois que equestres solicitaram a abolição das leis, durante os jogos de 9 d.C., no mesmo ano em que a *Lex Papia-Poppaea* foi promulgada, modificando preceitos da *Lex Iulia de maritandis ordinibus*. A resistência dos aristocratas frente às leis matrimoniais de Augusto tem origem décadas antes da promulgação da *Lex Papia-Poppaea*, a qual inferimos que tenha sido o efeito e resultado de uma longa oposição às leis.

Nota-se que o título de *pater patriae* se situa no decurso desse processo de oposição. O título foi concedido por volta de dezesseis anos depois da *Lex Iulia de maritandis ordinibus* e da ‘Lei Júlia sobre adultério’, e por volta de onze anos antes da *Lex Papia-Poppaea*. Nesse sentido, torna-se possível considerar o título como um recurso que busca legitimação, reforçando e dando coerência ao conjunto de medidas relacionadas ao papel do *pater familias* e da administração doméstica.

Desse modo, nota-se que o título pode ser compreendido ao mesmo tempo como ponto final e como um ponto no meio de dois processos distintos, mas que guardam relação entre si. Ou seja, ele é situado pelo próprio Augusto como ponto final do seu processo de construção de autoridade como governante único. E, ao mesmo tempo, pode ser visto como um dos fatores que representam uma fase de um processo de assimilação e fusão dos papéis do *pater familias* e do governante como um *pater*. A própria invocação do título no discurso presente em Dião Cássio revela a conexão do título com as leis matrimoniais (Dio, 56, 4, 9). Ao dizer que não era certo ele ser chamado de *pater* por aqueles que lhe deram esse título, mas que não tinham

filhos, Augusto indica, ao mesmo tempo, que ele se colocava como modelo a ser seguido, e que a procriação era dever público de um para com os outros, buscando assim legitimidade e aprovação para as suas leis.

Tudo isso, nota-se, se dá pela expansão da noção da dinâmica da administração doméstica. O poder legítimo e reconhecido de um *pater familias* é evocado para validar as ações do *pater patriae*. Ambos, então, teriam papéis semelhantes, mas com dimensões diferentes. Ambos agiriam no mesmo campo, cumprindo funções que teriam caráter colaborativo para a *res publica*.

Nesse sentido, torna-se coerente afirmar que ambos deveriam zelar pelos interesses coletivos daqueles que eles representavam. Administrar casamentos e propriedades da família, fazer alianças para esse fim, e preservar a *pudicitia* das mulheres também para esse fim, era de responsabilidade do *pater familias*. Augusto recorre a essa esfera legítima de poder para justificar as leis matrimoniais. Do mesmo modo que um *pater familias* cumpria suas funções com objetivo de representar e zelar por seus tutelados, o imperador, como *pater patriae*, também cumpria suas funções, que não eram diferentes daqueles primeiros, com o mesmo objetivo de representar e zelar por todos.

Nesta assimilação de funções, a dimensão do poder do *pater familias* parece alargar-se. E, ao mesmo tempo, parece ser tolhida, uma vez que o poder de decisão do *pater familias* em cumprir ou não, ou mesmo no modo como cumprir algumas de suas funções agora é regulamentado por leis. Leis que, ao mesmo tempo que reconhece esse poder como legítimo, dita regras sugerindo que ele deveria ser controlado.

A ‘Lei Júlia sobre adultério’ apresenta todos os elementos dessa ambiguidade. A lei estimula pais e maridos a cumprir funções de vigiar e punir mulheres relacionadas a eles, mas, ao mesmo tempo, limita os modos de punição, além de prescrever constrangimentos aos próprios homens. Tais constrangimentos podem ser entendidos como uma limitação e

tolhimento do poder do *pater familias*. Estas medidas paradoxais apresentadas pela lei nos conduzem a uma dúvida central: teria a lei representado um reforço do patriarcado e da opressão às mulheres? Ou, pelo contrário, significou proteção às mulheres por meio da limitação do poder masculino?

A dificuldade em responder essas perguntas não está relacionada somente à lei em si, mas também ao modo e nível de interação da lei com a sociedade. Como bem aponta J. Harries: “Se a lei é vista como um instrumento de controle social, seu conteúdo e sua eficácia irão depender de sua relação com os costumes e com as instituições sociais, que, não por acaso, definem os significados sociais de sexo e gênero”⁹⁷.

Cabe acrescentar ainda que a lei, ela mesma, muitas vezes se apresenta como produto da interação entre os fatores mencionados por Harries. E, portanto, podem frequentemente demonstrar interfaces de discursos jurídicos e sociais baseados em preconceitos, estereótipos e estigmas muito presentes na realidade.

Importante ressaltar que não temos como objetivo central a identificação do impacto da ‘Lei Júlia sobre adultério’ e de seu grau de aplicabilidade na sociedade romana. Nosso foco, nesta parte da tese, é tentar entender como a lei explicitava papeis e deveres diferenciados de acordo com o gênero, além de contextualizá-la no cenário político romano durante a dinastia Júlio-Cláudia.

Consideramos que esse exercício se faz pertinente na medida em que as leis podem representar os limites de discursos jurídicos e sociais⁹⁸. Ou seja, elas demonstram resultados de debates e discussões jurídicas que, apesar de variar conforme o tempo e espaço, se colocam como produtos finais por um certo período. E, ao mesmo tempo, demonstram limites de discursos sociais, uma vez que as leis atribuem caráter de verdade, legitimando ou

⁹⁷ HARRIES, 2007, p. 86 “If law is viewed as an instrument of social control, its content and its efficacy will depend on its relationship to social customs and institutions, not least those which define the social meanings of sex and gender”

⁹⁸ CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 11. (Coleção Tudo é História, v. 33)

deslegitimando ações, além de se colocarem como dispositivo derradeiro e válido no campo de ação dos indivíduos. Portanto, entendemos que a lei, produto da interação entre esses dois discursos, não se encontra em uma dimensão totalmente fora da realidade, assim como também não a revela de forma inteira e fiel, como qualquer documento de outras naturezas. De todo modo, vale-se muito como instrumento de análise histórica.

Dito isto, retornaremos à aparente ambiguidade da lei e a questão a respeito do possível reforço da estrutura patriarcal. Começaremos pela descrição de como o poder do *pater familias* foi limitado – ao mesmo tempo que reconhecido – pela lei.

Uma das principais limitações do poder diz respeito às circunstâncias previstas na lei segundo as quais o *pater familias* poderia matar a adúltera. A lei determinava que somente o pai podia matar a filha adúltera (*Dig.* 48. 5, 23). Este direito ao assassinato de outrem, chamado *ius occidendi*, neste caso, tem a mesma natureza do *ius vitae necisque*, e, portanto, tem origem na *patria potestas*⁹⁹. Inclusive, somente o pai que tinha a filha sob a *patria potestas* dele poderia exercer o *ius occidendi*, de modo que era negado ao homem que estivesse sob a tutela de seu pai – e, portanto, não possuía, ele mesmo, a *patria potestas* (*Dig.* 48. 5, 20; *Paul. Sent.* 2, 26, 2; *Coll.* 4, 12, 2)¹⁰⁰. O pai da adúltera só poderia exercer o *ius occidendi* caso a filha fosse pega em *flagrante delicto* e na residência dele ou do marido (*Dig.* 48. 5, 23, 2). Ainda, para exercer tal direito, ele deveria matar ambos os amantes sem demora. Se ele matasse somente o homem e poupasse a vida da filha, ele poderia ser acusado de homicídio (*Dig.* 48. 5, 32). O marido não podia matar a esposa em hipótese alguma. A razão desta diferença quanto aos direitos determinados pela lei ao pai e marido é explícita no *Digesto*:

Ideo autem patri, non marito mulierem et omnem adulterum remissum est occidere, quod plerumque pietas paterni nominis consilium pro É dado ao pai, e não ao marido, o direito de matar a mulher e qualquer adúltero, porque, em geral, a afeição paternal é solícita aos interesses de seus

⁹⁹BENKE, 2012, p. 286. Para uma opinião contrária, ver: SHAW, 2001, p. 65. Este autor afirma que o *ius vitae necisque* não tem relação alguma com o *ius occidendi* previsto na lei porque este se trataria de uma obrigação do pai – ele deveria matar ambos os adúlteros.

¹⁰⁰Os filhos, homens ou mulheres, permaneciam sob a tutela do pai ou avô até a morte destes ou até que o processo de *emancipatio* fosse realizado. Cf.: *Inst.* 127-135.

liberis capit: ceterum mariti calor et impetus facile decernentis fuit refrenandus.

filhos, mas o furor e a impetuosidade do marido, quem decide muito rápido, devem ser reprimidos (Dig. 48. 5, 22. 4)¹⁰¹.

Interessante notar que a lei concede o *ius occidendi* ao pai com base na *pietas* dele. E, ao mesmo tempo, indica a ausência desta virtude na relação entre esposa e marido. Isto pode ser confirmado, por exemplo, em um outro trecho da lei, a respeito de quem detinha a preferência para dar seguimento à acusação da mulher. Vejamos:

Si simul ad accusationem veniant maritus et pater mulieris, quem praeferri oporteat, quaeritur. Et magis est, ut maritus praeferatur: nam et propensiore ira et maiore dolore executurum eum accusationem credendum est.

Se o marido e o pai da mulher aparecerem ao mesmo tempo com o propósito de acusá-la, a questão que se coloca é: qual deles o pretor deveria dar preferência? A melhor opinião é que o marido deveria ter preferência porque acreditasse que ele levará a cabo o processo, uma vez que age motivado por uma dor maior (48. 5, 2, 8)¹⁰².

O pai, além do *ius occidendi*, também tinha o direito de tratar o adúltero com injúria (*contumelia*) (Dig. 48.5, 22, 3). O marido poderia reter o adúltero em sua casa por no máximo vinte horas consecutivas a fim de obter e reunir provas e testemunhas (Dig. 48.5, 25).

Apesar das diferenças dos direitos, a lei colocava pais e maridos como os principais responsáveis pela acusação de ambos os adúlteros. Eles eram coibidos a fazê-lo, salvo ninguém se incomodasse com o adultério e fizesse a delação. Ou seja, se o marido, mesmo ciente dos adultérios da esposa, não fizesse caso e escolhesse por manter o casamento, e se não houvesse a delação do pai ou de terceiros, obviamente a lei não era aplicada (Dig. 48.5, 2, 3).

De todo modo, a lei declarava que o pai ou marido deveriam entrar com a acusação dentro de sessenta dias. Passado esse período, o direito era estendido a terceiros por um prazo de quatro meses ou mais (Dig. 48.5, 4, 1). Se fosse provado que o marido estava obtendo ganhos com o adultério da esposa, ele poderia ser acusado de alcovitice (*lenocinium*). Este

¹⁰¹ Tradução nossa.

¹⁰² Tradução nossa.

ponto parece invalidar o costume da confiscação do dote ou parte dele, uma vez que a lei vai contra qualquer modo de o marido por ele mesmo obter recursos com o adultério da mulher, cabendo agora aos oficiais da *quaestio perpetua* determinar a quantia a ser confiscada e distribuída entre a parte ofendida.

O marido também era acusado de *lenocinium* se fosse provado que ele permanecia com a esposa depois do adultério (*Dig.* 48.5, 2, 2). Ou, ainda, ele também era acusado se recebia dinheiro em troca de não denunciar os amantes, ou fizesse qualquer acordo com esse fim (*Dig.* 48.5, 14). Ou seja, a possibilidade da delação por terceiros colocava pais e maridos em situação de alerta, estimulando-os e pressionando-os a denunciar esposas e filhas.

O direito de denúncia por parte de terceiros denota a concepção da guarda da *pudicitia* como dever coletivo. Interessante notar que isso revela uma extensão do poder do *pater familias*, ao mesmo tempo que demonstra interferências e limitações a essa mesma esfera de poder. É uma extensão no sentido de que algo que era da responsabilidade do *pater familias* passa a ser da responsabilidade de outros homens – somente homens com mais de 25 anos poderiam entrar com a denúncia (*Dig.* 48.5, 15, 6). Nota-se também que é um reforço da *pudicitia* como algo de caráter público. A responsabilidade de cultivar a *pudicitia* recai sobre todos, homens, mulheres e crianças, mas de modos diferentes. Essas últimas deveriam se manter castas ou por meio da abstinência de relações sexuais ou, no caso das mulheres casadas, mantendo relações apenas com o marido. E os homens deveriam vigiar não só as mulheres pertencentes ao seu grupo familiar, como também as mulheres de outras famílias. No entanto, a lei, por meio da possibilidade de delação por terceiros e acusação de crime de alcovitice, culpabiliza os maridos pelas ações das esposas. Além disso, reforça a ideia de que mulheres deveriam permanecer sob tutela e vigilância. Desse modo determina papéis muito claros relacionados ao gênero: mulheres deveriam permanecer castas ao manter relações sexuais

somente com os maridos, e homens deveriam vigiar as mulheres – ambos eram sujeitos à punição.

Nota-se que as condições determinadas pela lei a respeito do *ius occidendi* sugerem uma proteção à mulher, pois fixa limites do direito de vida e morte do *pater familias* e proíbe o marido de matar a esposa. Entretanto, essa proteção é ambígua. Se, por um lado, restringe o direito ao assassinato de mulheres; por outro lado, coloca as mulheres sob uma intensa supervisão. E, de todo modo, é impossível especular sobre possíveis diminuições ou não de taxas de assassinatos de mulheres depois da promulgação da lei, simplesmente porque não temos documentos suficientes.

N. Benke nota que um outro fator que dificulta analisar essa possível proteção seria o fato de que ambas as jurisdições doméstica e pública poderiam variar significativamente no que diz respeito à aplicação da lei ou de certos costumes, ou seja, poderiam ignorá-los ou cultivá-los¹⁰³. Esse mesmo autor ressalta, ainda, que não existe fonte alguma que reporte a execução de uma mulher pelo pai como exercício do direito dele segundo a lei¹⁰⁴. Obviamente isto não quer dizer que não houveram mortes, mas representa um dos fatores que contribuem para a impossibilidade de analisar a aplicabilidade da lei.

Desse modo, nota-se que é impossível afirmar que a lei teria representado uma proteção às mulheres. Importante notar, também, que é complicado falar a respeito de políticas de ‘proteção’ às mulheres quando se trata do império romano. Isso poderia incorrer em anacronismos ao adentrar em debates atuais que implicam no reconhecimento, por instituições públicas e/ou governamentais, da família e do ambiente doméstico como lugar primário de violência contra mulheres e crianças, levando a justificar a lei como um instrumento e força intermediadora¹⁰⁵.

¹⁰³ BENKE, 2012, p. 284.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 284.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 306, n. 144; CORRÊA, 1981, p. 8. O melhor exemplo disso pode ser encontrado em nossa realidade brasileira, quando dispomos da recente Lei n. 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Esta lei, mais conhecida como ‘Lei

Conclusão:

Como forma de conclusão parcial, ressaltamos alguns pontos importantes demonstrados nesta primeira parte da tese.

O primeiro dele diz respeito à ampliação do conceito de administração doméstica, que pode ser notado no nível da lei e do discurso.

Esta ampliação, entretanto, guarda uma ambiguidade, pois representou, ao mesmo tempo, um reconhecimento e um tolhimento do poder exercido pelo *pater familias*. Esta ambiguidade, que também pode ser entendida como uma contradição, foi trabalhada por Augusto, quem procurou amenizá-la por meio de várias ações que tinham como objetivo demonstrar este novo modelo de administração de forma positiva. Dentre estas ações, destacamos o título de *pater patriae*.

A conferência deste título a Augusto é mais um dos elementos que reforça o papel deste imperador como zelador da família, e, também, demonstra a resignificação da relação entre público e privado. Este título se relaciona com o novo modelo político proposto por Augusto na medida em que valoriza o âmbito doméstico, propiciando a reprodução do parâmetro de administração doméstica. Augusto administra a cidade e o império a partir de sua casa.

Um segundo ponto a ser destacado diz respeito ao debate sobre a relação ideal entre a *res publica* e as mulheres. Uma de nossas hipóteses é que este debate é fundamental para compreender dois fatores: 1. a reação da aristocracia contra a legislação augustana e, 2. o reconhecimento de certos costumes na lei e principalmente a fixação dos limites do campo de ação do pai e do marido na punição dos adúlteros.

Maria da Penha', reconhece a família como lugar primário de violência ao dispor primordialmente a respeito "Da violência doméstica e familiar contra a mulher". Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Este debate já existia quando a legislação vem à tona, como é possível perceber a partir de menções na literatura republicana. O advento das leis pode ter intensificado o debate, que continuará em voga na literatura posterior a Augusto.

Nota-se, portanto, que a reação da aristocracia era baseada em uma forte ideia de que a *res publica* não deveria interferir no âmbito da administração doméstica, deveria, de outro modo, garantir autonomia para os *patres familias*. Entretanto, esta autonomia apresentava alguns pontos fracos, era regida por costumes que poderiam entrar em conflito. Isto fica claro na disputa entre pais e maridos com relação ao direito de punição e morte da mulher adúltera.

A lei vai na direção de resolver este problema, fixando os limites de ação de cada um deles. A lei coloca uma série de circunstâncias segundo as quais o pai poderia matar a filha adúltera, dificultando este tipo de ação, e proíbe expressamente o marido de matar a esposa.

Contudo, longe de significar uma proteção às mulheres, a lei pode ter representado uma maior opressão na medida em que reforça a vigilância sobre a mulher.

A resistência às leis gerou mudanças pontuais na legislação, o que pode ter ocorrido com a promulgação da *Lex Papia Poppaea*, em 9 d.C., e na revisão da legislação determinada por Tibério em 20 d.C. (Tac. *Ann.* 3, 28). Entretanto, a legislação nunca foi revogada, muito pelo contrário, ela continuaria em vigência nos próximos séculos, apesar de sua aplicação irregular, como veremos na segunda parte desta tese.

Parte 2

Adulterio: violência e exclusão

“...*dum ted abstineas nupta, vidua, virgine, iuventute et pueris liberis,
ama quid lubet*”¹⁰⁶.
(Plautus, *Curc.* 37-38)

2.1. Introdução:

Nesta segunda parte discutiremos, principalmente, questões acerca da violência e dos modos de exclusão social relacionados aos dispositivos de estigmatização do adultério, principalmente do adultério feminino.

Analizamos dois episódios da história romana relacionados a uma ideia de desenvolvimento das instituições políticas dessa sociedade: os episódios de transição da monarquia para a república e o da expulsão dos decênviros – ambos narrados por Tito Lívio. Veremos de que forma o adultério figura nestes episódios, principalmente como um elemento que se relaciona com uma noção quase naturalizada de exclusão e expurgação da mulher adúltera.

Um dos objetivos é compreender como esta noção de exclusão operava no imaginário romano. Neste sentido, recorreremos a estes episódios relatados por Tito Lívio porque entendemos que faziam parte da cultura romana fundamentada na transmissão de exemplos de conduta por meio de uma tradição oral, escrita e material. Ou seja, eram episódios amplamente conhecidos.

¹⁰⁶ “Desde que te abstenhas de mulher casada, viúva, donzela, moços e meninos de condição livre... ama o que tu quiseres” – Tradução de Walter de Souza Medeiros.

Ainda para entender esta noção de exclusão e expurgação da adúltera no imaginário romano, analisamos também a simbologia apresentada pela figura da virgem vestal. Discutimos a relação entre a castidade feminina e a segurança da *res publica*. Deste modo, veremos de que forma a sexualidade feminina sob controle dos homens significava harmonia social e política.

Em seguida discorremos sobre os modos de estigmatização da adúltera, principalmente no que tange à relação estabelecida entre adúlteras e prostitutas. Apresentamos alguns mecanismos que procuravam igualar o status da adúltera e da prostituta. Destacamos dois destes mecanismos que se interligavam, o primeiro agia em um nível legal, e o segundo agia no âmbito da indumentária. Estes mecanismos operavam no sentido de anular da sociedade a figura da adúltera, situando-a e identificando-a como prostituta. Neste sentido, analisamos de que forma a ‘Lei Júlia sobre adultério’ pode ser considerada como um ritual processual que busca transformar uma matrona em uma prostituta, reforçando estas duas categoriais sexuais femininas.

Em seguida, apresentamos algumas questões sobre estigmatização retórica no contexto político da dinastia Júlio-Cláudia. Estas questões são apresentadas com foco na análise de dois importantes personagens desta dinastia: Messalina e Augusto.

Na parte dedicada à Messalina o objetivo é compreender como esta consorte do imperador Cláudio entrou para a História como a “prostituta imperial”. Trabalhamos com a hipótese de que Messalina passou por um julgamento posterior que teria se dado no campo literário.

Passamos então para questões a respeito do adultério na política do período Júlio-Cláudio, tendo como pano de fundo o conceito de “corte”. A partir de uma bibliografia que considera a existência de elementos que possibilitam compreender a aristocracia Júlio-Cláudia como um grupo que se organizava como uma corte, procuramos demonstrar os usos do

adultério e da lei neste contexto, principalmente na dinâmica das intrigas de corte. Concomitante a isto, exploramos questões a respeito de como Augusto tratou os adultérios dentro de sua casa, uma vez que sua filha e neta foram acusadas de adultério. Deste modo, analisamos como o imperador se posicionou frente aos adultérios das mulheres de sua família, e também frente aos adúlteros envolvidos nestes casos. Analisamos, também, de que forma o próprio Augusto é apontado e caracterizado como adúltero por fontes como Tácito e Suetônio. Neste sentido, indicamos algumas questões de gênero nos diferentes modos que Augusto tratou adultérios femininos e masculinos no âmbito da sua casa e da política romana.

E, por último, voltamos à questão da punição pública e privada. Nosso objetivo é entender como funcionavam os processos públicos depois da promulgação da ‘Lei Júlia sobre adultério’, e qual era sua eficácia. Para isso, discutimos questões acerca da corte pública por júri, a *quaestio perpetua*. Procuramos compreender como esse dispositivo se desenvolveu dentro do aparato jurídico romano, e como o crime do adultério foi vinculado, ou melhor, inserido no rol de crimes atendidos por esse aparato.

Nossa hipótese é que os julgamentos públicos de adultério não suplantaram os julgamentos privados, realizados por conselho doméstico. Desta forma, propomos que ambos coexistiam, uma vez que fontes literárias anteriores e posteriores à lei referenciam práticas de punições diretas que se dariam no ambiente doméstico.

2.2. Adultério e Violência:

Esta seção da segunda parte da tese discute questões acerca do adultério e da violência em vários sentidos. Como vimos na introdução desta tese, a infidelidade feminina pode gerar uma violência que apresenta alto nível de aceitação social. Ela pode gerar uma cadeia de atos violentos, perpetrados para vingar ou expiar o adultério. Esta violência pode ser direcionada à mulher adúltera ou a outros agentes.

Vimos que é difícil afirmar que a ‘Lei Júlia sobre adultério’ teria representado uma proteção às mulheres. Inferimos, de outro modo, que ela pode ter intensificado a repressão às mulheres por situá-las em permanente vigilância. É preciso destacar também que esta vigilância é maximizada por uma noção de que toda mulher era uma potencial adúltera.

Na Introdução apontamos que em nossa sociedade brasileira o homem é visto como um potencial adúltero. Esta noção se relaciona com a naturalização da promiscuidade masculina, presente em muitos setores, e que passa pelo nível do discurso jornalístico e midiático e abarca as instituições jurídicas que a legitimam de várias formas, inclusive por meio da impunidade da violência contra a mulher, como veremos na parte adiante sobre ‘crime passionai’¹⁰⁷.

Percebe-se que em Roma elementos similares a estes relacionados à naturalização da promiscuidade masculina se apresentam em outros termos. Em Roma, a promiscuidade masculina não era questionada em termos de uma fidelidade recíproca, visto que a monogamia patriarcal somente exigia a exclusividade sexual para a mulher. Este caráter unilateral da monogamia patriarcal colocava a mulher como um agente que poderia causar uma ruptura na ordem e hierarquia social. Excetuando as prostitutas, toda e qualquer mulher poderia cometer adultério. Toda mulher, portanto, representava uma ameaça nesse sentido. Para

¹⁰⁷ Trata-se de texto sobre adultério, crime passionai e violência contra mulher no Brasil, que se encontra nesta tese como anexo.

minimizar esta constante e inevitável ameaça, a figura da adúltera deveria ser mostrada como algo que necessitava ser expurgado da sociedade. Para os romanos, existiam duas formas de expurgar esta figura: por meio da morte, e por meio da anulação do status da adúltera, que passará a ser uma prostituta.

Ora, a ‘Lei Júlia sobre adultério’ reconhece como legítimo o ato de matar a mulher. Esse direito não foi excluído, apesar de todas as condições colocadas ao pai, como vimos antes, o único que pela lei poderia pô-lo em prática. Podemos inferir que, independente das condições, o reconhecimento em si revela o poder simbólico e ideológico que parece naturalizar uma forma extrema de violência.

Exempla de mulheres romanas mortas em episódios sobre atentados à *pudicitia* são amplamente exaltados na literatura latina, especialmente na literatura do período augustano. As famosas personagens de Lucrécia e Virgínia podem ser consideradas como dois ícones que representam não só o valor atribuído à *pudicitia*, como também à morte justificada pelo atentado a ela (Liv. 1, 58; 3, 48).

Tito Lívio narra que Lucrécia foi estuprada por Sexto Tarquínio, filho do então rei de Roma, Tarquínio Soberbo (509 a.C.). Lucrécia era reconhecida como uma mulher bela, casta e virtuosa, qualidades que, segundo Tito Lívio, a fizeram terrivelmente irresistível aos olhos de Sexto Tarquínio. Em visita a casa de Lucrécia, Sexto Tarquínio declara seus sentimentos e intenções a ela, e, percebendo que não eram recíprocos, resolve estuprá-la. Ele ameaça Lucrécia dizendo a ela que, se não consentisse, ele a acusaria de adultério com um escravo que mataria para esse propósito, alegando flagrante. Diante do insolucionável dilema, Lucrécia resolve ‘ceder’ às chantagens de seu estuprador.

No dia seguinte, com o objetivo de narrar o ocorrido, Lucrécia convoca um *consilium* formado pelo pai, marido e amigos. Diante deles, ela declara ter perdido sua *pudicitia*, diz ter se transformado em uma mulher impudica, algo que teria tornado a sua existência insuportável

e então se mata imediatamente com um punhal. Importante notar que Lucrécia ignora o poder de decisão do *consilium* doméstico por ela convocado, se auto declara adúltera e resolve aplicar a pena que considera adequada a seu crime (Liv. 1, 58).

Virgínia é uma personagem relevante do terceiro livro de história romana de Tito Lívio. Assim como no episódio de Lucrécia, a *pudicitia* de Virgínia é tratada como a causa da queda de um grupo político levando a mudanças na estrutura de poder. O caso de Lucrécia leva à expulsão dos reis de Roma que pôs fim à monarquia e resultou na instalação do regime republicano, em 509 a.C. (Liv. 1, 59-60). O atentado à *pudicitia* de Virgínia leva à queda do decenvirato e retorno dos tribunos e cônsules ao poder, em 449 a.C. (Liv. 3, 54-55).

Virgínia pertencia à plebe, era filha do centurião Lúcio Virgínio e noiva de Lúcio Icilius, ex-tribuno da plebe. Enquanto seu pai viajava, Virgínia foi vítima dos abusos de poder do decenviro Ápio Cláudio. Tito Lívio narra que Ápio tentou seduzir Virgínia, oferecendo-lhe dinheiro e promessas. Constatando ser impossível corromper a castidade dela, Ápio coloca em prática um perverso plano. Ele pede a Marco Cláudio, seu cliente, que acuse Virgínia de ser sua escrava, alegando que ela nasceu em sua casa e que foi transferida de forma ilegal para a casa de Virgínio. O caso ganha repercussão, os homens da família de Virgínia se organizam junto ao noivo dela, Icilius, e pedem para que o julgamento ocorra somente depois do retorno de Virgínio, que se apressa para Roma. Icilius profere um discurso, clamando pela preservação da *pudicitia* de Virgínia. Ele suplica a Ápio que a deixe voltar para casa por pelo menos uma noite, até que seu pai chegue a Roma. Diz que “a esposa que foi prometida a Icilius não passará a noite fora da casa de seu pai”¹⁰⁸, cita constrangimentos pelos quais sofria a plebe e clama “que pelo menos deixem em paz a *pudicitia*”¹⁰⁹ das mulheres e crianças.

¹⁰⁸ Liv. III, 45, 7-8: “*non manebit extra domum patris sponsa Icili.*” (Tradução nossa)

¹⁰⁹ Liv. III, 45, 9: “*pudicitia saltem in tuto sit.*” (Tradução nossa)

Virgínio então retorna à Roma e é dado início o julgamento, presidido pelo próprio Ápio. Percebendo a impossibilidade de defender a filha e se sentindo impotente diante de toda a situação, Virgínio saca um punhal e mata Virgínia no mesmo lugar e momento do julgamento. Uma sedição foi iniciada, o decenvirato foi extinto e o sistema de cônsules restaurado (Liv. 3, 44-55).

Dois elementos importantes chamam atenção nas histórias de Lucrecia e Virgínia: o dever e o papel dos homens em proteger, garantir e vingar a *pudicitia* das mulheres; e a morte como única forma dessa garantia.

É evidente que a violação da *pudicitia* dessas mulheres afeta os homens próximos a elas. Ofende e interfere na *patria potestas* deles, situando-os como responsáveis, convocando-os a organizar sedições, matar e expulsar da cidade quem for preciso.

Nota-se que o tema da infidelidade feminina justifica a violência masculina. As histórias dessas mulheres têm por coadjuvantes homens que desrespeitaram, ofenderam ou ameaçaram a honra de duas famosas casas do cenário político romano. O comportamento daqueles é reprovado e entende-se que eles, e o tipo de poder político que exercem, devem ser expurgados de Roma, uma vez que representam uma ameaça à castidade feminina. É para livrar as mulheres do estigma do adultério revestido pelo estupro que os homens próximos a elas se mobilizam. E também para que a jurisdição representada pela *patria potestas* deles permaneça intocável. Cabia aos homens responder, com violência, à violência causada às mulheres, e é o temor da infidelidade feminina, da *impudicitia*, que desencadeia os fatos.

Importante ressaltar que esses dois *exempla* representam ideais de comportamentos femininos e masculinos, e sugerem que estes ideais deveriam ser defendidos. Lucrecia e Virgínia são louvadas pela sua castidade e pelos esforços para se manterem castas. Elas falham involuntariamente. Entende-se que elas agem de forma correta ao recorrer aos pais, maridos e noivos com fins de remediar o atentado à *pudicitia* delas. Tal atentado é mostrado como uma

ofensa à *patria potestas* de dois *patres familias*. E entende-se que estes, por sua vez, também agem de forma correta e legítima ao mobilizar amigos, parentes, clientes e políticos e ativar dispositivos militares. Apresentam-se como louváveis as atitudes desses homens em expurgar o mau pela raiz, expulsando os culpados e efetuando reformas políticas com fins de evitar novos episódios de abuso de poder.

Resulta dessas histórias que dois elementos importantes relacionados ao feminino e ao masculino estiveram sob ameaça: a *pudicitia* e a *patria potestas*. E, no final, considera-se que Lucrécia, Virgínia e os *patres familias* e amigos destes agiram da melhor forma possível com relação aos deveres relacionados ao gênero de cada um, a saber: as mulheres deveriam se manter castas e sob a tutela de homens, os únicos que poderiam tomar providências para remediar a situação; os homens deveriam vingar o atentado à *pudicitia* se utilizando dos meios legais, institucionais, políticos e militares que se encontravam a disposição. Podemos inferir que, por simples oposição, os *exempla* também sugerem ser inadequado mulheres não se manterem castas e homens serem indiferentes quanto à castidade das mulheres.

Em ambos os episódios os *patres familias* estavam fora da cidade de Roma, cumprindo deveres militares, ou seja, cumprindo funções tidas como adequadas aos homens. Este afastamento por motivo considerado, além de justo, louvável, é que provê circunstâncias para que aconteçam os abusos. Tito Lívio, dessa forma, parece sugerir que nunca houve falha desses exemplares *patres familias*, que, se junto às filhas, certamente teriam prevenido toda a situação.

Os dois episódios sugerem que a violação da *pudicitia* era algo extremamente grave, de modo que a morte se mostra como solução e libertação para essas mulheres. No caso de Lucrécia, o suicídio denota a criação ou manutenção de uma consciência, na qual é manifesto que uma mulher casta que porventura se tornou impudica deveria se sentir infeliz e incapaz ao ponto de considerar que não merecia mais viver¹¹⁰.

¹¹⁰ BENKE, 2012, p. 290.

No episódio de Virgínia, nota-se que a ação do pai é vista como positiva. Entende-se que era necessário matar a filha devido às circunstâncias, e, por isso considera-se que ele agiu de forma correta. Entretanto, o motivo da morte é injusto e inaceitável, e, portanto, uma sedição é iniciada. Ou seja, o *exemplum* indica que constranger uma mulher casta, atentar contra sua *pudicitia* era inadmissível, algo que todos deveriam se unir contra.

O caráter positivo atribuído e reconhecido nos *exempla* de Lucrecia e Virgínia demonstram o poder simbólico da morte da adúltera. A morte aparece como a única opção, ou a mais honrada, para que mulheres castas fossem ‘protegidas’ do estigma do adultério e da *impudicitia*.

Em ambos os episódios a morte é também mostrada como única forma de redenção. Ela é efetuada por agentes autorizados a fazê-lo: Lucrecia, ao tirar a própria vida, escolhe uma morte honrosa, um tipo de morte socialmente aceita, aprovada. No caso de Virgínia, o pai age de forma legítima, somente ele, ou a própria Virgínia, poderiam tomar a decisão de tomar a morte como opção para se libertar da desonra. Ele, porque tinha a filha sob sua guarda, exercendo sobre ela o *ius occidendi* em uma causa considerada justa, e ela, porque poderia, como Lucrecia, escolher o suicídio como forma de se livrar da *impudicitia*.

Vale lembrar que Tito Lívio era contemporâneo à promulgação das leis matrimoniais. As histórias de Lucrecia e Virgínia fazem parte de sua narrativa sobre a fundação e história de Roma, obra escrita ao longo de praticamente todo o principado de Augusto¹¹¹. Os episódios de Lucrecia e Virgínia encontram-se nos livros I e III, os quais se considera que Tito Lívio tenha terminado antes de 25 a.C., ou seja, poucos anos antes do lançamento das leis¹¹².

Esta hipótese de Tito Lívio ter terminado a primeira parte (primeiros cinco livros) de sua narrativa antes de 25 a.C. descartaria uma outra hipótese, que seria a do potencial tom de

¹¹¹ Existem várias hipóteses sobre a datação de *Ab Urbe Condita*, de Tito Lívio. As hipóteses variam em torno das datas 33 a.C. e 9 d.C. Para mais informações, ver a introdução de MINEO, Bernard (ed.). **A companion to Livy**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015.

¹¹² *Ibid.* p. 35.

crítica à legislação augustana, principalmente no tocante à interferência na jurisdição do *pater familias*.

Entretanto, como ressalta P. Martins, rumores sobre a lei certamente já corriam em Roma alguns anos antes de sua promulgação definitiva¹¹³. A presença desses rumores torna possível considerar o tom de crítica ao tolhimento do poder do *pater familias*, uma vez que provam que a legislação matrimonial e seus possíveis efeitos já eram assunto corrente em Roma por volta de 28 a.C. E, como demonstramos na primeira parte desta tese, a discussão a respeito da relação ideal entre o governante e a autonomia do *pater familias* já permeava os círculos políticos e literários em Roma há pelo menos algumas décadas.

A partir desse argumento do rumor, autores como por exemplo K. Milnor, vêm apontando para as possibilidades de identificar, no relato de Tito Lívio, elementos que possam denotar insatisfação do historiador quanto à legislação¹¹⁴. Esta autora analisa como o discurso proferido pelo tribuno Canuleius, em 445 a.C., relatado por Tito Lívio no início do seu quarto livro (Liv. 4, 3-5), pode ser considerado uma metáfora a respeito das restrições aos casamentos entre diferentes ordens (senatorial, equestre, etc.) como previstas pela *Lex Iulia de Maritandis Ordinibus*. O discurso de Canuleius versa sobre a proibição de casamento entre patrícios e plebeus, determinada pelos decênviros na elaboração das Doze Tábuas. No discurso, Canuleius enfatiza a segregação imposta por essa medida, e destaca que isso resultava em uma concepção assimétrica da cidade, de modo a gerar um “exílio do lado de dentro dos muros” (*exsilium intra eadem moenia*) (Liv. 4, 4, 6).

Interessante notar que Milnor, a partir da análise do discurso de Canuleius, ressalta a possibilidade de visualizar uma “landscape”, ou seja, uma paisagem ou cenário geográfico/urbano afetado pela lei. A autora chama atenção para o modo pelo qual “Tito Lívio

¹¹³ MARTINS, 2015.

¹¹⁴ MILNOR, Kristina. Augustus, History, and the landscape of the law. *Arethusa*, vol. 40, n. 1, p. 7-23, 2007, p. 16-19.

usa o ambiente urbano de Roma para dar forma e significado à sua narrativa histórica”¹¹⁵, demonstrando assim interfaces entre estruturas sociais e materiais. Esta interface, por sua vez, evidencia percepções dos romanos com relação a como certas leis atingiam e modificavam as relações entre os indivíduos eles mesmos, e também entre eles e o espaço por eles habitado.

A autora infere que é possível traçar um paralelo entre o papel desempenhado pelos decênviros na narrativa liviana e aquele desempenhado por Augusto com a promulgação das leis matrimoniais. Este paralelo é reforçado pelo fato de que a proibição de casamentos entre ordens contida nas *Doze Tábuas* é o principal, senão o único, elemento precursor da *Lex Iulia de maritandis ordinibus* na história romana. Desta forma, Milnor ressalta que:

Assim como Augusto, os decênviros, nas doze tábuas, procuraram criar um sistema de castas em Roma, no qual a certas categorias de cidadãos era negado o direito de se casar com outras categorias. Além do mais, assim também como as leis de Augusto, a proibição do casamento entre patrícios e plebeus não foi muito popular¹¹⁶.

Nota-se então que, assim como no episódio de Canuleius, os decênviros também cumprem um papel negativo no episódio de Virgínia. Ambas histórias, de Virgínia e Canuleius, apresentam uma crítica à intervenção dos decênviros em questões que diziam respeito ao campo de ação do *pater familias*.

Canuleius termina seu discurso dizendo que os casamentos sempre foram determinados por deliberação privada (*Quod privatorum consiliorum ubique semper fuit* – Liv. 4, 4, 10). E, por sua vez, Icilius, em seu discurso, suplica a Ápio que deixe Virgínio decidir o que fazer com sua filha (*Verginius viderit de filia ubi venerit quid agat* – Liv. 3, 45, 11).

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 18. “Livy uses Rome’s urban environment to give form and meaning to his historical narrative”.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 18-19. “Like Augustus, the decemvirs in the Twelve tables sought to create a caste system in Rome in which certain categories of citizens were denied the right to marry others. Like the Augustan laws, moreover, the ban on intermarriage between patricians and plebeians was not popular.”

Dessa forma, vemos que o possível paralelo entre os decênviros e Augusto na narrativa sobre Canuleius pode indicar a existência deste mesmo fenômeno no episódio de Virgínia.

De todo modo, esta hipótese de Tito Lívio apresentar elementos de crítica e rejeição à interferência do *princeps* na jurisdição privada é fundamentada em ambiguidades – como parece ser tudo o que é relacionado a Augusto.

Os episódios de Lucrecia e Virgínia são ambíguos porque, ao mesmo tempo que vão ao encontro da legislação augustana no quesito da proteção da *pudicitia*, vão também contra no sentido de colocar a figura do *pater familias* como único agente legítimo capaz de deliberar sobre as filhas que estão sob sua tutela. Ademais, sugerem que a maior ameaça à *pudicitia* seria a interferência de indivíduos que se utilizam de seus poderes legais – Sexto Tarquínio e Ápio Cláudio. Ora, estaria também Augusto, no olhar de Tito Lívio, abusando dos poderes concedidos a ele?

Todos estes fatores alimentam ainda mais o interminável debate sobre Tito Lívio ter sido, ou não, amigo e partidário de Augusto. A narrativa deste historiador está repleta de ambiguidades que permitem vislumbrar elementos que situam Tito Lívio como, ao mesmo tempo, porta voz de membros da aristocracia insatisfeitos com a política restauradora de Augusto como também partidário dessa própria política¹¹⁷. Não adentraremos nos pormenores deste extenso debate, mas vale apontar que ambos, Augusto e Tito Lívio, apresentam os mesmos valores e características provenientes de um contexto compartilhado onde ambiguidades e dissimulações tinham fundamental importância para o exercício da política e da historiografia.

¹¹⁷ Para mais detalhes sobre o debate a respeito da relação entre Tito Lívio e Augusto, ver: LEVICK, Barbara. Historical Context of the *Ab Urbe Condita*. In: MINEO, Bernard (ed.). **A companion to Livy**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015, p. 24-36; e SYME, Ronald. Livy and Augustus. **Harvard Studies in Classical Philology**, vol. 64, p. 27-87, 1959.

Contudo, é importante ressaltar que a narrativa de Tito Lívio apresenta elementos fundamentais do debate a respeito da relação ideal entre a *res publica*, os *patres familias* e as mulheres, e, dessa forma, demonstra as articulações e percepções da aristocracia próximo ao momento da promulgação da legislação matrimonial. Estes elementos vão ao encontro da crítica à interferência do governante na jurisdição doméstica do *pater familias*, e, portanto, já apontam para uma potencial reação à legislação que estava por vir nos anos seguintes.

Um ponto fundamental que caracterizou a reação da aristocracia diz respeito ao *ius occidendi*. Recorremos aos *exempla* de Lucrecia e Virgínia, assim como relatados por Tito Lívio, para ressaltar dois pontos intrinsecamente relacionados com o *ius occidendi*: o valor simbólico da morte da adúltera, e a violência masculina justificada pela infidelidade feminina.

Como vimos na primeira parte desta tese, o *ius occidendi* tem procedência na *potestas vitae necisque*, que confirmava a autoridade do *pater familias*, conferindo-lhe impunidade em assassinatos de tutelados quando cometidos e justificados segundo certas circunstâncias. Entretanto, quais eram exatamente estas circunstâncias?

J. Gaughan, em estudo sobre homicídios no período republicano de Roma, aponta que:

Em quase todos os exemplos onde o pai mata um filho com impunidade ele faz isso em resposta a um ato público cometido pelo filho. Aparentemente, o mesmo não é verdade para filhas. Entre os atos pelos quais filhas recebem morte das mãos de seus pais está a má conduta sexual. Por exemplo, Pôncio Aufidiano matou sua filha que havia feito sexo com um escravo, e P. Atilio Filisco matou sua filha por *stuprum*¹¹⁸.

Na passagem acima Gaughan ressalta que a morte de filhos aparece como respostas a atos de caráter público – como por exemplo conspirações políticas – enquanto que mortes de

¹¹⁸ GAUGHAN, 2010, p. 32. “In almost every example where a father kills a son with impunity he does it in response to a son’s public acts. On the surface, the same is not true for daughters. Among the acts for which daughters receive death at the hands of their fathers is sexual misbehavior. For example, Pontius Aufidianus killed his daughter who had had sex with a slave, and P. Atilius Philiscus killed his daughter for *stuprum*.” Cf.: Val. Max. 6, 1, 3; 6, 1, 6. Interessante notar que, no Brasil atual, a maior parte dos homicídios de homens ocorre em espaços públicos, enquanto a maioria dos homicídios de mulheres ocorre no espaço doméstico.

filhas aparecem majoritariamente relacionadas a um mau comportamento sexual. A autora ressalta também que é preciso ter cuidado com a oposição público *versus* privado para a análise destas diferenças entre os gêneros. Rotular as motivações destes assassinatos como pertencentes à ordem pública para filhos, e privada para filhas, passaria a falsa ideia de que a sexualidade das mulheres dizia respeito ao âmbito familiar e doméstico somente¹¹⁹. E, como vimos na primeira parte desta tese, a *pudicitia* tinha caráter público, de modo que a manutenção da castidade feminina era dever de todos - expectativa que será reforçada com a legislação augustana.

Gaughan chama atenção para a natureza deste dever público em guardar a *pudicitia*. A autora aponta para o elemento da castidade feminina como requisito para a estabilidade da *res publica*¹²⁰. Para ilustrar esse ponto, Gaughan nos lembra das punições a virgens vestais, recorrendo aos estudos de A. Staples e H. Parker¹²¹. Estes autores alegam que as punições de vestais apresentam clara relação com a segurança da *res publica*. Estas mulheres eram frequentemente mortas como forma de expiação em momentos de crise política ou derrotas militares. Alegava-se que uma virgem vestal havia falhado em seu voto de castidade, motivo para julgamento por traição e enterramento da sacerdotisa ainda viva.

Staples defende que as virgens vestais eram símbolos de integridade e coletividade romana, devido, sobretudo, ao comprometimento delas em manter uma abstinência sexual¹²². A autora aponta que este voto de castidade fazia parte de uma ideologia da virgindade. Uma ideologia designada para legitimar a supressão da potência sexual e procriadora da mulher que fazia o voto de castidade por trinta anos, a fim de exercer o sacerdócio vestal. Esta supressão fundamentava a essência dos poderes de uma vestal, e, por isso entendia-se que quando ela

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 32.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 32.

¹²¹ STAPLES, Ariadne. **From Good Goddess to Vestal Virgins: sex and category in Roma religion**. London: Routledge, 1998; PARKER, Holt N. Why Were the Vestal Virgins? Or the chastity of women and the safety of the roman state. **The American Journal of Philology**, vol. 125, n.4, p. 563-601, 2004.

¹²² STAPLES, 1998, p. 147.

quebrava o voto de castidade, ela imediatamente deixava de ser uma vestal. Nas palavras de Staples: “A perda de sua virgindade física removia o fundamento sobre o qual a ideia da Virgem Vestal era construída”¹²³.

Parker reafirma o caráter simbólico das vestais como representantes de integridade e coletividade e, mais uma vez ressalta a relação desse simbolismo com o status sexual dessas mulheres. Este autor chama atenção para a condição jurídica única da vestal, que garantia sua liberação da tutela masculina e de todas as obrigações para com sua família¹²⁴. Ora, a principal obrigação de uma mulher para com sua família era manter-se casta no sentido de se comprometer a preservar a virgindade até o casamento e, depois, não ter relações sexuais com qualquer outro homem que não fosse o marido. A vestal se encontrava livre dessa obrigação familiar, mas estava atada a um compromisso do mesmo caráter, contudo amplificado. O compromisso em manter-se virgem durante todo o período do sacerdócio não era um compromisso com sua família, mas sim um compromisso com todas as famílias romanas, era um compromisso público e aberto. Ou seja, a liberação da mulher dos compromissos com a família dela é que possibilitava que ela se tornasse um símbolo de coletividade.

Como já mencionado acima, a vestal era, também, um símbolo de integridade. Parker destaca que a vestal preservava a inviolabilidade de Roma por meio da preservação da inviolabilidade de seu corpo¹²⁵. Para o autor, o corpo da vestal funcionava como um totem, um artefato no qual era investido a segurança da comunidade. Parker indica que: “Um único item totêmico é investido com a segurança de um indivíduo ou estado. Enquanto ele permanece

¹²³ *Ibid.*, p. 148. “The loss of her physical virginity removed the foundation upon which the ideal of a Vestal Virgin was constructed”

¹²⁴ PARKER, 2004, p. 563.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 570.

intacto então é isso que ele significa”¹²⁶. E acrescenta que: “Enquanto as Vestais permanecessem intactas, assim estaria Roma”¹²⁷.

A função simbólica totêmica da vestal é explícita, por exemplo, nos dizeres da vestal Emília, em uma passagem de Dionísio de Halicarnasso em que este autor narra as preces dela à deusa Vesta. Emília diz que, se algo profano for feito por ela, que deixe então que a contaminação da cidade seja expiada através da sua punição (D.H. 2, 68, 4).

Parker nota uma dinâmica que relaciona política, sexualidade e magia. A vestal que permitia a violação do seu corpo colocava em risco a segurança da cidade de Roma. A partir do momento em que esta mulher perdia a sua virgindade, ela não era mais uma vestal, e os poderes com que tinha sido investida não são mais legítimos. Os rituais de que ela participa estão contaminados. A vestal havia se tornado uma bruxa, um agente estranho capaz de danificar a sociedade por meio de uma magia que perde sua validade sagrada, que passa para o campo do oculto, do misterioso, do secreto¹²⁸.

Esse agente feminino que se deixou penetrar, que agiu por vontade própria e, portanto, traiu de forma voluntária e consciente o povo romano, se tornou um elemento que deve ser expurgado. Assim, a vestal era julgada por traição e incesto. O processo de julgamento e punição da vestal apresentava uma performance única em Roma, principalmente porque misturava elementos de uma audiência jurídica e de um ritual religioso. Ou seja, era ao mesmo tempo um julgamento por traição e um ritual para expiar a mácula do incesto. Uma hipótese é que a vestal era acusada de incesto porque todo e qualquer romano era visto como seu irmão¹²⁹. De todo modo, importante ressaltar que, durante o período republicano, estes eram os dois

¹²⁶ *Ibid.*, p.574. “A single totemic item is invested with the safety of an individual or state. As long as it remains unharmed so does that which it signifies”.

¹²⁷ *Ibid.*, p.574. “as long as the Vestal remained intact, so did Rome”

¹²⁸ *Ibid.*, p. 580-583.

¹²⁹ KOCH, 1958, p. 1749, *apud* PARKER, 2004, p. 583. KOSH, Carl. Vesta. *RE*, 2.16 (8), p. 1717-76, 1958.

únicos crimes que para sua investigação era permitida a tortura de escravos para obtenção de provas.

Interessante notar que a ‘Lei Júlia sobre adultério’ colocará o adultério nesse rol de crimes que previa a tortura de escravos. Não por coincidência, esses três crimes se relacionavam no âmbito do que necessita ser invisível e escondido. Nota-se que um elemento que poderia desvelar a traição, o incesto ou o adultério, é o rumor, a “fofoca”, o dito incerto sem procedência ou credibilidade. A tortura de escravos poderia ajudar na fabricação da prova, tornar crível o dito¹³⁰.

Retornando à interpretação de Parker, percebe-se que, a partir deste olhar, as virgens vestais se mostram como totens perfeitos de um patriarcado modelo. Esse autor argumenta que a expurgação da virgem se dava de forma similar à destruição do prodígio. Os prodígios eram dados a morrer por força natural, como, por exemplo, jogados na água (no rio ou no mar) ou mortos no fogo. A virgem vestal era enterrada viva com alguma comida, para que ninguém fosse culpado por sua morte, ou seja, sua morte também era dada à natureza.

Parker ressalta um ponto interessante que diz respeito à violência gerada pelo adultério feminino. A morte da vestal tinha um caráter de sacrifício, pois prevenia a violência. Prevenia vários tipos de violência, principalmente em tempos de crise política e militar.

A castidade de mulheres pode ser considerada como paradigma da segurança da cidade. Dessa forma, Parker indica que: “O corpo intocável da Virgem Vestal é uma metonímia para a inviolável cidade de Roma”¹³¹.

¹³⁰Nero manda torturar as escravas de Octávia quando a acusa falsamente de adultério. O episódio, narrado por Tácito, é um ótimo exemplo do processo de fabricação de provas de adultério pois o historiador, ao expor os artifícios utilizados por Nero para forjar uma acusação, sugere que as narrativas de episódios de acusações de adultério – como aquelas relatadas por ele mesmo nos *Anais* – eram constituídas a partir de todo um arsenal retórico conhecido pela audiência, que, portanto, tinha consciência da possível falsidade dessas acusações de fundo político (Tac. *Ann.* 14, 60-64).

¹³¹PARKER, 2004, p. 563. “The untouched body of the Vestal Virgin is a metonymy for the untouched city of Rome”

E. Cantarella também explora o caráter paradigmático das vestais e afirma que o castigo delas seria algo como um modelo do castigo de todas as mulheres. A autora defende a hipótese de que uma das formas mais populares de matar uma adúltera – ou uma mulher que bebia vinho – era a morte por inanição¹³².

Este tipo de morte representaria uma forma de morte menos cruel e era reservada às mulheres porque era vista como um tipo de morte privilegiada, um ato piedoso.

Cantarella baseia sua hipótese em várias passagens que relatam mulheres que foram condenadas a morrer de fome, além de ressaltar uma história contada por Valério Máximo (6, 3, 9) e Plínio, o Velho (*HN*, 14, 13, 89). Ambos autores contam a história de Ignácio Mecênio, que matou a esposa acusada de beber vinho. Valério Máximo relata que ele a matou com golpes de bastão. Mas Plínio relata que ela deve ter morrido por inanição.

O que chama a atenção de Cantarella nestes dois relatos é que Valério Máximo possivelmente narrou o episódio porque ele se destacava por alguma peculiaridade. Na visão da autora esta peculiaridade seria a brutalidade de Ignácio Mecênio, que, de todo modo, foi justificada por Valério Máximo, que ressalta que uma mulher ávida por vinho fecha as portas para as virtudes e abre-as para todos os vícios.

A brutalidade de Ignácio Mecênio coloca a prática da morte por golpes de bastão como uma prática marginalizada. Deste modo, Cantarella afirma que o relato de Plínio poderia estar mais em conforme com a realidade, uma vez que vai ao encontro de outras referências em outras fontes.

Cantarella indica que as vestais eram dadas a morrer de fome enterradas vivas em uma espécie de câmara subterrânea. Neste recinto, que se assemelhava a um *cubiculum* doméstico, a vestal condenada era encerrada com um leito e uma tocha, além de pão, água, leite e azeite¹³³.

¹³² CANTARELLA, Eva. **Los suplicios capitales en Grecia y Roma**. Madrid: Akal, 1996, p. 121-127.

¹³³ *Ibid.*, p. 128.

Desta forma a autora argumenta que a punição das vestais era muito semelhante à punição determinada em conselhos domésticos. Cantarella argumenta que mulheres condenadas por familiares em conselhos domésticos deveriam morrer de inanição encerradas em um quarto da casa.

2.3. Estigmatização e exclusão:

2.3.1. Adultério e prostituição:

“Estigma” é um conceito bem difundido no campo da Sociologia e da Psicologia Política, sendo utilizado principalmente nos estudos que buscam evidenciar as condições de marginalização de um determinado grupo. Trata-se de um conceito importante e muito presente nos amplos debates teóricos que discutem processos de estereotipação e formação de identidades.

De forma bem resumida, pode-se dizer que o estigma é algo que funciona como uma marca (ou um conjunto de marcas, sinais, símbolos) que distingue e identifica um grupo. Esta marca é baseada em construções sociais, se relaciona com condições históricas específicas e pode se apresentar como um traço somático ou como um traço social.

Estigmas manifestos por traços somáticos são aqueles que tem por base a eleição de características do fenótipo, como, por exemplo, a cor da pele e o cabelo. Estigmas fundados em traços sociais são aqueles que se apresentam por meio de algum símbolo convencional, como vestimentas, e/ou por meio de comportamentos muitas vezes estereotipados.

O conceito de estigma foi teorizado por E. Goffman, na obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1975), quem ressalta que todo estigma envolve uma

teoria que o justifique. Tal teoria funcionaria como uma ideologia com fins de explicar a ‘inferioridade’ do grupo estigmatizado, e para articular formas de controle para amenizar ou anular o perigo que o grupo demonstra causar¹³⁴.

Um estigma indica níveis de processos de aceitação/reconhecimento social. Um grupo estigmatizado demonstra situações caracterizadas pela falha de uma aceitação plena. Interessante notar que, no âmbito dos níveis dos processos de aceitação, o estigma pode indicar determinadas estratégias de ressignificação simbólica como busca da aceitação plena. Por exemplo, é possível perceber esta ressignificação em determinados movimentos sociais que elegem algum estigma como atributo do grupo¹³⁵. Este fenômeno é evidente na escolha do cabelo crespo como símbolo de poder negro (*black power*) pelo movimento negro norte-americano, e também na escolha do termo “vadia” pelo movimento internacional denominado “Marcha das vadias”, que busca dar visibilidade a questões a respeito da violência contra mulher e combater a cultura do estupro.

Nosso foco, nesta parte do texto, será entender de que modo a estigmatização das adúlteras em Roma demonstra a forma que a categoria “prostituta” servia como um instrumento de reprovação moral. Especial foco será dado aos trabalhos e hipóteses de T. McGinn, por entender que seus estudos, principalmente o livro *Prostitution, Sexuality, and the Law in Ancient Rome*, podem ser considerados, atualmente e em conjunto, como a análise mais completa da relação entre a prostituição e a legislação de Augusto.

A mulher condenada como adúltera pela Lei Júlia perdia o status de *mater familias* e era juridicamente igualada a uma prostituta. Deste modo, a adúltera entrava para o rol dos *infames*, grupo caracterizado por uma situação jurídica incerta e complexa. Além das adúlteras,

¹³⁴ SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. *Imagonautas*, 2, 1, p. 92-113, 2011, p. 95.

¹³⁵ GALLINO, Luciano. *Dicionário de Sociologia*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2005, p. 640-641.

faziam parte deste grupo também as prostitutas, os proxenetas, os atores e os gladiadores. Os infames careciam de *fama* (reputação) e podem ser basicamente divididos em dois grupos: aqueles que exerciam uma profissão infame, como os citados anteriormente, e aqueles condenados por algum crime, como no caso das adúlteras¹³⁶. Entretanto, o status legal dos condenados classificados como *infames* poderia ser temporário, enquanto que o daqueles que praticavam ofícios *infames* tendia a ser permanente.

Não era permitido aos *infames*: fazer acusações, atuar como testemunhas e falar em nome de outros em uma corte, e se candidatar para magistraturas. Seus corpos podiam ser violados, torturados e mutilados com impunidade. Ulpiano especifica, inclusive, que eles não tinham direito de fazer acusações de adultério (*Dig.* 48, 2, 4).

C. Edwards ressalta que os *infames* enfatizavam o contraste entre a vida do prazer e a vida pública dos deveres e das virtudes¹³⁷. Para a autora, os *infames* estavam do lado oposto do que era ser um romano, não apresentavam *dignitas* e *grauitas*¹³⁸. Edwards argumenta que, ao reforçar o lugar dos *infames* na hierarquia social romana, a legislação de Augusto coloca o imperador no topo, legitimando sua posição¹³⁹.

Além disso, a legislação determinou uma hierarquia de status na qual a categoria *mater familias* se opunha à categoria da adúltera/prostituta, e, para o homem, a categoria de marido se opunha à categoria do proxeneta¹⁴⁰. A legislação previa mecanismos para manter e reforçar a hierarquia e, como já dito, fez parte de um projeto maior, de reorganização social de Roma. McGinn ressalta que um dos objetivos de Augusto neste projeto foi valorizar a cidadania romana para evitar ascensão de certos grupos.

¹³⁶ Sobre o caráter de *infamia* atribuído às adúlteras, ver: *Dig.* 23, 2, 43, 12-13, e 48, 5, 10.

¹³⁷ EDWARDS, Catharine. Unspeakable professions: public performance and prostitution in Ancient Rome. In: HALLETT, Judith P.; SKINNER, Marilyn B. (Org.). **Roman Sexualities**. Princeton: Princeton University Press, 1997, p. 84.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 76.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 89.

¹⁴⁰ MCGINN, Thomas A. J. **Prostitution, Sexuality, and the Law in Ancient Rome**. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 208.

Um destes grupos era o das prostitutas. A maior parte delas pertencia aos setores mais humildes, mas, de todo modo, muitas delas transitavam por diferentes espaços da cidade, eram agentes muito presentes em todo o cenário urbano. A existência delas garantia o duplo padrão na definição patriarcal de adultério, permitindo somente ao homem a manutenção de relações sexuais extramatrimoniais.

Ora, se a existência delas era, de certo modo, ‘necessária’ para a conservação do duplo padrão previsto na lei, isso explica a razão de a própria lei reger alguns pontos sobre a prostituição. Uma das preocupações da lei era definir e identificar as prostitutas. Neste sentido, McGinn ressalta:

Assim como ele fez com outros grupos sociais e status, Augusto estava respondendo ao caos do fim da República, quando a linha divisória entre respeitáveis e não respeitáveis havia se tornado indistinta. A polaridade entre *meretrix* e *mater familias* procurou restaurar um senso de ordem e tornar claro os status das mulheres¹⁴¹.

McGinn defende que uma das formas de identificação se deu pela determinação do uso da toga para as prostitutas, e da *stola* para matronas. Este autor defende que estas determinações foram reforçadas pela ‘Lei Júlia sobre adultério’. Entretanto, esta é uma hipótese difícil de sustentar, uma vez que não há evidências no texto da lei.

Sabe-se que a vestimenta que caracterizava as matronas romanas do final da República e início do Império era a *stola*. Esta vestimenta era símbolo de distinção das mulheres da aristocracia e indicava que se tratava de uma mulher casada em *iustum matrimonium*. A *stola*, dessa forma, representava honra feminina e era uma forma de distinguir a mulher social e sexualmente¹⁴². Era, portanto, um modo de dispor a *pudicitia*.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 209 “As he did to other social groups and statuses, Augustus was responding to the chaos of the late Republic, when the dividing line between respectable and nonrespectable had become blurred. The polarity of *meretrix* and *mater familias* sought to restore a sense of order and clarity to women’s status.”

¹⁴² OLSON, Kelly. *Matrona and Whore: Clothing and definition in Roman Antiquity*. In: FARAONE, Christopher A.; MCCLURE, Laura K. (ed.) **Prostitutes and Courtesans in the Ancient World**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2006, p. 189.

Algumas poucas menções na literatura indicam que as adúlteras deveriam abandonar a *stola* e adotar a toga escura, vestimenta relacionada às prostitutas¹⁴³. Em contraposição, existem várias menções sobre outros tipos de roupas de prostitutas, demonstrando que havia uma variedade dos modos de vestimenta e adorno dessas mulheres. Tais menções associam as prostitutas com roupas coloridas, transparentes, e por vezes luxuosas, e também com maquiagens e abundância de joias e acessórios. Como já dito acima, não há menção sobre a obrigatoriedade do uso da toga em fontes jurídicas. Levando em consideração esses fatores, K. Olson argumenta que a toga era uma entre as várias opções de vestimenta que uma prostituta ou adúltera poderia adotar¹⁴⁴.

Olson argumenta também que a *stola* não era tão comum quanto imaginamos. Isso porque, segundo a autora, as fontes descrevem vestimentas ideais que estariam muito mais relacionadas com julgamentos morais do que com a realidade. Dessa forma, se uma mulher aparece descrita como uma *togata* ou *stolata*, isso não significaria que ela fazia uso da toga ou da *stola*. Tais descrições se relacionam mais com as críticas ao comportamento feminino do que com as vestimentas realmente adotadas pelas romanas, e, neste sentido, a toga ou a *stola* são ícones que representam a desonra ou honra de determinada mulher.

Para Olson, os autores antigos se referem a uma situação social ideal estática, o que não corresponde à dinâmica da moda, modos de vestimenta e adorno das mulheres romanas, que seriam muito mais fluidos. A autora argumenta que não existiu uma hierarquia institucionalizada das vestimentas como símbolos de status social em Roma durante a dinastia Júlio-Cláudia. Existia sim uma hierarquia, porém informal, sem regulamentações. Tal hierarquia era pautada por símbolos que informavam o status, como por exemplo, a toga para

¹⁴³ Passagens que mencionam o uso da toga por adúlteras ou mulheres de status incerto: Horácio, *Sátiras*, 1,2,63; Marcial, *Epigramas*, 2,39; 6,64,4 e 10,52; Juvenal, *Sátiras*, 2,68-70; Porphyrio, In: Acro, *Scholia Horatiana*, *Sátiras*, 1,2,63. Passagens que mencionam o uso da toga por prostitutas: Cícero, *Phillipics*, 2,44; Tibullus, 3,16,3-5; Titinius, *Gemina*, 653L.

¹⁴⁴ OLSON, 2006, p. 194.

homens ou mulheres, os anéis dos equestres, a *stola*, etc. Entretanto, nem todos adotavam os símbolos de suas categorias.

McGinn concorda com Olson no sentido de que ambas, prostitutas e matronas, tinham certa liberdade na escolha de suas vestimentas, admitindo a variedade de roupas e adornos. Entretanto o autor indica várias evidências, em documentos jurídicos e literários, que demonstram uma pressão para que as mulheres fossem identificadas de acordo com sua ‘categoria sexual’¹⁴⁵.

O autor argumenta que esta pressão poderia estar relacionada a prescrições legais que tiveram início com a ‘Lei Júlia sobre adultério’ e seguiram passando por modificações durante todo o período imperial de Roma. Entretanto, importante ressaltar que McGinn não afirma que a lei estabeleceu o uso da toga para prostitutas. O autor demonstra uma série de evidências que demonstram que adúlteras e prostitutas eram proibidas de usar a *stola*¹⁴⁶. A hipótese de McGinn é que esta proibição teria reforçado a pressão pela identificação das prostitutas e, conseqüentemente, teria intensificado o uso da toga entre prostitutas e mulheres adúlteras, agora proibidas de usar a *stola*¹⁴⁷.

Uma dessas evidências utilizadas pelo autor é um comentário de Ulpiano, que discorre sobre isentar de processo por *iniuria* os homens que assediassem sexualmente matronas que porventura vestiam roupas que as deixavam com a aparência de escravas ou prostitutas (*Dig.* 47, 10, 15, 15). Embora a passagem de Ulpiano não fale explicitamente sobre proibição do uso da *stola* por prostitutas e adúlteras, ela elucida bem a importância da vestimenta na divisão entre mulheres honradas e desonradas - entre corpos intocáveis e corpos disponíveis para o prazer do público masculino. A passagem também demonstra que mulheres solteiras que não eram prostitutas ou escravas deveriam se abster de vestes ou adornos que pudessem identificá-

¹⁴⁵ MCGINN, 1998, p. 156-171.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 162.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p., 156-171 e 207-215.

las como tal. Prostitutas e escravas eram as duas categorias que a lei não abrangia, ou seja, elas não poderiam ser acusadas de adultério.

Esta brecha da lei foi utilizada como estratégia para escapar da condenação por adultério. Tácito e Suetônio relatam que nos anos seguintes ao da promulgação da lei, matronas acusadas de adultério se inscreveram como prostitutas com esse fim (Suet. *Tib.* 35, 2; Tac. *Ann.* 2, 85). Essa prática foi proibida por um decreto dos senadores em 19 d.C., o qual especificava que nenhuma mulher que fosse neta, filha ou esposa de equestres e senadores poderia tomar o status de prostituta. Segundo Tácito, esta resolução foi tomada depois que Vestília, pertencente a uma família de pretores e esposa de Tídio Labeão, solicitou aos ediles que a inscrevessem na lista das meretrizes para escapar da lei. Ainda segundo o historiador, este era um costume antigo dos romanos: inscrever as adúlteras como prostitutas como forma de difamação.

Suetônio, ao narrar sobre este decreto, menciona que, no mesmo ano, foi decidido também que os senadores e equestres foram proibidos de aparecer em palcos e arenas desempenhando papéis de atores e/ou gladiadores. Além do fato de Suetônio tratar dessas proibições em sequência, o fator que mais as conecta é que ambas tratam de grupos marcados pela *infamia*.

No final da década de setenta do século passado, foi encontrada uma placa de bronze próximo à cidade antiga de *Larinum*, na Itália, contendo parte do texto do decreto sobre esta proibição¹⁴⁸. Conhecido como “*Senatus Consultum de Larinum*”, este documento suscitou uma discussão sobre a relação entre as duas proibições, de matronas não poderem se inscrever como meretrizes, e senadores e equestres atuarem em palcos e arenas, dada as evidentes conexões presentes em Suetônio, as quais possibilitam situar ambas proibições no mesmo ano de 19 d.C. Entretanto, não há menção sobre prostitutas na parte do texto preservado. E, deste modo, para

¹⁴⁸ Para consultar o texto e tradução do *Senatus Consultum de Larinum*, cf: LEVICK, Barbara. The *Senatus Consultum* from Larinum. **The Journal of Roman Studies**. Vol. 73, p. 97-115, 1983.

aqueles que defendem que se tratava de somente um decreto para ambas proibições, as menções sobre a prostituição estariam nas lacunas.

McGinn argumenta que, apesar das evidentes conexões entre as proibições, provavelmente foram promulgados dois decretos diferentes¹⁴⁹. Para este autor, a proibição de matronas se inscreverem como prostitutas, ocasionada pelo caso de Vestília, tinha relação estrita com a ‘Lei Júlia sobre adultério’, a qual não se apresenta no “*Senatus Consultum de Larinum*”. Este, entre outros fatores relacionados com as datas exatas das promulgações e o vocabulário utilizado por Tácito e Suetônio, analisados por McGinn em artigo publicado pouco mais de uma década depois da descoberta da referida placa de bronze, levam o autor a concluir que se tratavam de dois decretos diferentes.

O caso de Vestília é o exemplo mais elucidativo sobre a função de inscrever as adúlteras na lista das prostitutas como forma de punição. Tácito, ao relatar o caso, ressalta que este era um costume antigo e que funcionava como uma forma eficiente de punir as adúlteras:

Eodem anno, gravibus senatus decretis libido feminarum coercita cautumque ne quaestum corpore faceret cui avus aut pater aut maritus eques Romanus fuisset. Nam Vistilia, praetoria familia genita, licentiam stupri apud aedilis vulgaverat, more inter veteres recepto, qui satis poenarum adversum impudicas in ipsa professione flagitii credebant. Exactum et a Titidio Labeone Vistiliae marito cur in uxore delicti manifesta ultionem legis omisisset. Atque illo praetendente sexaginta dies ad consultandum datos necdum praeterisse, satis visum de Vistilia statuere; eaque in insulam Seriphon abdita est.

Neste mesmo ano promulgou o senado leis mui severas contra a dissolução das mulheres, e proibiu, que nenhuma tomasse o status de prostituta, que fosse neta, filha, ou esposa de cavaleiro romano. Deu motivo a este decreto Vestília que, apesar de pertencer à ordem dos pretores, tinha levado a tanto o desaforo de sua impudícia, que pediu ser registrada por os ediles, na classe das meretrizes. Era este um costume, praticado por nossos antigos, que tiveram por castigo bastante contra as impudicas obriga-las a alistar-se nesta profissão vergonhosa. Perguntou-se também a Tídio Labeão, marido de Vestília, por que não tinha feito pôr as penas da lei a sua mulher, publicamente convencida deste crime. E respondendo ele, “que ainda não eram passados os setenta dias, determinados na lei Júlia”, contentaram-se com que só fosse condenada Vestília, a qual se mandou degradada para a ilha de Serifon, para nunca mais tornar a ser vista¹⁵⁰.

¹⁴⁹ MCGINN, Thomas A. J. The SC from Larinum and the Repression of Adultery at Rome. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd. 93, p. 273-295, 1992, p. 291-295.

¹⁵⁰ Tradução de J. L. Freire de Carvalho.

Ao relatar que este era um costume dos antigos, Tácito sugere que o registro de prostitutas já existia antes da ‘Lei Júlia sobre adultério’ e destaca que era tido como uma forma eficaz de punir adúlteras. Entretanto, importante notar que o foco de Tácito é ressaltar uma ideia de decadência relacionada ao comportamento feminino. Deste modo, o historiador indica que este método perdeu sua eficácia porque as matronas já não se importavam mais em ser classificadas como prostitutas. Ou seja, a categoria de prostituta não funcionaria mais como forma de reprovação moral.

Ainda um segundo ponto a ser ressaltado a partir dessa passagem de Tácito diz respeito à divulgação da lei. Nota-se que o marido de Vestília, Tídio Labeão, é questionado por não ter iniciado o processo de acusação da esposa, ao que responde que ainda não tinha se passado os sessenta dias previstos pela lei para que o marido ou pai relatasse o delito. O fato de Labeão ter sido cobrado demonstra uma expectativa no sentido de que era esperado que ele agisse conforme a lei, além de indicar que todos os envolvidos na sessão tinham conhecimento da lei. Labeão é perdoado depois de se justificar, se utilizando de seu conhecimento da lei. Deste modo, este episódio indica que a lei era amplamente conhecida pela aristocracia da época de Tibério. Além disso, o episódio demonstra também a pressão para que os homens supervisionassem e punissem as mulheres de acordo com a lei.

Não se sabe se o registro de prostitutas já existia antes da Lei Júlia. McGinn aposta que ele foi criado junto com a lei¹⁵¹. O que se pode dizer é que o registro cumpria a função de isolar, supervisionar e definir um grupo de acordo com sua função social e sexual. Como já dito, a preocupação de Augusto em segregar as prostitutas fazia parte de sua tentativa de reforçar fronteiras hierárquicas dentro da sociedade romana de modo a manter a exclusão de certos grupos do âmbito da política.

¹⁵¹ MCGINN, 1998, p. 163.

Nota-se, também, que esta é uma preocupação de natureza claramente patriarcal. Na grande divisão entre matronas e prostitutas está implícita a separação entre mulheres comprometidas a manter relações sexuais com somente um homem, e mulheres que não tem esse comprometimento, e mantem relações com mais de um homem. Ambas as situações demonstram uma relação entre a sexualidade feminina e a aquisição de fundos para a sobrevivência. Nos dois casos são os homens que proveem recursos financeiros para a manutenção da mulher. A matrona garante seus recursos por meio do seu comprometimento com seu grupo familiar em manter a castidade no sentido de permanecer virgem quando ainda fora de um matrimônio, e, depois, casta no sentido de manter exclusividade sexual para o marido. A prostituta, obviamente, assegura seus recursos por meio de suas relações sexuais com um ou mais homens.

A ideia de que as prostitutas teriam uma liberdade sexual semelhante a dos homens torna-se extremamente problemática quando pensamos nos termos expostos acima, e também quando levamos em conta que enquanto os homens tinham liberdade para escolher prostitutas, elas eram escolhidas. Essa desigualdade fica ainda mais clara quando a prostituta é uma escrava, demonstrando total assimetria nesta relação de poder¹⁵².

Interessante notar que a adúltera é uma figura de transição entre a matrona e a prostituta. Ela é a mulher que rompe a fronteira entre a esfera da castidade e da promiscuidade. Deste modo, pode-se dizer que a lei determina o ritual que transformará a matrona em prostituta.

Ao definir a adúltera como prostituta a lei busca fixar os status das mulheres em apenas dois grandes grupos: matronas e prostitutas. Neste sentido, a lei procura anular a figura transitória da adúltera, lhe atribuindo um status que deveria ser permanente.

¹⁵² *Ibid.*, p. 210.

Nos documentos jurídicos a promiscuidade aparece como o fator essencial que conectava as prostitutas e as adúlteras¹⁵³. Entretanto, a noção de promiscuidade apresenta variações ao longo do tempo. McGinn argumenta que no período pós-clássico, depois de Constantino, a definição jurídica de prostituta se alargou. Isto porque, no período clássico, a definição predominante, informada pelas leis de Augusto, equiparava as adúlteras e as prostitutas, ao mesmo tempo que isentava as prostitutas, as atrizes e as alcoviteiras da punição por adultério. Já no período pós-clássico a categoria das mulheres isentas de acusação de adultério foi ampliada, no momento em que as mulheres que trabalhavam em tabernas foram incluídas nesta categoria.

McGinn se utiliza de uma definição sociológica de prostituta, pautada em três características: promiscuidade, pagamento por sexo e ausência de vínculo emocional entre as partes¹⁵⁴. A partir desta definição sociológica, o autor argumenta que a elite masculina romana enfatizava a promiscuidade para definir prostituta. Desta forma, levando em consideração as definições jurídicas, é possível afirmar que na época clássica o caráter promíscuo estava vinculado às adúlteras e às prostitutas, como evidenciado nas leis de Augusto. Enquanto que na época pós-clássica, uma noção de promiscuidade – que já existia em outros âmbitos – associado às mulheres que trabalhavam em tabernas, passa a ter caráter jurídico depois de um edito de Constantino¹⁵⁵. McGinn aponta que no período clássico estas mulheres já eram apresentadas como promíscuas, entretanto não figuravam nas leis como tal. Após o edito de Constantino elas passam a ser equiparadas às prostitutas¹⁵⁶. Deste modo, a autor conclui que:

O que conecta a prostituta, *lena*, e a adúltera é uma direta ou indireta associação com a promiscuidade

¹⁵³ MCGINN, Thomas, A. J. The legal definition of prostitute in late Antiquity. **Memoirs of the American Academy in Rome**. Vol. 42, p. 73-116, 1997, p. 114.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 74.

¹⁵⁵ Trata-se de um edito de Constantino promulgado em 336. Para mais informações, ver: Código Theodosiano, 4,6,3, e MCGINN, 1997, p. 73-116.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 73-116.

sexual. O mesmo pode ser dito para os tipos pós-clássico. O que a lei faz em ambos os casos é focar na promiscuidade sexual como o componente essencial da definição de prostituta e expandir esta definição por meio de sinédoque, avaliando outras categorias de mulheres na luz de um perseverante preconceito da elite masculina¹⁵⁷.

De todo modo, a linha entre as definições jurídicas de prostituta e adúltera era bem tênue. Por exemplo, Ulpiano sugere que uma mulher promíscua, mesmo sem receber dinheiro por sua promiscuidade, poderia ser classificada como uma prostituta (*Dig.* 23, 2, 43, 3). O mesmo jurista menciona também que mulheres flagradas em adultério poderiam ser taxadas como *infames* mesmo quando a acusação de adultério resultava em absolvição (*Dig.* 23, 2, 43, 12-13).

A definição da adúltera como prostituta como colocado nos termos da ‘Lei Júlia sobre adultério’ abrangia também o homem, situando-o como proxeneta. Para ilustrar esse ponto basta lembrar que o marido poderia ser julgado por crime de *lenocinium* (alcovitagem) quando escolhia por manter o casamento com a esposa adúltera. Isto poderia acontecer quando ele não acusava a adúltera dentro do prazo de sessenta dias após o ocorrido. Além disso, a lei determinava que os homens da aristocracia eram proibidos de se casarem com mulheres condenadas por adultério, assim como eram proibidos de se casarem com prostitutas (*Dig.* 48, 5, 11, 13).

O costume de cobrar multa do adúltero ou da adúltera também se configura como crime de *lenocinium* (*Dig.* 48, 5, 2, 2; 48, 5, 14; 48, 5, 29, 3). No *Digesto*, Ulpiano indica que a lei prevê punição para o marido que lucrar com o adultério da esposa:

<i>Lenocinii quidem crimen lege Iulia de adulteris praescriptum est, cum sit in eum maritum poena statuta, qui de adulterio uxoris suae quid ceperit,</i>	O crime de lenocínio está previsto na Lei Júlia sobre adultério, como uma penalidade prescrita contra o marido que lucra monetariamente do
---	--

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 114. “What linked prostitute, *lena*, and adulteress together is a direct or indirect association with sexual promiscuity. The same holds for the postclassical types. What the law does in both cases is to fasten on sexual promiscuity as the essential component of the definition of prostitute and expand this definition through synecdoche, evaluating the other categories of women in the light of long-standing elite male prejudice.”

item in eum, qui in adulterio deprehensam retinuerit. adultério de sua esposa; assim como contra aquele que mantém sua esposa mesmo depois que ela foi pega em adultério. (*Dig.* 48, 5, 2, 2)

Deste modo, percebe-se que muitas vezes a lei abrangia as relações extramatrimoniais nos termos da prostituição, além de apresentar vários fatores que vão no sentido de fixar o status da adúltera como prostituta.

O fato de a lei mostrar a relação íntima entre adultério e prostituição demonstra aquilo que C. Salles já havia notado: “os romanos fazem da prostituição uma componente essencial da ordem social”¹⁵⁸. Esta autora ressalta que a prostituição, ao invés de ser um tabu, era algo que perpassava as relações sociais romanas, e era elemento constitutivo dessas.

Salles nota, também, que a prostituição poderia apresentar caráter terapêutico no combate ao adultério. Neste sentido, a autora indica que os prostíbulos eram indicados aos jovens e homens que porventura cobiçavam uma amante, como forma de apaziguar o desejo, de forma a evitar as matronas¹⁵⁹.

Por último, apontamos que a legislação de Augusto apresenta elementos que podem ser compreendidos como esforços no combate a um tipo de prostituição ilegal. A proibição dos maridos lucrarem com os adultérios da esposa, por meio da cobrança de multa ao outro homem, por exemplo, pode ser vista como uma tentativa de evitar que o marido aja como proxeneta de sua esposa.

¹⁵⁸ SALLES, Catherine. **Nos submundos da Antiguidade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 173.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 174.

2.3.2. Estigmatização retórica e jogo político:

2.3.2.1. Messalina:

A estigmatização da adúltera não se dava somente no campo legal e indumentário, ela se dava também no campo retórico e literário. Essa estigmatização também apresenta fatores que vão no sentido da exclusão das mulheres do campo social e político. Na literatura latina, a figura da adúltera aparece muitas vezes como símbolo de desordem, sendo algumas dessas vezes relacionados a ferramentas na elaboração de críticas a imperadores¹⁶⁰. O exemplo mais claro desse fenômeno pode ser apreendido no modo como nos é apresentada a personagem de Messalina, uma das adúlteras mais famosas da Dinastia Júlio-Cláudia.

Valéria Messalina (c. 25-48 d.C.) foi a terceira esposa do imperador Cláudio, com quem teve dois filhos, Octavia (40) e Britânico (41). Messalina é caracterizada como adúltera e prostituta por autores como Juvenal, Suetônio, Tácito, Dião Cássio e Plínio, o Velho¹⁶¹. Dentre estes, o autor que mais abertamente trata Messalina como prostituta é Juvenal. Na longuíssima sátira de seiscentos e sessenta e um versos dedicada aos vícios femininos, a sátira VI, o poeta descreve a imperatriz como a ‘augusta meretriz’:

*respice riuales diuorum, Claudius audi
quae tulerit. dormire uirum cum senserat uxor,
sumere nocturnos meretrix Augusta cucullos
ausa Palatino et tegetem praeferre cubili
linquebat comite ancilla non amplius una.
sed nigrum flauo crinem abscondente galero
intrauit calidum ueteri centone lupanar
et cellam uacuam atque suam; tunc nuda papillis
prostitit auratis titulum mentita Lyciscae
ostenditque tuum, generose Britannice, uentrem.
excepit blanda intransis atque aera poposcit.*

¹⁶⁰ Uma análise mais completa sobre a relação entre as mulheres, a retórica, e a política romana na elaboração de críticas a imperadores do período Júlio-Cláudio pode ser encontrada na minha dissertação de mestrado, orientada pelo Prof. Dr. Fábio Favarsani e publicada pela Editora da UFOP. Cf.: AZEVEDO, Sarah F. L. **História, Retórica e Mulheres no Império Romano**: um estudo sobre as personagens femininas e a construção da imagem de Nero na narrativa de Tácito. Ouro Preto: Edufop, 2012.

¹⁶¹ Juv. 6, 115-132; Suet. *Cl.* 26; Tac. 11, 12; Dio, 60, 18; Plin. HN 10, 172.

*mox lenone suas iam dimittente puellas
tristis abit, et quod potuit tamen ultima cellam
clausit, adhuc ardens rigidae tentigine uoluae,
et lassata uiris necdum satiata recessit,
obscurisque genis turpis fumoque lucernae
foeda lupanaris tulit ad puluinar odorem.*

Dirige teus olhos às rivais dos deuses. Escuta o que Cláudio suportou: quando a esposa julgava que o marido dormia, a augusta meretriz, atrevendo-se a vestir um capuz noturno e a preferir a esteira de um cubículo ao tálamo imperial, deixava-o, escoltada por não mais que uma escrava. Depois de ocultar a negra cabeleira com uma loura peruca, penetrava um cálido lupanar através de um velho reposteiro e, em seguida, até uma cela vazia reservada para ela. Então, nua com os mamilos guarnecidos de ouro sob a falsa alcunha de Licisca, prostituía-se e a todos dava a conhecer, ó generoso Britânico, o teu ventre. Branda, recebia os clientes e exigia o pagamento. Ao depois, quando o cafetão já dispensava suas meninas, triste ela saía, fechava sua cela o mais tarde que podia e ainda ardendo pela tensão de sua vulva rígida e esfalfada pelos homens, mas não ainda saciada, retirava-se: horrenda pela face enegrecida e imunda pela fumaça do candeeiro, levava ao leito nupcial o fedor do lupanar. (Juv. VI, 115-132)¹⁶²

Como aponta A. Agnolon, a sátira, gênero próprio dos romanos, era designada para censurar os vícios de homens e mulheres e tinha a mordacidade como uma de suas principais características¹⁶³. Neste sentido, fica ainda mais claro o vitupério ao adultério e à prostituição feminina presente na sátira de Juvenal.

O poeta apresenta Messalina como uma prostituta voluntária como forma de repreender o adultério feminino. Ao descrever Messalina como prostituta, Juvenal iguala o adultério e a prostituição, demonstrando de forma implícita a classificação dicotômica matrona X prostituta. A esposa do imperador, que esperavam ser uma matrona exemplar, comportava-se de forma totalmente oposta. Juvenal parece demonstrar a fase final de um julgamento fictício de Messalina, um julgamento que se faz evidente no campo literário. A imperatriz adúltera é caracterizada como uma prostituta voluntária, desprezando totalmente o dever da mulher para com os homens de seu grupo familiar, principalmente os maridos e pais. Messalina, nas

¹⁶² Tradução de Alexandre Agnolon.

¹⁶³ AGNOLON, 2010, p. 67-68.

palavras de Juvenal, perde a alcunha de adúltera e toma o seu lugar como prostituta de acordo com a lei.

A narrativa de Tácito sobre a morte de Messalina sugere que ela foi executada poucas horas depois que Cláudio teria descoberto um dos seus adultérios. Este historiador não demonstra indícios sobre a existência de um julgamento minimamente formal – doméstico ou público – de adultério. O tom da narrativa de Tácito insinua que Messalina estava apaixonada por um de seus amantes, o cônsul Sílio, com o qual resolve se casar (*Ann.* 11, 12; 26-38). Ora, o casamento de uma esposa do imperador com um cônsul – magistrado pouco abaixo do imperador na hierarquia política romana – configura-se claramente como conspiração.

Os *Anais*, de Tácito, é uma obra repleta de narrativas de conspirações políticas. Entretanto, o relato sobre esta conspiração específica se destoa das demais, principalmente por causa do foco na “insanidade” de Messalina. Insanidade esta relacionada ao comportamento sexual dela. A versão de Tácito não deixa de tomar forma de uma narrativa de conspiração política, entretanto, apresenta elementos fabulosos e de caráter fictício, como aponta o próprio autor, no início da narrativa – que ocupa treze capítulos – sobre o casamento e morte de Messalina e Sílio:

Haud sum ignarus fabulosum visum iri tantum ullis mortalium securitatis fuisse in civitate omnium gnara et nihil reticente, nedum consulem designatum cum uxore principis, praedicta die, adhibitis qui obsignarent, velut suscipiendorum liberorum causa convenisse, atque illam audisse auspicum verba, subisse flammeum, sacrificasse apud deos; discubitu inter convivas, oscula complexus, noctem denique actam licentia coniugali. Sed nihil compositum miraculi causa, verum audita scriptaque senioribus tradam.

Confesso, que parecerá um conto fabuloso, que tenham podido existir pessoas de um tal atrevimento no meio de uma grande cidade que tudo via, e nada calava; e que houvesse um homem, e ainda para mais um cônsul designado, que chegasse a ter a impudência de casar com a mulher do seu príncipe em um dia aprazado, e diante de testemunhas que assinaram o contrato, como cerimônias necessárias para a legitimidade de seus filhos: que Messalina ouvisse as palavras dos áugures; fizesse promessas solenes; oferecesse um sacrifício; assistisse às bodas entre os convidados; recebesse ósculos e abraços; e por fim, passasse a noite em toda a liberdade conjugal! Contudo, nada tenho inventado com espírito de fazer maravilhoso este fato, refiro fielmente o que eu mesmo tenho ouvido, e o que

já, antes de mim, homens velhos escreveram.
(*Ann.* 11, 27)¹⁶⁴

Tácito, então, segue relatando com detalhes como se desenrolaram os fatos que ocasionaram a morte do casal. Segundo o historiador, o imperador estava viajando e ignorava que sua esposa estava se casando com outro homem. Quando foi informado sobre o acontecido, ele viajou para Roma e, no caminho se questionava se ainda era ele o imperador. A narrativa de Tácito coloca Cláudio como um agente passivo e manipulado por seus escravos e libertos.

Messalina festeja o casamento quando é avisada sobre a vinda de Cláudio e resolve ir ao seu encontro, acompanhada dos filhos, para pedir clemência. Entretanto, o acesso ao imperador é mediado pelos libertos que impedem a aproximação dela. Os libertos aparecem também como os responsáveis pela execução da adúltera, antes mesmo da decisão de Cláudio.

Tácito mostra Messalina sendo executada poucas horas depois do casamento. Ela não foi condenada de acordo com a legislação sobre adultério. Nota-se que a possibilidade de exílio, de acordo com a lei, nem sequer é mencionada. Nos termos da lei, Cláudio, como marido, teoricamente não possuía o *ius occidendi*. Tudo segue como um procedimento de desmonte de conspiração com flagrante de traição política, portanto, crime de *maietas*. À execução de Messalina seguiu-se a execução de Sílio e de outros aristocratas, fato que contribui para a confirmação da existência de uma conspiração.

Muito já se especulou a partir da narrativa de Tácito. Muitas hipóteses já foram traçadas e muitas questões elaboradas. Há quem afirme que não houve conspiração e há quem afirme que não houve, inclusive, adultério¹⁶⁵. Aqueles que afirmam que não houve conspiração argumentam, com base na posição política e social dos envolvidos, que não havia fundamentos para uma conspiração. Neste sentido, a punição por traição teria se dado porque Cláudio e os

¹⁶⁴ Tradução de J. L. Freire de Carvalho.

¹⁶⁵ Para um breve esboço sobre as hipóteses em torno do casamento de Messalina e Sílio, ver: FAGAN, Garrett G. Messalina's Folly. *The Classical Quarterly*. Vol. 52, n. 2, p. 566-579, 2002.

senadores interpretaram o ocorrido como conspiração, e não exatamente porque ela existiu. E, aqueles que negam o adultério lançam a pergunta: teria Messalina se divorciado de Cláudio antes de se casar com Sílio? Ora, se Messalina pediu o divórcio antes, o casamento com Sílio não foi um adultério e isso explicaria, em partes, a ausência de indícios sobre o julgamento do adultério. Um fator que contribui para esta hipótese seria a ausência de questionamento sobre a paternidade de Cláudio, uma vez que nenhuma fonte coloca esta questão. A partir disso, perguntamos: teria sido o retrato de Messalina como adúltera uma construção posterior? Como é construída a imagem de Messalina como adúltera? Em que momento ela passa a ser vista como prostituta?

Seguindo uma linha cronológica, a primeira fonte literária onde é citada a morte de Messalina é *Apocoloquintose*, de Sêneca, possivelmente publicada logo após a morte de Cláudio, em 54, portanto em torno de 6 anos após a morte de Messalina. Nesta obra Sêneca não menciona o adultério. O autor classifica a morte de Messalina como assassinato, mencionando-a numa parte do relato onde elenca uma série de nomes de aristocratas mortos por Cláudio (*Apocol.* 11, 13).

A segunda fonte que cita o ocorrido é a tragédia “Octavia”, atribuída a Sêneca, mas de autoria desconhecida. A datação desta obra foi estabelecida para depois da morte de Nero, em torno da década de 70 d.C. Na tragédia, a personagem Octávia, filha de Messalina e Cláudio, menciona o adultério da mãe, dizendo que ela, em um ato de tolice, se casou com outro homem, mesmo já sendo casada. O casamento de Messalina e Sílio se deu em 48 d.C. Esta menção, portanto, indica que em torno de duas décadas depois do ocorrido já havia uma ideia mais ou menos consolidada de Messalina como adúltera.

A terceira menção aos adultérios de Messalina está na obra *História Natural*, de Plínio, o Velho, publicada entre os anos de 77 e 79. Na parte sobre o comportamento sexual e

reprodutivo de várias espécies, Plínio conta uma sarcástica anedota a respeito de uma competição de sexo organizada por Messalina:

Messalina Claudii Caesaris coniunx regalem hanc existimans palmam elegit in id certamen nobilissimam e prostitutis ancillam mercenariae stipis, eamque nocte ac die superavit quinto atque vicensimo concubitu.

Messalina, consorte do César Cláudio, considerando isto ser um nobre jogo, selecionou para a competição a mais notória das prostitutas profissionais, e ganhou dela em uma disputa de sexo que durou dia e noite, com um resultado de vinte e cinco homens. (HN, 10, 172)¹⁶⁶

Nota-se, portanto, que esta anedota é a primeira referência crítica aos adultérios de Messalina. É, também, a primeira menção que faz associação dos adultérios dela com a prostituição.

A quarta menção aos adultérios de Messalina está em *Antiguidades Judaicas*, de Flávio Josefo, obra publicada em torno do ano 93. Josefo, ao relatar sobre a morte de Cláudio, menciona que o imperador teria dado Messalina à morte por motivo de ciúmes (AJ, 20, 148).

Nas fontes do segundo século em diante Messalina vai ficando cada vez mais adúltera. Tácito, Juvenal e Suetônio consolidam este retrato. Todos estes autores escreveram na primeira metade do segundo século, momento em que a imagem de Messalina como adúltera vai se consolidando vinculada à categoria de prostituta, e também a uma crítica a Cláudio.

Em *Apocoloquintose*, Sêneca não utiliza o adultério para criticar Cláudio, embora esse fosse seu principal objetivo nesta obra. Em Tácito isso aparece de forma clara.

Na narrativa dos *Anais* sobre Cláudio certo tipo de fraqueza comum em escravos e mulheres é transferida para o imperador, na medida em que este é mostrado como incapaz de controlar esses agentes de sua *domus* ou relacionados a esta. Esta pode ser entendida como a principal crítica sobre Cláudio, elaborada por Tácito por meio da caracterização de escravos e mulheres que se comportam de maneira totalmente inadequada, e se apoderam de direitos e posições que institucionalmente lhes eram negadas.

¹⁶⁶ Tradução nossa.

O estereótipo retórico da mulher que apresenta comportamento sexual transgressor utilizado por Tácito para caracterizar algumas personagens femininas reforça esta crítica sobre Cláudio¹⁶⁷. Relacionado a esse imperador, este estereótipo pode ser identificado na caracterização de duas importantes personagens dos *Anais*: Messalina e Agripina Menor (quarta esposa de Cláudio e mãe do imperador Nero). O uso deste estereótipo, na narrativa taciteana, guarda estrita relação com a construção do retrato de Cláudio e Nero. No caso de Cláudio, enfatiza seu caráter fraco pelo fato de o imperador ser incapaz de controlar suas esposas. Sugere insegurança, na medida em que leva a indagar como um imperador incapaz de controlar suas esposas, e consequentemente estabelecer a ordem dentro de sua própria casa, poderia administrar o império.

Adultério, libidinagem e incesto constituem *topoi* na caracterização de mulheres imorais. O comportamento sexual transgressor de Messalina e Agripina tem como característica em comum o adultério. Cláudio, por sua vez, é caracterizado como tolerante em relação aos adultérios de suas esposas, o que significa falta de virilidade e, neste sentido, representa mais um fator que contribui para a constituição do retrato de Cláudio como, ao mesmo tempo, um *pater familias* e um *imperator* de caráter fraco.

Na narrativa de Tácito, enquanto as duas, Messalina e Agripina, são caracterizadas como adúlteras, somente Messalina é caracterizada com elementos próprios da caracterização de prostitutas, e, em contrapartida somente Agripina é caracterizada como incestuosa. Esta diferença ressalta que o historiador buscou alcançar efeitos díspares nas críticas aos imperadores, através da composição destas duas personagens¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Uma análise mais abrangente sobre estereótipos retóricos aplicados à personagens femininas nos *Anais*, de Tácito também pode ser encontrada na minha dissertação de mestrado, citada anteriormente.

¹⁶⁸ A caracterização de Agripina como incestuosa na narrativa de Tácito se configura em um elemento essencial na crítica à Nero, colocando ambos como agentes que se igualavam nas torpezas, cf.: AZEVEDO, 2012, p. 132-139.

A figura de Messalina é associada à lascívia e à libertinagem. S. Joshel indica que é possível identificar pressupostos de um discurso senatorial na composição da Messalina de Tácito por meio da análise dessas características da imperatriz¹⁶⁹. A caracterização de uma mulher com um desejo sexual exagerado sugere o caos, a desordem social¹⁷⁰. O desejo irrefreável de Messalina é mostrado por Tácito através do relato do grande número de amantes da imperatriz e do modo como ela rapidamente se enfasiava deles, o que também é enfatizado pela despreocupação dela em esconder seus adultérios. A lascívia de Messalina incorre em uma desordem na *domus* imperial e na hierarquia política e social, principalmente por meio de seu casamento com Sílio, fato que representa o ápice da falta de escrúpulos da imperatriz (*Ann.* XI, 26 e 27). Denota, deste modo, Cláudio como um imperador incapaz de manter hierarquias e, portanto, incapaz de assegurar os direitos senatoriais. Neste sentido, Messalina representa um símbolo de um discurso senatorial pautado por uma oposição a Cláudio. Esse discurso determinou sua imagem, e fez de sua figura um mecanismo retórico capaz de informar preocupações dos agentes que construíram seu retrato.

Ora, sabe-se que Tácito viveu e escreveu sob a época do imperador Trajano (98-117 d.C.), de quem era amigo. A sua obra *Anais* narra os acontecimentos ano por ano dos imperadores da Dinastia Júlio-Cláudia com início no ano da morte de Augusto (14 d.C.) indo até a morte de Nero (68 d.C.). Sua narrativa abarca os principados de Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Tácito traça complexas críticas a esses imperadores, apresentando os vícios de cada um deles, caracterizando-os como loucos, tiranos e cruéis. Por contraposição, sua narrativa deixa transparecer um elogio a Trajano, imperador perfeito.

Desta forma, percebe-se que o retrato de Messalina deve ser entendido dentro deste contexto. É preciso sempre levar em consideração as especificidades e objetivos dos

¹⁶⁹ JOSHEL, Sandra R. Female Desire and The Discourse of Empire: Tacitus's Messalina. *Signs*, v. 21, n.1, p. 50-82, 1995.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 59-60.

documentos. Deste modo, temos que a imagem de Messalina foi sendo construída na literatura seguindo duas direções relacionadas ao contexto retórico e político da segunda metade do século primeiro e primeira metade do segundo. O que se pode afirmar a partir dos documentos deste recorte cronológico mais próximo à vida de Messalina é que sua figura foi sendo representada em dois sentidos: 1. Como uma prostituta; 2. Como uma ferramenta de crítica a Cláudio.

No que diz respeito à recepção, este retrato, entretanto, parece ter se perpetuado apenas no primeiro sentido. Messalina foi condenada pela posteridade com o estigma da prostituta. Um claro exemplo é o modo como a palavra ‘messalina’ se consolidou na língua portuguesa como sinônimo de ‘meretriz’. O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa dispõe no verbete ‘messalina’ essa sinonímia, além da descrição “mulher de costumes dissolutos; libertina”.

No campo da psicologia, o termo “O complexo de Messalina” é utilizado como substitutivo de “Ninfomania” ou “Hipersexualidade” para designar transtornos sexuais que envolvem vício por sexo e demasiada libido¹⁷¹.

Referências à Messalina podem ser encontradas nas mais aleatórias e inesperadas obras. Por exemplo, uma estátua de Messalina foi utilizada em um livro sobre mulheres delinquentes pelo pai da criminologia, o psiquiatra italiano Cesare Lombroso. O livro em questão foi escrito por Lombroso em coautoria com o historiador de Roma, Guglielmo Ferrero, e publicado em 1893, com o título *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale* na Itália, seguido de uma versão reduzida em inglês, intitulada *The Female Offender*, publicada em 1897, nos Estados Unidos¹⁷². Lombroso alegava associações entre a ‘demência’ e a ‘delinquência’, indicando que grande parte dos criminosos nasceriam como tais, devido a causas hereditárias, fator que justificaria a pena de morte. Lombroso também alegava que mulheres sofreriam de

¹⁷¹ GRIFFITHS, M. D. Addicted to love: the psychology of sex addiction. *Psychology Review*, 8, p. 20-23, 2001.

¹⁷² LOMBROSO, Caesar; FERRERO, William. *The Female Offender*. New York: D. Appleton and Company, 1897. _____. *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*. Nuova Edizione Economica. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1903. (1ª ed.: 1893)

uma patologia específica, responsável por um déficit intelectual, situando-as com inteligência inferior à dos homens. A obra apresenta a hipótese de que existiriam semelhanças físicas entre mulheres que cometem crimes. Segundo os autores, tais semelhanças se deveriam a um tipo de má formação craniana e facial. No livro, prostituição é considerada como um crime, uma perversão. Uma ilustração de um busto de Messalina é mostrado como forma de exemplificar um parâmetro facial de prostitutas¹⁷³. Neste sentido, a face da imperatriz, como apresentada pela estátua, é comparada com uma série de retratos de mulheres, provenientes de arquivos de delegacias e penitenciárias dos Estados Unidos. Entretanto, Lombroso não poderia imaginar que, no século XX, descobririam que este mesmo busto foi erroneamente atribuído à Messalina, sendo então reclassificado como estátua de Agripina Menor, fato que contribuiu para invalidar a ‘hipótese’ do criminologista¹⁷⁴.

Voltando para a Messalina de Tácito, é importante ressaltar que a caracterização dela, como demonstrada na narrativa deste historiador, fazia parte de um discurso que buscava excluir as mulheres da política. Os comportamentos sexuais desviantes, como os de Messalina e de outras personagens femininas apresentadas por Tácito, como Agripina, são constituídos a partir de *topoi* que relacionam sexo e política. Tais *topoi* conjugam ideais de conduta sexual de acordo com uma hierarquia política. Eles alimentam um discurso que é pautado pela exaltação do paradigma da matrona casta, que, para usar uma expressão atual, seria um tipo semelhante ao modelo de mulher “bela, recatada e do lar”¹⁷⁵. A mulher ideal seria aquela

¹⁷³ Na edição italiana, a ilustração do busto aparece na folha de rosto, e na edição em língua inglesa, na página 98.

¹⁷⁴ WYKE, Maria. *Meretrix Augusta: Messalina 1870s – 1920s*. In: **The Roman Mistress: Ancient and Modern Representations**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 331.

¹⁷⁵ A expressão “bela, recatada e do lar” se tornou popular depois de uma matéria da revista *Veja* sobre Marcela Temer, esposa do atual presidente do país, desde o Golpe de 2016, que afastou da presidência Dilma Rousseff, eleita democraticamente em 2014. Dilma, primeira mulher presidenta da história do Brasil, durante o período em que governou (2011-2016), foi representada pela mídia de interesses conservadores como mulher histérica, nervosa, desequilibrada, além de masculina. A matéria da *Veja*, sobre a esposa do Golpista Temer, surge, em momento de intensa crise política, poucos meses antes do afastamento definitivo de Dilma, como um contraponto à imagem construída de Dilma. Deste modo, Marcela Temer é apresentada como a mulher ideal no espaço supremo do exercício da política, uma mulher que demonstraria os atributos necessários à ‘acompanhante’ do homem político, exatamente por ser considerada, levando em conta os padrões midiáticos de beleza, uma mulher *bela*; ela também demonstraria indiferença aos assuntos políticos, e se vestiria e saberia se comportar como

disposta a se mostrar casta e que se interessaria por política apenas no sentido de auxiliar o marido.

Deste modo, temos que na narrativa de Tácito, muitas das mulheres que se envolviam com política são demonstradas com comportamento sexual ‘inadequado’. Tácito relata que Messalina e Agripina Menor tomavam decisões junto a Cláudio, participavam de julgamentos e de reuniões de caráter político e interferiam fortemente no contexto político por meio dessa influência no campo formal e institucional, e também por meio de intrigas de corte. Desta forma, o historiador mostra estas mulheres rompendo fronteiras entre o campo da política institucional e o campo da política informal das intrigas, do mesmo modo que rompiam a fronteira entre as categorias sexuais de matrona e de prostituta.

Ora, todos sabemos que era negado às mulheres romanas exercer cargos e magistraturas políticas e militares. Entretanto, sabemos também que o advento do principado incorreu em uma reorganização política e social que abrangeu vários setores e agentes da aristocracia romana, inclusive as mulheres. Deste modo, entendemos que houve uma redefinição do papel da matrona com relação às atividades de cunho político que lhes eram lícitas e adequadas. Discutia-se quais seriam essas atividades e de que modo as mulheres deveriam ser vistas.

Evidências deste debate são mostradas pelo próprio Tácito em episódio em que narra sobre uma proposta discutida no senado a respeito de políticos que, ao assumirem cargos em províncias, decidiam por levar ou não as esposas. Tácito narra dois discursos de dois senadores, um a favor de que fosse permitido aos políticos levarem suas esposas para as províncias, e outro contra esta proposta. O discurso a favor da presença das esposas nas províncias é pautado pela ideia de que as mulheres são importantes para ‘auxiliar’ os homens.

primeira dama, ou seja, é *recatada*, e, sobretudo, é uma mulher que sabe o seu lugar (*o lar*). Este jogo midiático, que manipula estereótipos de mulheres na política, retrata muito bem os contornos da misoginia em nosso país. Cf.: LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, São Paulo, 18 Abr. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 9 Set. 2017.

No discurso que defende que as mulheres deveriam permanecer em Roma, o senador que o profere alega ser mais difícil conter os vícios femininos quando em cidades distantes. Um desses vícios seria a interferência em assuntos políticos (*Ann.* 3, 33-34).

Este debate sobre a atuação das mulheres na política se insere no mesmo âmbito do debate a respeito da punição desses agentes. Ou seja, discutia-se muito, e a partir de vários assuntos, sobre a responsabilidade dos homens em ‘controlarem’ e ‘vigiar’ as mulheres de sua família, principalmente filhas e esposas. Diante disso, é possível inferir que o comportamento feminino era uma preocupação constante da elite masculina, pois a imagem e fama das mulheres estavam diretamente associadas à imagem dos homens. Ou seja, o comportamento feminino tido como inadequado poderia ir além de uma interferência na concepção de masculinidade e virilidade do homem responsável por determinada mulher, que poderia ser visto como um homem fraco por descumprir o seu papel de controlar a mulher. O comportamento feminino inadequado também poderia afetar a imagem política e pública que estes homens precisavam construir e cultivar para um bom êxito neste meio.

Pode-se dizer, então, que existia uma forte preocupação entre os políticos romanos com relação a como as mulheres eram vistas. Esta preocupação é notória na famosa e emblemática frase supostamente proferida por Júlio César, que, quando perguntado por que teria decidido se divorciar de sua esposa Pompeia, mesmo depois de provada a inocência dela em uma acusação de adultério, respondeu que a esposa de César deveria, antes de ser honesta, se parecer honesta, e não deveria nunca estar sob suspeita (Plut. *Caes.* 10, 6).

Esta imbricação entre o comportamento sexual feminino e o exercício da política no meio institucional pelos homens fazia parte do jogo político romano. J. Ginsburg, por exemplo, indica que os *topoi* que relacionavam sexo e política eram aplicados de forma recorrente na literatura sem uma expectativa de crença da audiência, devido a, principalmente, uma consciência da possível falsidade das acusações de adultério, incesto, aborto etc. O

próprio Tácito demonstra que acusações com fins de eliminar concorrentes políticos ou mesmo familiares, mas que representavam ameaça política, eram feitas através da imputação de conduta sexual desviante, como, por exemplo, quando Nero acusou sua esposa Octávia de adultério e aborto (*Ann.* 14, 60-64). Ou seja, a mesma fonte que retrata mulheres atribuindo-lhes condutas imorais, demonstra o uso e manipulação deste tipo de conduta em acusações formais com objetivo de denegrir e eliminar rivais políticos.

Percebe-se, desta forma, que as imagens e fama das mulheres das casas aristocráticas mais importantes de Roma eram de extrema importância no cenário político. A partir de acusações, falsas ou verdadeiras, alegando condutas imorais e inadequadas de mulheres era possível fazer arranjos e rearranjos de grupos políticos. A acusação de adultério era particularmente útil pois previa o exílio dos acusados, de forma que afastava de Roma indesejados rivais políticos.

De todo modo, é possível então dizer que os retratos de mulheres da família imperial, como Messalina e Agripina, vão sendo construídos associados ao que podemos entender como a principal função da mulher na dinastia Júlio-Cláudia. Ou seja, esses retratos estão associados ao lugar da mulher como responsável por manter as alianças políticas por meio de casamentos e geração de filhos legítimos. Esta função é ameaçada pelo adultério e pelo incesto. Desta forma, nota-se também que esta seria a chave para compreender o casamento de Messalina e Sílio, pois, se tratando ou não de adultério, Messalina teria traído Cláudio neste sentido. Ao se casar com Sílio, Messalina nega o seu lugar como mãe dos filhos do imperador. E, além disso, considerando a hipótese de que ela tenha se divorciado de Cláudio, o casamento de uma ex-esposa de um imperador com um cônsul claramente representaria uma ameaça para o imperador. Por motivos de manutenção da dinastia e para evitar possíveis focos de conspiração, era prudente eliminar Messalina e Sílio do cenário político.

2.3.2.2. Augusto:

Interessante notar que Augusto se mostrava consciente de que, para consolidar uma ideia dinástica, era preciso mostrar as mulheres de sua família. Era necessária uma “propaganda imperial” com imagens das mulheres e dos sucessores como garantia da continuidade da *pax romana*. Deste modo, o imperador investe na demonstração da família imperial como uma unidade de poder. Esta demonstração, como já apontamos na primeira parte da tese, é muito clara em documentos de várias naturezas, como em estátuas, moedas e no mausoléu da família de Augusto, a *Ara Pacis*.

As mulheres da família de Augusto eram mostradas e deveriam se mostrar como castas e mães exemplares. Entretanto, não é isso que ocorre. Júlia, a única filha de Augusto, é acusada de adultério com vários homens. O mesmo ocorre com sua neta, também de nome Júlia. Augusto trata os casos como processos mistos de adultério e crime de *maiestas*. O imperador pune a filha e a neta de acordo com sua própria lei, e determina uma pena diferente para cada um dos adúlteros, conforme a posição política deles e, principalmente, conforme a relação que cada um deles tinha com a casa imperial.

Tácito narra que um dos amantes de Júlia, a filha, era Júlio Antônio, filho de Marco Antônio e Fúlvia (*Ann.* 1, 10; 3, 18 e 24; 4, 44). Não por acaso, Júlio Antônio foi o único que recebeu pena de morte pelo adultério com Júlia. Em *Anais*. 1, 10, parte sobre a morte de Augusto, Tácito narra sobre os assuntos que as pessoas estavam conversando no momento e cita que Júlio Antônio, entre outros nobres, foi executado para a manutenção da paz – não diz que o motivo da morte foi o adultério com Júlia. Em 3, 18, menciona que Júlio Antônio não teve seu nome apagado dos registros, apesar de ter insultado a casa de Augusto (*domum Augusti violasset*). Tácito indica um outro amante de Júlia, Semprônio Graco, que foi exilado e, depois de suportar o exílio por quatorze anos, foi morto a mando de Tibério (*Ann.* 1, 53; 3, 24; 6, 51).

Interessante notar que Tácito usa a palavra *domus* para se referir à ofensa cometida por Júlio Antônio. Deste modo, o historiador indica que Júlio Antônio ofendeu a casa de Augusto, ou seja, ele não ofendeu a pessoa de Augusto diretamente, mas sim a casa do imperador. Tal elemento pode indicar o modo como os romanos entendiam a ofensa do adultério como uma ofensa ao grupo familiar sob a tutela de um *pater familias*, revelando diferentes conexões entre honra masculina e castidade feminina.

Em 3, 24, Tácito faz referências aos diferentes tratamentos que Augusto teria dado aos adúlteros de sua filha e neta:

Vt valida divo Augusto in rem publicam fortuna, ita domi improspera fuit ob impudicitiam filiae ac neptis quas urbe depulit, adulterosque earum morte aut fuga punivit. Nam, culpam inter viros ac feminas vulgatam gravi nomine laesarum religionum ac violatae maiestatis appellando, clementiam maiorum suasque ipse leges egrediebatur [...] D. Silanus in nepti Augusti adulter, quamquam non ultra foret saevitum quam ut amicitia Caesaris prohiberetur, exilium sibi demonstrari intellexit, nec nisi Tiberio imperitante deprecari senatum ac principem ausus est M. Silani fratris potentia, qui per insignem nobilitatem et eloquentiam praecellebat. Sed Tiberius gratis agenti Silano patribus coram respondit se quoque laetari quod frater eius e peregrinatione longinqua revertisset, idque iure licitum quia non senatus consulto, non lege pulsus foret; sibi tamen adversus eum integras parentis sui offensiones neque reditu Silani dissoluta quae Augustus voluisset Fuit posthac in urbe neque honores adeptus est.

Tão afortunado foi o divino Augusto em tudo quanto obrou contra a liberdade da República, como desgraçado no interior da sua casa por motivo dos adultérios de sua filha e de sua neta, as quais ele expulsou de Roma, punindo os adúlteros com a morte ou com o desterro. Decerto muito o angustiarão estes escândalos, tão comuns entre os dois sexos; porque, denominando-os um quebrantamento sacrílego dos deveres mais santos da religião e da majestade, no seu castigo excedeu os limites da moderação não só dos antigos, mas das mesmas leis que tinha feito. [...] Décimo Silano, adúltero conhecido da neta de Augusto, ainda que não recebesse outro castigo senão o ter perdido a amizade de César, nisto mesmo percebeu muito bem que se indicava um desterro voluntário. Nele se conservou até o governo de Tibério; e só agora se tinha atrevido a pedir ao senado e ao príncipe a sua restituição, a qual lhe foi concedida pelo grande valimento de seu irmão M. Silano, que por sua eloquência e nobreza era muito bem quisto. Mas na resposta que Tibério deu aos seus agradecimentos, disse-lhe na presença dos padres: -“que muito folgava que seu irmão voltasse depois de uma ausência tão longa; o que lhe era permitido, pois que por nenhuma lei ou senátus-consulto havia sido desterrado: contudo pela sua parte conservaria sempre contra ele a mesma inimizade que seu pai lhe tinha declarado; e apesar da vinda e restituição de Silano ficariam sempre em pé as vontades de Augusto”. Com efeito, ele chegou a

vir depois para Roma, mas nunca tornou a entrar nos empregos. (*Ann.* 3, 24)¹⁷⁶

Nota-se que nesta passagem Tácito ressalta que Décimo Silano não foi severamente punido, enquanto outros foram exilados ou mortos. Silano foi acusado de adultério com a neta de Augusto, que foi exilada para a ilha de Trimerus (*Ann.* 4, 71).

Como indica o próprio Tácito, Décimo Silano era irmão de Marco Silano. Este Marco Silano, por sua vez, era pai de Júnia Claudilla, futura esposa de Calígula, bisneto de Augusto (*Suet. Cal.* 6, 20, 1; 12, 1-2). Deste modo não é difícil perceber que Décimo Silano pertencia a uma família aliada à família do imperador.

A partir disso, destacamos dois fatores importantes: o uso da ‘Lei Júlia sobre adultério’ como ferramenta política, e o caráter exemplar da punição das mulheres de acordo com a lei.

O primeiro fator se relaciona com a configuração da aristocracia romana em algo semelhante a uma “sociedade de corte” no decorrer da transição da República para o Império¹⁷⁷. Um regime de caráter autocrático e monárquico requer a produção de sucessores e eliminação de potenciais rivais para assegurar a ordem dinástica. A execução de Júlio Antônio, se entendida a partir desta lógica, demonstra que Augusto teria se utilizado da acusação de adultério para eliminar um agente de um grupo rival. Desconsiderando se Júlio Antônio tinha ou não pretensões de rivalizar com Augusto, a conexão dele com a filha do imperador é vista como traição política e sua eliminação se faz necessária porque ele teria ultrapassado os limites em termos políticos. Júlio Antônio, exatamente por ser filho de Marco Antônio, arqui-inimigo

¹⁷⁶ Tradução de J. L. Freire de Carvalho.

¹⁷⁷ Para uma definição da aristocracia romana como uma “corte”, ver: WINTERLING, Aloys. *Aula Caesaris: Studien zur Institutionalisierung des römischen Kaiserhofes in der Zeit von Augustus bis Commodus*. Munich: R. Oldenburg, 1999; WALLACE-HADRILL, Andrew. The imperial court. In: BOWMAN, Alan K. *et alii. The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire, 43 B.C.-A.D. 69*. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 283-308; PATERSON, Jeremy. Friends in high places: the creation of the court of the Roman emperor. In: SPAWFORTH, A. J. S. (ed.) *The Court and Court Society in Ancient Monarchies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 121-156.

de Augusto, deveria mostrar-se minimamente distante e imparcial com relação à casa do imperador.

Já Décimo Silano parece ter sido poupado por pertencer a uma casa que interessava a Augusto preservar, visto que era uma família que iria se conectar à família do imperador por meio do casamento entre membros de ambas. Inferimos que se tratava, portanto, de uma casa partidária às políticas de Augusto.

O mesmo não ocorre com as mulheres da família do imperador. Ambas as Júlias, filha e neta, são exiladas de acordo com a lei. Se Augusto considerou o adultério de sua filha Júlia com Júlio Antônio como uma traição política – crime de *maiestas* – ele optou por condená-la de acordo com sua própria lei, talvez para demonstrar clemência, talvez para estimular a aplicação da lei, se colocando como um *pater familias* exemplar.

Portanto, podemos perceber algumas questões de gênero na diferenciação demonstrada por Augusto no tratamento dos casos de adultério da sua família. Pois, se Augusto se colocava como um exemplo no quesito da punição do adultério feminino, ao contrário, o imperador se colocava tolerante aos adultérios masculinos, desde que não representassem ameaça política.

O que as fontes demonstram é que, com relação ao adultério, Augusto não se preocupava em se colocar como modelo de homem casto, mas sim como modelo de um *pater familias* que punia as mulheres adúlteras de sua família.

Nota-se que Augusto, ao fazer referência a suas leis na *Res Gestae Divi Augusti*, ressalta que se inspirou em valores do passado e que, deste modo, fornecia à posteridade muitos exemplos a serem seguidos: “Promulgando novas leis, repus em vigor muitos dos costumes antigos já em desuso, e eu próprio ofereci aos vindouros exemplos de muitos hábitos a imitar” (RG, 8,5)¹⁷⁸.

¹⁷⁸ “*legibus novis me auctore latis multa exempla maiorum exolescentia iam ex nostro saeculo reduxi et ipse multarum rerum exempla imitanda posteris tradidi.*” (Tradução de João Pedro Mendes)

Entretanto, tal afirmação não condiz com uma passagem de Suetônio, na qual o biógrafo indica Augusto como adúltero (*Aug.* 69, 1). Ora, como poderia o imperador que promulgou uma lei que punia severamente o adultério ser ele mesmo apontado como adúltero?

Suetônio afirma que os adultérios de Augusto eram de conhecimento de todos os seus amigos e afirma, ainda, que Augusto os cometeu por razões políticas (*ratio*) e não por luxúria (*libido*).

Adulteria quidem exercuisse ne amici quidem negant, excusantes sane non libidine, sed ratione commissa, quo facilius consilia adversariorum per cuiusque mulieres exquireret.

Nem mesmo seus amigos negam que tenha incorrido em adultério, certamente oferecendo como desculpa para isso não a luxúria, mas o emprego de cálculo: para desvendar mais facilmente os planos dos inimigos através de suas esposas. (Suet. *Aug.* 69, 1)¹⁷⁹

Esta passagem de Suetônio nos remete a um trecho dos *Anais* de Tácito, quando este historiador sugere que Agripina, bisneta de Augusto e mãe do imperador Nero, também teria cometido adultérios por razões políticas (*Ann.* 12, 7, 3). Retornaremos a este ponto adiante.

O adultério mais famoso de Augusto foi o que resultou no casamento dele com Lívía. Lívía era esposa de Tibério Nero, de quem se divorciou para se casar com Augusto. Tácito e Suetônio alegam que Augusto teria roubado ou tomado Lívía da casa de seu primeiro marido.

Em *Anais* 1, 10, imediatamente depois de mencionar a morte de Júlio Antônio, Tácito diz que a vida doméstica de Augusto era assunto corrente nos dias do funeral do imperador. Menciona que Lívía foi tomada (*abducta*) de seu marido, Nero, e que houve dúvida se, do ponto de vista jurídico, ela poderia se casar ou não, uma vez que estava grávida (do segundo filho, Druso). Em V, 1, na parte sobre a morte de Lívía, Tácito novamente faz referência a Augusto ter tomado Lívía, agora utilizando o verbo “*aufert*”. Suetônio, do mesmo modo, narra que Lívía foi tomada (*abduxit*) da casa de Tibério Nero.

¹⁷⁹ Tradução de Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcelos.

O uso deste vocabulário revela uma concepção da mulher como um objeto de troca. Tal fenômeno também pode ser percebido em documentos jurídicos romanos que utilizam o mesmo vocabulário para tratar de transmissões de tutela de mulheres em casamentos (por *usus*) e para tratar de transações comerciais¹⁸⁰. Esta objetificação da mulher também pode ser apreendida no costume romano de empréstimo de esposas para fins de procriação (Strab. *Geo.* 11, 9, 1).

O primeiro esposo de Lúvia era um antigo inimigo de Augusto. Dião Cássio relata que ele foi coagido a se divorciar de Lúvia, quando ela estava no sexto mês de gestação, para dá-la em casamento a Augusto (Dio, 48, 44). Lúvia passou para a casa de Augusto e levou consigo seus dois filhos, Tibério, e Druso, ainda na barriga.

Augusto também era casado e se divorciou de Escríbônia, com quem teve sua única filha, Júlia. Contudo, este não era o primeiro divórcio dele, que, ainda Otaviano, divorciou-se de Clódia Pulcra, sua primeira esposa, para iniciar um casamento de forte interesse político com Escríbônia, que era alguns anos mais velha que ele, já havia sido casada com dois cônsules e era mãe de um (Suet. *Aug.* 62).

Em termos políticos, o casamento de Augusto com Lúvia representou a aliança de duas poderosas famílias romanas. Juntos, eles fundariam a dinastia que funde as famílias Júlia, de Augusto, e Cláudia, de Lúvia, dando origem à Dinastia Júlio-Cláudia, a primeira dinastia do Império Romano. O fato das fontes apresentarem o casamento nos termos de que Augusto teria “tomado” Lúvia de seu primeiro esposo revela, ao mesmo tempo, uma objetificação da mulher no sentido de anular ou ignorar a vontade de Lúvia em se casar com Augusto, e também uma estratégia de intimidação política utilizada pelos homens.

Ora, Lúvia é apresentada nas fontes de forma ambígua, pois, se por um lado aparece como uma matrona casta e esposa ideal e submissa, ela também é mostrada como uma figura

¹⁸⁰ SEALEY, 1990, p. 101.

importante e ativa na política romana. O casamento de Augusto e Lúvia durou 51 anos, Lúvia morreu em 29 d.C., aos 86 anos de idade. O fato de Lúvia ser apresentada como uma consorte exemplar e figura atuante na política e no cenário público romano aponta para uma mulher consciente de sua posição política privilegiada, como a esposa do homem mais poderoso de Roma. Neste sentido, é preciso considerar que Lúvia se divorciou e se casou de forma voluntária com Augusto. O próprio Tácito é vacilante ao afirmar que Lúvia foi “tomada”, pois em *Anais*, 5, 1, 2, o historiador diz que não se sabe se ela foi morar com ele por vontade própria ou não (*incertum an invitam*).

No entanto, o mesmo vocabulário que objetifica as mulheres também denuncia as estratégias de alguns homens em estabelecer relações de intimidação política, e fazer conexões políticas por meio do adultério.

Na passagem de Suetônio citada anteriormente, o biógrafo destaca que uma das formas mais eficazes de obter informações sobre planos de políticos adversários era através das mulheres das casas deles (Suet. *Aug* 69, 1). Suetônio sugere que Augusto tinha consciência desta prática. Ao apontar que Augusto “roubou” ou “tomou” Lúvia da casa de Tibério Nero, Tácito e Suetônio ressaltam que ele teria se aproveitado de sua posição política privilegiada para constranger o antigo inimigo, obrigando-o a ceder a esposa. Deste modo, Augusto teria abusado de seu poder, interferindo na esfera de atuação de um outro homem, de modo que este teve que abrir mão de esposa e filhos. Esta mesma crítica é feita por Dião Cássio (Dio, 48, 44).

O fator do desrespeito a outros homens seguido de abuso de poder com os quais Augusto é caracterizado é ainda enfatizado por Suetônio quando este, no mesmo capítulo em que narra sobre os adultérios do imperador, relata um episódio em que Augusto, em pleno banquete na casa de um ex-cônsul, teria se retirado junto à esposa deste em direção ao interior da casa, e retornado um tempo depois apresentando a mulher com cabelos desgrehados (Suet. *Aug*. 69).

Esta estratégia de obter informações de casas rivais por meio de ligações estabelecidas pelo adultério é apresentada por Tácito junto a outras múltiplas formas de fazer e/ou interferir na política por meio de conexões adulterinas. Este historiador demonstra os usos da lei e também do próprio ato do adultério nas intrigas de corte. Por exemplo, em *Anais*, 4, 12, Tácito mostra como Sejano se aproveitou de uma rede de adúlteros para tramar uma conspiração contra Tibério. E, em *Anais*, 12, 25, o historiador narra que Agripina conseguiu a adoção de Nero por Cláudio por meio da influência do seu amante Palas sobre Cláudio, que teria convencido o imperador que esta era a melhor opção.

O adultério servia muito bem às intrigas de corte porque era algo que deveria estar no campo do escondido, do invisível. Como destaca Wallace-Hadrill, na corte era estabelecido um jogo de dissimulação, onde era necessário fingir, esconder e assistir. Grupos rivais se assistiam, e isto era parte essencial do jogo. Todos tinham algo a esconder, nem tudo se encontrava visível¹⁸¹. Se escondia aquilo que, se tornado público poderia ser de muito risco. A descoberta de um segredo de um rival era importante para criar estratégias para o enfraquecimento deste. As intrigas faziam parte desta dinâmica. Por meio de intrigas se formavam redes de comunicação e suporte a potenciais sucessores.

Deste modo, ambos, casamentos e adultérios eram essenciais no campo político e na consolidação de uma dinastia. Enquanto casamentos representavam a forma pública, visível e legítima de firmar alianças políticas, o adultério representava o oposto. Neste sentido, A. Wallace-Hadrill destaca que:

Assim como o casamento era usado como um instrumento oficial de política dinástica, para marcar a sucessão e para unificar potenciais grupos divergentes, o adultério representou o inverso, o lado escuro da intriga e da formação de grupos fora do alcance do imperador¹⁸².

¹⁸¹ WALLACE-HADRILL, Andrew. The Roman Imperial Court: Seen and unseen in the performance of power. In: DUINDAM, J.; ARTAN, T. & KUNT, M.; **Royal Courts in Dynastic States and Empires: A Global perspective**. Leiden: Brill, 2011, p. 98.

¹⁸² WALLACE-HADRILL, 1996, p. 304. “Since marriage was used as an official instrument of dynastic policy,

Este autor aponta que o adultério cumpria papel essencial nas intrigas e nas formações de grupos em um circuito que estaria fora do alcance do imperador. Seria, de certa forma, um circuito informal. Entretanto, é difícil identificar e delimitar este circuito principalmente por duas razões: por causa da formação heterogênea da corte (políticos, libertos, escravos, mulheres, etc.), e porque todos os agentes, independente de sua posição institucional (inclusive o imperador), poderiam fazer uso do circuito informal.

Quando procuramos compreender a legislação matrimonial de Augusto dentro de uma racionalidade de corte, podemos perceber como a lei foi incorporada na dinâmica de competições aristocráticas. Uma hipótese interessante seria medir se a resistência à lei parece de fato diminuir na medida em que o principado vai se consolidando, o que indicaria que aos poucos a lei foi sendo assimilada pelo jogo de poder.

Desta forma, se esta hipótese fosse provada, poderíamos dizer que uma lei que surge a partir de uma lógica patriarcal adequa-se a um contexto de corte. Como vimos, a ‘Lei Júlia sobre adultério’, em sua definição, reforçava o patriarcado na medida em que procurava fortalecer o casamento e a vigilância sobre a mulher. Sistemas patriarcais pressupõe um pacto entre a mulher e sua família, no qual a mulher deveria se comprometer à castidade e à procriação em troca de proteção e recursos materiais. Quando uma mulher é acusada de adúltera, isto significaria então que ela teria rompido esse pacto. Interessante notar que, em um contexto de corte, a traição cometida por uma mulher da família imperial se torna uma traição dupla, na medida em que se rompe também uma lealdade política. Da mesma forma, homens que cometem adultério com essas mulheres podem ser considerados traidores políticos.

Percebe-se, desta forma, que esse seria um dos motivos pelo qual acusações de adultério

to mark succession and to unify potentially divergent groups, adultery represented the inverse, the dark underside of intrigue and group formation out of the emperor’s control.”

e de *maiestas* muitas vezes se confundem. Acusações de *maiestas* eram frequentemente adicionadas a outras acusações como meio de reforçar o processo¹⁸³. Mas, no caso do adultério, especificamente, a acusação de *maiestas* aparece não só como um reforço, mas sim como uma substituição: acusações de adultério se transformam em acusações de *maiestas*. É o que acontece, por exemplo, em processos de adultérios de alguns integrantes da *Domus Caesarum* ou relacionados a ela, os quais acabam por ter a conotação de traição política – como vimos no caso de Júlia e Júlio Antônio.

A ‘Lei Júlia sobre adultério’ quando entendida em um contexto da corte se faz importante para entender algumas questões dinásticas. Em Roma, a geração de herdeiros legítimos era relevante no que diz respeito à sucessão, embora não seja uma questão central, uma vez que a adoção se apresentava como alternativa eficaz.

Como ressalta M. Corbier, a organização da *Domus Caesarum* durante o período Júlio-Cláudio só foi possível devido à tradição jurídica romana:

Tal construção foi possível dentro das tradições romanas de divórcio, recasamento e adoção, direitos os quais ofereceram possibilidades de adaptação para as circunstâncias, mas que, posteriormente, seriam negados aos dinastas da Europa cristã¹⁸⁴.

Ou seja, a sucessão romana não dependia exatamente da hereditariedade legítima, como nas dinastias europeias modernas. Entretanto, além do seu papel essencial nas intrigas, a ‘Lei Júlia sobre adultério’ também se relacionava com a questão sucessória na medida em que reforçava uma ideia de família. Como vimos, Augusto coloca a família imperial em posição central na sociedade romana. Tal família passa a ter um caráter de “instituição pública”. As

¹⁸³ BAUMAN, Richard. **Impietas in principem**: A study of treason against the Roman emperor with special reference to the first century A.D. Munich: C. H. Beck, 1974, p. 98-99.

¹⁸⁴ CORBIER, Mireille. “Male power and legitimacy through women: the *domus Augusta* under the Julio-Claudians”. In: HAWLEY, Richard and LEVICK, Barbara. **Women in Antiquity: New assessments**. London: Routledge, 1995, p. 192. “Such a construction was made possible within Roman traditions by divorce, remarriage and adoption, rights which offered possibilities for adaptation to circumstances, but which would in due course be denied to the dynasts of Christians Europe.”

representações de Augusto acompanhado de integrantes de membros de sua *domus* demonstram clara preocupação com a construção de um ideal dinástico.

Na primeira parte desta tese destacamos que no período augustano houve uma extensão da ideia de ambiente doméstico, na medida em que Augusto busca ser reconhecido por seus contemporâneos como uma autoridade paterna. Severy destaca que: “Augusto administrava a cidade e o império como um homem republicano administrava a sua casa”¹⁸⁵.

Isto teria se dado por meio de um processo que tinha por objetivo incorporar a família de Augusto à *res publica*. Tal processo, destaca Severy, teve a legislação e a propaganda como pilares:

Propaganda e legislação que politizou papéis da família, experimentos relacionados à expressão da autoridade de Augusto frente ao Estado como paternal, e a expansão prática de sua casa na administração, tudo conspirou para fazer da família de Augusto uma instituição estatal¹⁸⁶.

Um fator interessante apontado por Severy é que a propagação de imagens da família de Augusto teria se intensificado depois da promulgação das leis matrimoniais, ou seja, depois de 18 a.C. A autora nota que antes desta data as representações em moedas enfatizavam a autoridade pessoal de Augusto, e não de sua família¹⁸⁷.

A data da promulgação das leis coincide com a adoção dos netos de Augusto, Gaio e Lúcio, em 17 a.C.¹⁸⁸. Tais fatores apontam para uma correlação entre a legislação e a sucessão. Entretanto é complicado estabelecer quais eram as intenções de Augusto. Severy sugere que Augusto não estaria preocupado com a sucessão neste momento, e teria adotado os netos com vistas a adquirir o *ius trium liberorum* e, assim, atender requisitos de suas próprias leis: ter no

¹⁸⁵ SEVERY, 2003, p. 5. “Augustus came to manage the city and the empire as republican men managed their household”

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 3. “Propaganda and legislation that politicized family roles, experiments in expressing Augustus authority in the state as paternal, and the practical expansion of his household into administration, all conspired over time to make Augustus’ family a state institution.”

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 77.

¹⁸⁸ Gaius e Lucius eram filhos de Júlia e Agripa, e, depois da adoção por Augusto, passam a se chamar Gaius Julius Caesar e Lucius Julius Caesar. Suet. *Aug.* 64, 1; Dio, 54, 18, 1.

mínimo três crianças para assegurar privilégios no *cursus honorum*. Dessa forma, com uma filha do primeiro casamento e dois netos adotados, Augusto se colocaria como modelo de *pater* de acordo com sua própria legislação.

O *ius trium liberorum* é, inclusive, um interessante elemento que se relaciona com a organização da aristocracia do período Júlio-Cláudio em sistema de corte. Ele surge de uma política de incentivo à procriação, mas se adequa perfeitamente ao sistema de corte, pois passa a ser considerado um favor concedido pelo imperador. É neste sentido que Marcial, mesmo não sendo casado, é agraciado com o *ius trium liberorum* por Domiciano; e Plínio, o jovem, mesmo sem ter filhos, é agraciado por Trajano¹⁸⁹. Cláudio concedeu o privilégio aos soldados, como forma de compensação pelo fato de não poderem se casar (Dio, 60, 24, 3).

Severy, então, considera ser anacrônico dizer que Augusto estaria preocupado com a sucessão no ano da promulgação da legislação e adoção dos netos. Com base em análises das moedas cunhadas em todo o período augustano, a autora sugere que Augusto não teria se preocupado com a sucessão antes de 12 a.C. A autora interpreta que antes desta data, o imperador teria se preocupado apenas com a consolidação de sua casa no poder, e, não exatamente com uma demonstração pública de sua família como uma instituição, algo que teria se dado depois de 12 a.C.¹⁹⁰.

Neste sentido, a legislação teria sido importante para Augusto situar ele próprio e sua família como modelo para a aristocracia. E teria sido um fator importante para a sucessão no sentido de reforçar a ideia de supremacia da casa de Augusto.

¹⁸⁹ Para Marcial, ver: Mart. 2, 92. Sobre a polêmica a respeito de Marcial ter se casado ou não, cf.: SULLIVAN, 1991, p. 25-26. Para Plínio, ver: *Ep.* 10, 2.

¹⁹⁰ SEVERY, 2003, p. 72-73: “The state mint in Rome was reopened for the production of gold and silver coins in 19 B.C.E. The resulting numismatic evidence, often datable to specific years, provides a clear picture of the public presentation of Augustus’ house. In general, the references to Augustus on the coins minted between 23 and 17 B.C.E. are multiple, but they respect the separation of public and private promoted by Augustus. Some coins of 16 B.C.E., however, reveal anxiety about how to depict Augustus’ role, while in 13 women and children of Augustus’ house make an almost unprecedented appearance on the coins. Change was coming in the public position of Augustus’ family; even so, the images honor Augustus and his household as a unit, rather than demarcate heirs to his public position.”

Severy aponta também o fato de Augusto ter se preocupado em construir uma casa com vários sucessores, com objetivo de não criar rivais que se opusessem a ele¹⁹¹. Entretanto, tais sucessores teriam se rivalizado entre eles.

A rivalidade entre sucessores, a criação de grupos de apoio em torno dos sucessores e a fragmentação criada por meio da rivalidade era algo que fazia parte da política oligárquica romana e da dinâmica da corte, permitindo a sua reprodução. Tal fragmentação era de interesse dos imperadores, na medida em que permitia a eles terem certo controle sobre a sucessão. Ao mesmo tempo, era um fator de risco para os imperadores pois, neste jogo de competição e eliminação, sucessores escolhidos por imperadores – ou o próprio imperador – poderiam ser eliminados.

Como já vimos, o adultério e a ‘Lei Júlia sobre adultério’ se tornam elementos úteis nesse jogo, de várias formas. O adultério é utilizado como meio de estabelecer ligações políticas e como instrumento de trocas de favores e informações em um circuito do que deveria estar escondido. A lei, trazendo a público o adultério, servia como modo de assegurar a fragmentação da corte. Era útil para afastar ou eliminar rivais políticos de Roma e, deste modo, enfraquecer ou fortalecer grupos rivais.

Deste modo, podemos dizer que a rivalidade era algo intrínseco da política romana, e, podemos inferir que ela esteve associada a um outro fator intrínseco desta sociedade: o ataque retórico com objetivo de difamar.

No campo da literatura e da retórica a descrição e exageração dos vícios era de extrema importância na elaboração de críticas à determinada figura política. Como visto na análise da personagem de Messalina, os vícios femininos poderiam ser utilizados para criticar homens. A descrição de comportamento sexual inadequado, tanto de homens e mulheres, era uma forma de atacar determinados adversários. Fazia parte também do exercício puro e simples da

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 72.

retórica. De todo modo, é importante aqui ressaltar que o adultério era largamente utilizado neste contexto, entretanto, ele nem sempre aparece como um elemento que indicaria um vício.

Em Suetônio, por exemplo, o adultério aparece como um fator negativo nas caracterizações dos imperadores, mas não é algo que é utilizado exatamente como um fator de crítica e difamação. Parece mais como algo que está relacionado a uma falta da moderação desses imperadores do que como um vício em si. Isto sugere uma tolerância ao adultério no ponto de vista do autor, o que vai ao encontro de uma ideia de tolerância na sociedade romana. Sugere também que o adultério era algo que, por fazer parte da inventiva retórica, apresenta um caráter fluido, na medida em que todos sabiam da dimensão fictícia que ele poderia ter. Neste sentido, era algo que de fato era utilizado para difamar, mas era algo que poderia não ser convincente por pelo menos dois motivos: porque a audiência poderia tomar aquilo como falso, e/ou porque a audiência poderia não dar crédito devido ao fato de que não reprovava tais atos.

Como exemplo, veremos como Suetônio descreve Augusto e os ataques sofridos por ele em termos de comportamento sexual:

No capítulo 68 da biografia de Augusto, Suetônio menciona que Sexto Pompeu dizia, em forma de ataque e censura, que Augusto era efeminado. Suetônio também relata que Marco Antônio costumava dizer que Augusto tinha sido adotado por Júlio César porque mantinha relações homoeróticas com o tio. Lúcio, o irmão de Marco Antônio, dizia que Augusto havia se prostituído na Espanha, em troca de três mil sestércios.

Logo no capítulo seguinte (69), Suetônio passa a listar os adultérios de Augusto e diz que os amigos dele reprovavam suas relações homoeróticas, mas não reprovavam seus adultérios porque esses tinham finalidade política. Entretanto, Suetônio menciona que Marco Antônio reprovava ambas atitudes e diz que chegou a lhe escrever dizendo que ele, Marco Antônio, amava apenas uma mulher (Cleópatra), enquanto que Augusto tinha várias amantes, e cita os nomes de Tertulla, Terentilla, Rufilla e Salvia Titisenia.

Por fim, no capítulo 71, Suetônio narra que de todas as calúnias sobre Augusto, as sobre sua impudicícia foram as que ele mais facilmente refutou, devido principalmente ao exemplo de vida casta que demonstrava a todos. Entretanto, segue narrando sobre rumores e diz que, na velhice, Augusto deflorava virgens trazidas por Lívía.

Nota-se, desta forma, que na narrativa de Suetônio a caracterização de Augusto como adúltero apresenta dois sentidos: o primeiro sentido seria aquele que já indicamos, que diz respeito à crítica e à interferência de Augusto em outras casas por meio do apossamento de esposas de aristocratas; e, o segundo sentido seria aquele que indica Augusto como um homem que não prezava pela moderação.

O primeiro sentido não aparece como totalmente negativo, uma vez que Suetônio ressalta que Augusto utilizava do adultério para fazer política. Apesar do tom de crítica de Suetônio ao apontar a interferência de Augusto, o autor ressalta que os amigos de Augusto o perdoavam porque reconheciam que os objetivos das ligações adulterinas dele eram por motivo de política e não de luxúria.

Já o segundo sentido aparece como algo negativo porque sugere o adultério relacionado à luxúria. Sugere que um homem que prezava por um equilíbrio entre vícios e virtudes, um homem moderado, não deveria ceder de forma demasiada à luxúria. Sugere, ainda, o exagero, na medida em que relata que Marco Antônio nomeia vários nomes de mulheres e diz, ainda, que Augusto era indiferente com relação ao direcionamento do seu desejo sexual (Suet. *Aug.* 69).

A contraposição entre o adultério por luxúria e o adultério por motivos políticos é de extrema importância para a compreensão de algumas questões de gênero, presentes nas caracterizações de personagens da família imperial. Esta contraposição revela um pouco do modo como o adultério aparece associado ao feminino e ao masculino. O adultério por luxúria

é comum no comportamento feminino, como no caso de Messalina. E, por outro lado, o adultério por motivos, digamos, mais racionais, são associados ao masculino.

Entretanto, não seria exatamente correto afirmar, simplesmente, que mulheres cometeriam adultério por luxúria e homens por política. Tal dicotomia se mostra complicada quando notamos que muitas mulheres são caracterizadas com atributos masculinos, o que pode sugerir transgressão ou não.

Por exemplo, a passagem de Suetônio sobre Augusto nos remete a um trecho dos *Anais* de Tácito, quando este historiador sugere que Agripina, bisneta de Augusto e mãe do imperador Nero, também teria cometido adultérios por razões políticas (*Ann.* 12, 7, 3).

Suetônio e Tácito, ao mencionarem os adultérios destes dois personagens, Augusto e Agripina, caracterizam ambos como ambiciosos e capazes de subverter as regras por razões próprias, as quais os autores justificam serem razões maiores: por razões políticas, para a manutenção da ordem política vigente. Ou seja, para a manutenção da ordem imperial, para a manutenção da família de Augusto no centro do poder. Desta forma, os adultérios de Augusto e Agripina se relacionam com uma ideia de ordem.

Catharine Edwards indica a existência de uma certa duplicidade do adultério relacionada às categorias de gênero. Se, por um lado, o adultério quando cometido pela mulher é associado a disrupções sociais e políticas; por outro lado, o adultério quando cometido pelo homem pode estar vinculado ao poder e à masculinidade, de forma positiva. Deste modo, a autora aponta caminhos para compreender o adultério de Augusto, mas não o adultério de Agripina. Edwards aponta para uma associação entre poder político e sexual, como duas categorias que se reforçam no campo da masculinidade¹⁹². Em certas circunstâncias, o adultério designava virilidade e superioridade política. Como já indicamos, os adultérios cometidos por Augusto poderiam ser, então, uma prática aceitável, principalmente entre os homens; primeiro,

¹⁹² EDWARDS, 1993, p. 47-48.

por projetar a virilidade dele e, segundo, por causa da motivação política.

Entretanto poderíamos dizer que tal tese não se aplica a Agripina, que é mulher. Contudo, a Agripina que Tácito nos apresenta nos *Anais* é caracterizada com uma racionalidade viril. Agripina, diferente de Messalina, subordina a sua *impudicitia* aos seus objetivos políticos. Um exemplo seria a adoção de Nero por Cláudio, em 50 d.C., obtida pela influência de Palas, liberto do imperador e amante de Agripina. O historiador enfatiza que a adoção foi tramada por Agripina e fazia parte de seus planos para ofuscar Britânico, filho de Cláudio, e projetar Nero como potencial sucessor para o império (*Ann.* 12, 25). Enquanto Agripina era bisneta de Augusto, Cláudio era sobrinho-neto e, portanto, Agripina tinha uma relação consanguínea mais próxima ao fundador da dinastia. Deste modo as relações adúlteras de Agripina com Palas se relacionam com a preparação da sucessão do descendente mais próximo a Augusto. Neste sentido, os adultérios de Agripina favorecem a permanência da família de Augusto no centro do poder.

Deste modo é importante notar que noções binárias para a análise do adultério em Roma podem não funcionar. Por exemplo, noções que consideram o adultério como elemento associado à desordem social e política, e a lei como algo associado exclusivamente à ordem – leia-se aqui à ordem imperial – não se sustentam. Ou seja, considerar uma associação direta entre adultério e desordem, e lei e ordem, para o estudo do adultério neste período aparenta ser muito frágil.

A complexidade das representações dos adúlteros e adúlteras nas fontes literárias sobre o período da dinastia Júlio-Cláudia, e os usos da lei entre a aristocracia, revelam ser impossível compreender o adultério por meio de relações binárias. Inclusive, percebe-se que conceitos binários muitas vezes criam categorias binárias. É o que acontece com a associação entre o adultério quando cometido pelo homem reforçar masculinidade e, de alguma forma, apresentar

caráter positivo, e o adultério quando cometido pela mulher estar associado à desordem, de forma negativa. Tal associação é extremamente relevante para a compreensão das representações dos adúlteros. Entretanto, quando usadas como categorias de análise podem incorrer em generalizações. Ou seja, uma análise das representações de adúlteros, considerando as categorias homem e masculinidade, e mulher e desordem, como categorias fechadas, pode ficar limitada às circunscrições dessas categorias. Um estudo atento das representações dos adúlteros e adúlteras sob a ótica das relações de gênero, ou seja, analisando as construções referentes ao masculino e feminino, pode revelar aspectos mais sutis com relação à sociedade e política romana.

O elemento da desordem relacionado ao adultério, embora seja com muito mais frequência associado ao feminino, também é encontrado em personagens masculinas. Do mesmo modo, elementos de ordem podem estar vinculados às representações de personagens femininas. Como vimos, Agripina apresenta elementos viris em sua caracterização na narrativa de Tácito. A desconSIDERAÇÃO desses elementos em uma análise sobre esta personagem, ou a análise dos elementos viris como simples transgressão de papéis de gênero, pode levar a uma ideia fechada sobre a representação das mulheres da aristocracia. Por isso enfatizamos a relevância de estudos pautados em análises das construções de gêneros, questionando as categorias.

2.4. Punições públicas e privadas:

Nesta última parte da tese retornamos a questões mais processuais da ‘Lei Júlia sobre adultério’. Nosso objetivo é entender alguns pontos sobre a aplicabilidade da lei, e também sobre a continuidade dos julgamentos domésticos.

É complicado saber ao certo a amplitude da aplicação da ‘Lei Júlia sobre adultério’ por vários motivos. Alguns deles são: 1. Porque os documentos narram casos que foram excepcionais por seu caráter político 2. Por causa da exageração retórica, 3. Por causa da combinação de acusações de adultério com outras culpas.

A única coisa que se pode afirmar a partir das fontes é que a aplicação foi irregular.

A *quaestio perpetua* aparece muito pouco nas fontes literárias sobre o período Júlio-Cláudio. Em partes, isto se deve ao fato de a maior parte dos documentos literários tratarem da aristocracia política. Augusto efetuou uma série de mudanças jurídicas que resultou na transferência, dos julgamentos de crimes cometidos por membros da ordem senatorial ou equestre, das *quaestiones* para o senado. Isto resultou no desenvolvimento do senado como uma corte especial de julgamento, onde políticos teriam uma espécie de “foro privilegiado”, e onde é possível perceber uma combinação dos métodos próprios das *quaestiones* – julgamento por júri – com a rotina de assembleia de senadores.

O documento mais elucidativo sobre esses julgamentos são os *Anais*, de Tácito. Esse historiador menciona por volta de trinta episódios de adultério. Entretanto, apenas doze se configuram como narrativas de julgamentos de adultério. Desses doze, apenas em um episódio a aplicação da ‘Lei Júlia sobre o adultério’ aparece de forma clara¹⁹³. Além desse, três dos doze episódios demonstram evidências da aplicação da lei: *Anais* 2, 85; 3, 22-24; 4, 42. Nesses três episódios aparentemente a lei foi aplicada, mas não há certeza. Isso resulta que apenas quatro

¹⁹³ Na acusação de Octávia, primeira esposa de Nero – *Ann.* XIV, 60-64.

dos doze julgamentos demonstram aplicação da lei, enquanto que o restante demonstra uma sucessão de exceções.

Interessante notar que a maior parte das acusações são relatadas na parte da narrativa sobre Tibério. Os doze episódios se encontram divididos da seguinte forma: nove estão na parte sobre Tibério, dois na parte sobre Cláudio e um na parte sobre Nero.

Tácito mostra Tibério agindo de forma ativa nos julgamentos de adultério. Em duas ocasiões o imperador opta pela não aplicação da lei, resultando, em um dos casos, em uma pena mais branda, e, no outro, em uma mais rígida. Um destes episódios está em *Anais* 2, 50, quando Tácito relata o julgamento de Apuleia Varília. O historiador menciona que Tibério transmitiu o direito do julgamento para a família e aconselhou o exílio para mais de 200 milhas de Roma. O outro episódio é o caso de Aquília (*Ann.* IV, 42). Tácito menciona que Tibério excedeu a lei, mas não é muito claro sobre qual foi a decisão do imperador. Diz apenas que Tibério decidiu pelo exílio, entretanto o exílio já era previsto na lei, o que nos leva a inferir que seria este um exílio que implicaria na confiscação de propriedade e perda de direitos civis. De toda forma, é certo que Tibério excedeu a lei pelo fato de que Tácito menciona que o cônsul Lêntulo Getúlico pediu para que somente a Lei Júlia fosse aplicada, mas o imperador ignorou o pedido.

Interessante notar que, no caso de Apuleia Varília, enquanto ela recebeu uma pena mais branda, o seu amante, Mânlio, ao contrário, recebeu uma pena mais rígida. Mânlio, ao invés de ser exilado para uma ilha, como era prescrito pela lei, foi banido da Itália e da África. Apuleia era sobrinha de Octávia, irmã de Augusto. Este vínculo pode ter sido a causa da amenização de sua pena.

Como no caso de Aquília, onde é possível perceber uma pressão pela aplicação da lei, em *Anais* 3, 23, capítulo dedicado à narrativa da acusação de Lépidia, o mesmo ocorre. Lépidia era bisneta de Sula e Pompeu e foi acusada de falsa maternidade, adultério, envenenamento e

consulta a astrólogos sobre a *domus caesaris*. Tácito menciona que alguns senadores votaram por penas mais lenientes, mas que Rubélio Blando e Druso estiveram a favor do exílio por meio da aplicação das leis. Tácito narra que posteriormente foi decidido pelo exílio sem confiscação de propriedade como um favor à Escauro, porque ela tinha um filho dele. Entretanto, Suetônio, ao mencionar o caso de Lépidia, entra em contradição com Tácito ao sugerir que Tibério recebeu parte da propriedade confiscada. Suetônio menciona o caso junto a outros que Tibério promoveu para enriquecer-se, e relata ainda que Tibério determinou a condenação de Lépidia para satisfazer os ódios do ex-marido dela, Públio Quirino, autor da acusação.

Suetônio ressalta que Quirino acusou Lépidia vinte anos depois de ter se divorciado dela, algo que soa como exageração retórica para enfatizar a frequência de acusações infundadas e relacionadas à intriga política. Lépidia era uma mulher de ascendência nobre. Tácito menciona que ela foi noiva de Lúcio César, neto e filho adotivo de Augusto. Em *Ann.* 3, 48, no obituário de Quirino, Tácito diz que Tibério pediu ao senado para que permitissem um funeral público para ele devido aos serviços que ele prestou ao imperador, e diz que eles não demonstraram entusiasmo quanto a isso por causa da tentativa de Quirino em arruinar Lépidia. Ou seja, Lépidia provavelmente participava de um grupo político rival ao do imperador.

Tácito menciona a intervenção de Tibério em cinco dos nove julgamentos. Quando Tibério estava afastado, a intervenção aparece em forma de carta. Tácito menciona ser frequente o fato de Tibério enviar uma carta com seu parecer sobre o caso.

O fato de Tibério interferir nos julgamentos revela como a ‘Lei Júlia sobre adultério’ poderia ser usada como ferramenta de poder do imperador, que acabava por dar o parecer final. Desta forma, vimos que Augusto tratou de formas diferentes os adúlteros, amantes de sua filha e neta, condenando-os de acordo com interesses políticos. Tibério age da mesma forma, se utilizando largamente da lei para atender interesses de fundo político.

Na parte da narrativa sobre Cláudio e Nero, Tácito demonstra que Messalina se utilizava da lei para eliminar rivais políticos, enquanto Agripina nunca é mostrada se utilizando dessa estratégia. Nero utilizou somente em uma ocasião, para se divorciar de sua primeira esposa, Octávia.

A partir destes exemplos, perguntamos: como funcionavam estes julgamentos? Como o senado se desenvolveu em uma corte para julgamentos de adultério?

Como já foi mencionado várias vezes nesta tese, a Lei Júlia determinou a criação de uma *quaestio perpetua* para julgar crimes de adultério. Mas, o que seria exatamente uma *quaestio perpetua*?

As *quaestiones perpetuae* surgiram e foram desenvolvidas no final do período republicano e tinham como objetivo julgar crimes que ofendiam o interesse público¹⁹⁴. Podemos inferir, portanto, que a criação de uma *quaestio perpetua* para tratar exclusivamente do adultério, trazendo-o definitivamente para o âmbito criminal, consolida e reforça a ideia do adultério como algo que interferia na ordem pública.

As *quaestiones* consistiam em um sistema de julgamento por júri. Eram compostas por um magistrado responsável por presidir o julgamento, geralmente um pretor ou cônsul, e um corpo de assessores (*consilium*) escolhidos pelo magistrado ou pelo senado. Os assessores compunham o júri, considerava-se que representavam a vontade do povo e, portanto, deveriam votar o veredito com o objetivo de punir ofensas contra a ordem pública e o povo. A decisão era inapelável, ou seja, não havia possibilidade de recorrer.

O sistema de *quaestiones* começou a se desenvolver no início do segundo século a.C. em substituição e detrimento do sistema de julgamento por assembleia. Primeiramente

¹⁹⁴ LINTOTT, Andrew. **The constitution of the Roman Republic**. Oxford: Oxford University Press, 1999. P. 147.

surgiram as *quaestiones extraordinariae*, que eram tribunais especiais dedicados ao julgamento de ofensas de natureza política. Em seguida, como forma de consolidação do sistema de julgamento por júri, surgiram as *quaestiones perpetuae*. Elas também tinham finalidade de julgar crimes políticos, apresentavam caráter mais rígido e obedeciam a um estatuto específico para cada crime¹⁹⁵.

A primeira *quaestio perpetua* foi criada em 149 a.C. para julgar abusos de poder e corrupção de senadores na administração de províncias e tinha o nome de *quaestio repetundarum*. Inicialmente, o acusado, se considerado culpado, era obrigado a devolver a quantia ilicitamente adquirida a todos os afetados. Com o passar do tempo foram surgindo outras penalidades: o pagamento em dobro da quantia, a expulsão do senado e a declaração do culpado como um *infamis*¹⁹⁶.

A criação e estabelecimento da *quaestio repetundarum* motivou o surgimento de outras *quaestiones* que tinham por especialidade o julgamento e punição de crimes de magistrados/militares, como por exemplo os crimes de corrupção eleitoral (*ambitus*) e roubo/fraude envolvendo dinheiro público (*peculatus*). Neste contexto surge em 103 a.C. a mais famosa delas, a *quaestio de maiestate*, voltada para o julgamento de crime de traição política, ou, crime de *maiestas* (*crimen maiestatis*).

Durante os últimos anos da República, progressivamente, muitas das *quaestiones perpetuae* existentes foram reformadas através de uma sucessão de leis, ao mesmo tempo que novas *quaestiones* foram criadas, como, por exemplo, a *quaestio* determinada pela *lex Cornelia de iniuriis* (82 a.C.), voltada para a punição de algumas violências como espancamento (*pulsare*), açoitamento (*verberare*), e invasão de domicílio (*domum introire*); a *quaestio de falsis*, que procurava punir crimes de falsidade de documentos, testamentos e moeda (81 a.C.);

¹⁹⁵ MOUSOURAKIS, George. *A Legal History of Rome*. London: Routledge, 2007, p. 77.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 78.

a *quaestio de vi* (78 a.C.), que punia crimes de violência; a *quaestio de plagiariis* (data desconhecida), voltada para sequestro seguido de escravidão e persuasão de escravos à fuga; e a *quaestio de sodaliciis* (55 a.C.) que punia conspiração eleitoral¹⁹⁷.

Augusto completou a constelação de *quaestiones perpetuae* com mais duas: a nossa famosa *quaestio de adulteriis*, e a *quaestio de annona*, voltada para a punição de práticas ilegais relacionadas ao suprimento e transporte de alimentos.

Em termos de procedimentos legais, considera-se que, durante o principado, o sistema de *quaestiones* tinha por objetivo julgar ofensas criminais mais sérias, enquanto as ofensas consideradas como mais leves eram tratadas nas *tresviri capitales*. Estas eram executadas por oficiais imperiais (*vigiles*) sob supervisão do *praefectus vigilum* e tratavam de ofensas como, por exemplo, incêndio culposos, furto, assalto e arrombamento.

Augusto reformou o sistema de *quaestiones* no sentido de prover mais cidadãos para o júri. Por meio da *lex Iulia iudiciorum publicorum*, o imperador mudou os requisitos necessários para aqueles que poderiam atuar como jurados: reduziu a idade mínima de trinta para vinte e cinco anos e determinou o valor de duzentos mil sestércios como quantia mínima de propriedade dos participantes. Desta forma, proprietários dessa quantia poderiam ser chamados para casos de pouca expressão, enquanto senadores, equestres e *tribuni aerarii* (grupo similar aos equestres) eram convocados em casos de maior importância¹⁹⁸.

A reformulação proposta por Augusto aponta para um problema inerente ao sistema das *quaestiones*: o controle delas por grupos aristocráticos específicos, preocupados em atender seus interesses políticos. Foi com fins de remediar isto que veio à tona, décadas antes da reforma de Augusto, a *lex Aurelia* em 70 a.C. Esta lei determinava que cada *quaestio perpetua*

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 78.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 130.

deveria ser composta por um terço de cada setor aristocrático: senadores, equestres e *tribuni aerarii*¹⁹⁹.

Percebe-se então que Augusto, ao reformular os requisitos dos participantes do júri, criou uma nova categoria – a dos proprietários de duzentos mil sestércios. Ao ampliar a participação dos cidadãos nas *quaestiones*, Augusto conferiu ares mais democráticos ao sistema. Entretanto, se olharmos atentamente para este fator dentro do conjunto da obra augustana, podemos inferir que na verdade este foi só mais um dos fatores que revela a preocupação do imperador em criar instrumentos que intentavam o controle da aristocracia.

A reformulação de Augusto conferia plenos poderes ao imperador para agir em casos extraordinários, o que incluía o direito de escolha dos membros do *consilium*, independente da ordem ou categoria a que pertenciam.

Augusto também ampliou a jurisdição do senado no que diz respeito à instituição e deliberação de ofensas criminais. Isto significou uma inovação no sentido de que durante a República cabia aos senadores apenas instituir cortes especiais temporárias (*quaestiones extraordinariae*) e deliberar sobre medidas urgentes visando a segurança da república²⁰⁰.

Percebe-se então que esta jurisdição se desenvolveu a partir - e junto à - cortes temporárias instituídas para o crime de *maiestas*. Neste sentido, a partir das reformulações jurídicas de Augusto, o senado adquiriu condições de se desenvolver em uma corte especial de justiça, uma espécie de *forum privilegiatum*, que atuava principalmente nos casos que envolviam membros de alguma família de senadores ou equestres.

O escopo dos crimes julgados pelo senado abarcava muitos dos crimes para os quais já eram previstas *quaestiones perpetuae*, como por exemplo adultério, assassinato, corrupção e falsificações/fraude. Os julgamentos realizados no âmbito do senado combinavam métodos das

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 79.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 243, nota 19

quaestiones com a rotina de assembleias deste setor. O procedimento se dava da seguinte forma: os cônsules registravam a denúncia, determinavam a data do julgamento e presidiam a sessão. Membros da acusação e da defesa eram ouvidos, as evidências eram expostas e então se passava a palavra para pronunciamentos de opiniões e moções. Depois disso se iniciava então a votação. O imperador, se presente na sessão, tinha direito ao primeiro voto, algo que exercia fundamental importância no decorrer do processo. O veredito, obviamente, era obtido pela maioria dos votos. Não havia a possibilidade de recorrer e a sentença se tornava válida depois de anunciada e registrada oficialmente como resolução senatorial (*senatus consultum*).

Como bem lembra Mousourakis, não houve, em momento algum do processo da passagem da república para o império, alguma mudança constitucional que igualasse o poder das *leges* com *senatus consulta*. Entretanto, o que se vê é que, durante o primeiro século do principado, os pareceres e resoluções dos senadores ganham força de lei²⁰¹.

Tudo isso coloca em cheque a validade das *quaestiones perpetuae* durante o principado, conduzindo-nos a pergunta: a *quaestio perpetua* voltada para o crime do adultério foi de fato utilizada? Em que medida?

Estas são perguntas difíceis de responder, uma vez que os documentos disponíveis tratam de casos de julgamento de adultério bem específicos que tem, na maioria das vezes, motivação política. Ou seja, em geral, as fontes não trazem muitas informações sobre casos ordinários de adultério. Isto se dá por várias razões. Uma delas diz respeito à uma lei geral das coisas, que dita que fatos de caráter extraordinário por qualquer razão que seja são frequentemente mais registrados que fatos de caráter ordinário. A isto se adiciona o fato de que o corpus documental aqui utilizado, textos historiográficos e literários, muito nos fala sobre a aristocracia envolvida na política romana. Fontes como por exemplo Tácito e Suetônio, trazem uma série de relatos de julgamentos de adultério que se caracterizam por serem exceções –

²⁰¹ *Ibid.*, p. 59.

casos em que a lei não foi aplicada ou casos que tiveram grande repercussão política. Muitas vezes o foco destes dois autores, ao narrar tais casos, era de mostrar algum aspecto da relação entre a aristocracia e os imperadores.

Estes fatores, que dizem respeito às especificidades dos documentos, tornam complexo saber em qual medida a *quaestio perpetua* sobre adultério foi utilizada. Adiciona-se a isso um fator relevante que seria o nosso desconhecimento do índice de casos de adultério que continuaram a serem julgados no âmbito doméstico, seguindo os padrões republicanos e patriarcais. Dar início a um processo público de adultério era algo que trazia exposição dos envolvidos podendo gerar prejuízos para ambas as partes, portanto há de se considerar que muitas famílias prefeririam remediar o ocorrido de forma privada, com mais discrição.

Muitos autores, como por exemplo, G. Mousourakis, P. Garnsey e S. Rutledge sugerem que as *quaestiones* foram muito pouco utilizadas durante o principado²⁰².

Entretanto, é preciso destacar que estes autores fazem tal afirmação pensando em um grupo restrito de aristocratas, os quais figuram nos casos célebres de adultério narrados por Tácito e Suetônio. Desta forma, estes autores entendem que as *quaestiones* foram pouco utilizadas na medida em que o julgamento dos *honestiores* (homens e mulheres da elite) foi transferido das *quaestiones* para o senado. Tais autores, no entanto, não consideram que as *quaestiones* continuaram a funcionar como aparato jurídico para casos ordinários de adultério.

Mousourakis, ao defender o baixo uso das *quaestiones*, indica vários problemas estruturais. O autor destaca que se tratava de um sistema caro e laborioso e que o fato de possuírem caráter fixo também pode ter contribuído para sua baixa utilização. Ou seja, o fato

²⁰² *Ibid.*, p. 130; GARNSEY, Peter. Adultery Trials and the survival of the *quaestiones* in the severan age. **The Journal of Roman Studies**, v. 57, n. 1/2, p. 56-60, 1967, p. 56; RUTLEDGE, Steven H. **Imperial Inquisitions: prosecutors and informants from Tiberius to Domitian**. London and New York: Routledge, 2001, p. 21.

de as *quaestiones* serem regidas por um estatuto específico, que tratava apenas de uma ofensa específica, reduzia o espaço de ação dos envolvidos no processo²⁰³.

Para R. Bauman estes fatores não significaram entraves fundamentais no funcionamento da *quaestio perpetua* dedicada ao adultério. Esse autor defende a hipótese de que a referida reforma das *quaestiones*, efetuada por Augusto por meio da *lex Julia iudiciorum publicorum*, propiciou um funcionamento mais amplo da *quaestio de adulteriis* de forma que era possível a realização de múltiplas sessões. Ou seja, o autor entende que as modificações previstas na *lex Julia iudiciorum publicorum*, como o já mencionado aumento do número de jurados por meio das mudanças dos pré-requisitos para a participação no júri, teve como objetivo uma aceleração dos julgamentos visando um sistema mais eficaz e abrangente. Neste sentido, Bauman argumenta que a *quaestio* de adultério teria funcionado com regularidade em sessões múltiplas presididas pelo pretor ou algum outro magistrado²⁰⁴.

Bauman não exclui o fato de que o sistema de *quaestiones* enfrentou mudanças que trouxeram prejuízos com a centralização de poderes legais pelo aparato imperial. Entretanto, na opinião do autor, a *quaestio perpetua* dedicada ao julgamento de casos ordinários de adultério foi a *quaestio* menos prejudicada. Neste sentido, destaca que uma *quaestio perpetua* voltada para o crime de adultério e presidida por pretores provavelmente existiu durante o principado e agiu concomitante aos julgamentos estabelecidos no senado. Casos de adultério que porventura eram registrados na corte ordinária, mas que apresentavam motivação política, poderiam ser transferidos para o senado²⁰⁵.

Para o autor, a *quaestio* de adultério foi a mais ativa de todas e foi também a que durou mais tempo. Como referência, Bauman compara o nível de atividade da *quaestio* de adultério com o de uma corte moderna dedicada ao divórcio, uma vez que ambos representam fatores

²⁰³ MOUSOURAKIS, 2007, p. 130.

²⁰⁴ BAUMAN, Richard. Some remarks on the structure and survival of the *Quaestio de adulteriis*. *Antichthon*, v. 2, p.68-93, 1968, p. 78.

²⁰⁵ *Ibid.* p. 72.

corriqueiros da rotina matrimonial²⁰⁶. Com base principalmente em documentos jurídicos, o autor sugere que a *quaestio* de adultério esteve regularmente ativa até finais do segundo século. Sobre o fim da *quaestio*, Bauman discorda de Garnsey, quem sugere que no período dos severos – início do século terceiro – todas as *quaestiones* já estavam extintas²⁰⁷. Bauman estipula o fim da época dos severos, mais precisamente durante o governo do último imperador dessa dinastia, Alexandre Severo, como data de fim da *quaestio perpetua* de adultério, devido à uma reforma judiciária efetuada por esse imperador²⁰⁸.

A hipótese de Bauman a respeito da larga utilização da *quaestio perpetua* de adultério durante séculos nos conduz à uma questão importante: isso significa que a ‘Lei Júlia de adultério’ foi estritamente aplicada com sucesso durante o período de existência da *quaestio*?

Essa parece ser uma pergunta um tanto quanto óbvia, uma vez que, como vimos, a *quaestio perpetua* de adultério foi criada pela lei, ou seja, a existência de uma está condicionada à outra. Entretanto, quando consideramos a relação entre lei e sociedade para esse caso específico, podemos inferir que a lei em questão é extremamente rígida e não condiz inteiramente com os costumes romanos, algo que coloca a sua aplicabilidade em dúvida.

No período Júlio-Cláudio, os documentos atestam amplo conhecimento da lei, mas atestam também a continuidade dos julgamentos privados, realizados pelo *pater familias*. Suetônio, por exemplo, relata que Tibério reviveu esse costume, encorajando o julgamento por um conselho de parentes (*Tib.* 35). Essa referência de Suetônio talvez tenha relação com o julgamento de Apuleia Varilia, narrado por Tácito, quando Tibério, frente ao senado, decide passar o direito de julgamento para a família dela, punindo de acordo com a lei somente o amante (*Ann.* 2, 50).

²⁰⁶ *Ibid.* p. 75.

²⁰⁷ GARNSEY, Peter. Adultery Trials and the survival of the *quaestiones* in the severan age. **The Journal of Roman Studies**, v. 57, n. 1/2, p. 56-60, 1967.

²⁰⁸ BAUMAN, 1968, p. 91-92.

S. Treggiari defende a hipótese de que na época augustana a ideia e o costume do julgamento privado eram bem fortes e, muitas vezes, figuram nas fontes como elemento de resistência à intervenção do poder imperial²⁰⁹.

O julgamento por *consilium* familiar aparenta ser mais discreto para os envolvidos. Era possível que dessa forma havia menos exposição da adúltera, do marido e do amante. As três partes poderiam obter vantagens com um julgamento privado, uma vez que nem sempre a punição era do interesse da família. Assumir publicamente uma mulher desonrada poderia ser desastroso para uma casa romana. As penas previstas pela lei – confiscação de parte do dote e propriedade e exílio – poderiam onerar significativamente a receita de uma casa. A adúltera trazia desonra para toda a casa, de modo que poderia obstruir a obtenção de casamentos para as mulheres da família e, claro, para a adúltera convicta.

A exposição pública do adultério também poderia não ser de interesse do marido, uma vez que ele poderia ser visto como homem incapaz de controlar a esposa. É nesse sentido que temos a figura do corno como algo risível (Marcial, 3.70, 6.31, 10.69, 12.93).

A punição direta de adúlteros tem regular presença na literatura latina anterior, contemporânea e posterior à ‘Lei Júlia sobre adultério’, e pode ser um indício importante da existência de julgamentos domésticos por um longo período.

Plauto (c. 254-184 a.C.), Terêncio (c. 195-159 a.C.), Horácio (65-8 a.C.), Marcial (c. 38-103), por exemplo, mencionam vários tipos de punições diretas aplicadas a adúlteros, principalmente homens. Vejamos:

A punição de adúlteros aparece em, pelo menos, três comédias de Plauto. Em *O Gorgulho* (*Curculio*), uma personagem alerta a outra sobre os perigos de amar uma mulher casada, e que, portanto, era preciso sempre cuidar para não se tornar um “*intestabilis*”, ou seja,

²⁰⁹ TREGGIARI, 1991, p. 265.

um infame e incapaz de convocar testemunhas em um processo legal ou doméstico iniciado pelo marido ofendido (Pl. *Cur.* 25-38).

Na comédia chamada *O soldado fanfarrão* (*Miles Gloriosus*), um homem é açoitado pelo escravo do marido da adúltera, e, em seguida, negocia uma quantia a ser paga como multa (Pl. *Mil.* 1395-1426). E, por último, em *O Pequeno púnico* (*Poenulus*), um escravo vai à casa do adúltero cobrar uma multa (*Poen.* 862-3).

Terêncio, por sua vez, na comédia *O Eunuco* (*Eunuchus*), retrata um homem que foi amarrado e ameaçado pelo irmão da adúltera. A cena cômica ocorre em um bordel, local isento, e, portanto, a violência causa espanto e surpresa nos personagens (Ter. *Eun.* 957).

Horácio, poeta contemporâneo à ‘Lei Júlia sobre adultério’, faz várias alertas – direcionados ao público masculino – sobre os perigos do adultério. Nas *Sátiras*, obra publicada alguns anos antes da lei, há menções sobre diversos tipos de agressão as quais o adúltero corria risco de sofrer. Horácio lista não só os atos de punição direta aplicados ao adúltero por parte do marido, como multa, estupro, castração, e morte, como também ressalta eventualidades decorrentes do comportamento adúlterino, como, por exemplo, ser abordado por ladrões no trajeto de fuga que requer o encontro amoroso ilícito:

*Audire est operae pretium, procedere recte qui
moechis non voltis, ut omni parte laborent, utque
illis multo corrupta dolore voluptas atque haec
rara cadat dura inter saepe pericla. Hic se
praecipitem tecto dedit; ille flagellis ad mortem
caesus; fugiens hic decedit acrem praedonum in
turbam, dedit hic pro corpore nummos, hunc
perminxerunt calones; quin etiam illud accidit, ut
quidam testis caudamque salacem demeteret
ferro.*

Escuta com atenção este conselho valioso, veja o perigo que correm os adúlteros, que podem ter seu prazer acompanhado de muita dor. Um homem foi obrigado a se jogar do telhado; outro foi açoitado até a morte, um terceiro, em sua escapada, se deparou com uma gangue de selvagens ladrões; outro pagou uma quantia para salvar a vida; outro foi abusado por escravos; e ainda, ocorreu uma vez que um homem teve seus testículos e membro cortados por uma espada. (Hor. *S.* 1, 2, 37-46)²¹⁰

²¹⁰ Tradução nossa.

Em outra passagem das *Sátiras*, Horácio exalta o amor legítimo, casto e permissível, aquele selado pelo matrimônio, que é distinto pela ausência do medo constante o qual está sujeito o adúltero:

*Nec vereor ne, dum futuo, vir rure recurrat,
ianua frangatur, latret canis, undique magno
pulsata domus strepitu resonet, vepallida lecto
desiliat mulier, miseram se conscia clamet,
cruribus haec metuat, doti deprensa, egomet mi.
discincta tunica fugiendum est et pede nudo, ne
nummi pereant aut puga aut denique fama.*

Não tenho que temer, quando estou na companhia dela, que o marido apareça de repente, voltando do campo, que a porta abra, que o cachorro lata, que a campainha toque e que, em seguida, se escute o homem entrando em casa; e a mulher, branca como um lençol, iria correr, a escrava iria chorar de terror, ela, temendo por seus membros, a mulher, por seu dote, e eu, por mim mesmo. Com roupas por colocar e pés descalços eu teria que fugir, sob a ameaça do desastre da má reputação. (Hor. *S.* 1, 2, 125-134)²¹¹

Interessante notar que Horácio distingue o temor de cada um dos adúlteros e da escrava cúmplice: a mulher teme pela confiscação do dote, a escrava pranteia pelo medo da tortura e da mutilação e o homem receia pela própria vida. Esta passagem demonstra que a tortura de escravos para obter provas parecia ser já uma prática comum antes mesmo da lei Júlia, a qual apresenta esta regulamentação (*Dig.* 48.5.27).

Marcial menciona a prática da castração de adúlteros (3, 92), e menciona, também, que Domiciano proibiu esta prática (*Mart.* 2, 60; 6, 2). Suetônio confirma esta proibição, mas não a relaciona exatamente com o adultério (*Suet. Dom.* 7).

Marcial menciona também que Domiciano reviveu a ‘Lei Júlia sobre adultério’ – o que sugere que ela andava esquecida (*Mart.* 5, 75; 6, 7; 6, 22). Ao fazer referências ao renascimento da lei, este poeta revela uma crítica ao comportamento de mulheres pintadas como adúlteras, que se casaram com seus amantes para escapar das sanções da lei.

De todo modo, esta regular aparição da punição exercida de forma direta vai ao encontro da nossa hipótese sobre uma paralela harmonia entre julgamentos públicos e privados.

²¹¹ Tradução nossa.

A forte resistência à lei, como demonstrada ao longo desta tese, pode ter colaborado para uma voluntária ignorância à ela. Ou seja, é possível que muitos homens, em resistência ao cumprimento da lei, tenham ignorado os procedimentos legais, dando seguimento ao costume dos julgamentos domésticos.

Conclusão:

Nesta conclusão parcial, ressaltaremos alguns pontos importantes trabalhados na segunda parte da tese.

O primeiro deles diz respeito à figura da adúltera no imaginário romano. Vimos que a narrativa de Tito Lívio sobre mitos de refundação política de Roma apresenta elementos que demonstram dois pontos importantes: 1. A resistência à intervenção do governante na jurisdição doméstica do *pater familias*, 2. A noção da expurgação da adúltera por meio da morte.

A resistência à intervenção do governante é mostrada nesses episódios como forma de abuso de poder de políticos que ocupavam posições e cargos que foram extirpados junto às adúlteras. No episódio de Lucrecia temos a expulsão dos reis de Roma, e, no episódio de Virginia, a extinção do decenvirato. Ambos, reis e decênviros, abusaram de seus poderes por meio do ataque à *pudicitia* de mulheres que, ameaçadas pelo estigma da *impudicitia*, deveriam ser igualmente expurgadas, como os políticos. A expulsão dos reis e a anulação do decenvirato fazem parte do desenvolvimento institucional político romano. Eram episódios conhecidos e revelam a importância da expurgação da adúltera, e da manutenção da castidade feminina, que se mostra vinculada ao desenvolvimento e harmonia política.

Do mesmo modo o ritual de punição das virgens vestais revela esta mesma noção da conexão da castidade feminina com a segurança de Roma. Este ritual, inclusive, pode ser

considerado como paradigma da morte de adúlteras em recintos domésticos. Pode-se dizer, então, que aspectos da história política e da religião romana revelam uma forte ideia da expurgação da adúltera por meio da morte.

Uma segunda forma de expurgar a figura da adúltera era por meio da transformação dela em prostituta. Este processo pode ser percebido na legislação e na literatura, como vimos na análise da figura de Messalina.

Um segundo ponto a ser ressaltado diz respeito às mudanças jurídicas ocorridas nos dois séculos finais da república romana, que nos ajudam a compreender como o adultério foi incorporado no direito criminal. O reconhecimento do adultério como um crime é algo que reforça a ideia de que o adultério interferia na ordem pública. A partir da compreensão das mudanças na estrutura jurídica romana durante o final da república e início do império, podemos visualizar como o adultério entrou no âmbito dos crimes julgados por *quaestiones*. O adultério passa a figurar como um crime ao lado de crimes de corrupção e traição política, e passa a ser julgado com o mesmo aparato que esses.

Importante notar que a criminalização do adultério traz as mulheres para o âmbito dos julgamentos de crimes políticos – crimes de corrupção e traição política. Podemos inferir que as mulheres da aristocracia, no novo contexto político do principado, deviam ser duplamente leais. Deviam demonstrar lealdade ao *pater familias* (lealdade patriarcal) e lealdade ao grupo político a que pertenciam – mulheres da casa imperial deviam estas lealdades principalmente ao imperador. Esses padrões de lealdade femininas talvez possam ser úteis para analisar melhor os casos de mulheres da aristocracia Júlio-Cláudia que foram acusadas duplamente de adultério e *maiestas*.

Considerações finais:

Concluimos que é possível identificar pontos-chaves da reação da aristocracia contra a ‘Lei Júlia sobre adultério’. Essa reação foi pautada pela percepção da legislação augustana como um elemento de interferência na jurisdição do *pater familias*. Essa percepção, entretanto, não significou apenas uma limitação do campo de ação do pai ou do marido. Ela se filia a um debate corrente na literatura da época, que discutia qual seria a relação ideal entre a *res publica* e as mulheres, e o papel do homem nesta relação.

Neste debate é possível perceber disputas que diziam respeito à função do pai e do marido quanto à punição da mulher adúltera. É possível, também, apreender questões mais gerais sobre o papel do *pater familias*, como, por exemplo, acerca da gestão do espaço doméstico, da definição de casamentos de membros do seu grupo familiar, do modo como ele representava o grupo familiar, além do direito ou dever de punir aqueles que não cumpriam com os deveres familiares.

Uma questão central deste debate dizia respeito a quem poderia, e segundo quais circunstâncias, matar os adúlteros. Deste modo, discutia-se, por exemplo, se o flagrante e a *patria potestas* eram ou não fatores determinantes para validar a morte dos adúlteros.

A ‘Lei Júlia sobre adultério’ tem papel fundamental neste debate na medida em que ela fixa os limites, funções, direitos e deveres diferentes do pai e do marido. A lei interfere nos modos de punição direta que tinham sua garantia no exercício dos conselhos domésticos, que era a forma privada de julgamento dos adúlteros. Os conselhos domésticos eram um requisito para validar a autoridade do pai ou do marido na aplicação de multas, punições físicas ou morte dos adúlteros. Eles validavam, por exemplo, a *potestas vitae necisque*, exercida pelo *pater familias*. A autonomia dos homens em exercer uma jurisdição doméstica se relacionava com o

conceito de *res publica*. Ao julgar e punir agentes que estavam em desarmonia com suas funções sociais, eles cumpriam um dever para com a *res publica*.

Tal autonomia é ameaçada com a promulgação da lei, que transfere a punição para a jurisdição pública, ao determinar a criação de uma *quaestio perpetua* para julgar casos de adultério. A lei também determina o exílio, para ilhas diferentes, para ambos os adúlteros. Nota-se que a lei traz uma equiparação dos gêneros no tocante à punição de homens e mulheres, que passam a ter a mesma punição. Desta forma, a lei legitima a noção de expurgação da adúltera, que habitava as narrativas e imaginário romano. A lei transmite a ideia de que o adúltero também representava um elemento de desordem social que deveria ser expurgado da sociedade. Entretanto, esta ideia da expurgação do adúltero perde sua relevância quando entendida em contraposição ao seu reverso feminino. Ou seja, a ideia da eliminação do adúltero não apresenta a mesma força que a ideia da expurgação da adúltera, presente em aspectos políticos e religiosos, como vimos nos casos de Lucrécia, Virgínia e das Vestais.

Esta forte ideia da expurgação da adúltera se relaciona com uma espécie de naturalização da violência desencadeada pelo adultério feminino, violência que cabia apenas ao homem exercer. A expurgação é realizada por meio da morte e da transformação da adúltera em uma prostituta. Esta segunda forma pode ser feita por meio da lei, que vai no sentido de anular a figura transitória da adúltera, transformando-a em prostituta.

A noção de que a indesejada figura da adúltera deveria ser eliminada da sociedade era acompanhada de uma intensa vigilância sob qual eram colocadas as mulheres. A lei intensifica esta vigilância na medida em que prevê penalização do homem que permitir o adultério feminino, e estende o direito de delação a terceiros. Dessa forma, inferimos que o tolhimento do poder do *pater familias* pela lei, objeto de reação de parte dos aristocratas, não deve ter significado uma diminuição da violência contra a mulher – este não era, inclusive, o objetivo da referida lei.

A redefinição, ou melhor, fixação das formas de punições dos adúlteros transformará a lei em uma ferramenta útil para as intrigas de corte no início do império. A lei passa a ser utilizada pela aristocracia como um recurso para afastar rivais políticos de Roma. O próprio imperador faz uso da lei neste sentido, utilizando-a para manter ou para afastar membros da aristocracia e, deste modo, fazer ajustes e reajustes em grupos de poder.

As modificações jurídicas efetuadas por Augusto permitem que casos de adultério de membros da elite senatorial e equestre passem a ser julgados em uma espécie de fórum privilegiado controlado pelo imperador. Desta forma, a lei se configurou como uma fonte de poder para o imperador no controle de grupos rivais.

A transferência do adultério para a esfera do direito criminal levou a uma limitação do poder do *pater familias*, e, por isso, a lei foi criticada e pode ter sido ignorada por muitos aristocratas. As menções de Tácito, Suetônio e Sêneca a respeito da continuidade e tolerância quanto à existência dos julgamentos privados revelam uma confluência dos dois modos de julgamento, e, dessa forma, revela padrões duplos quanto ao tratamento do adultério. Referências contínuas de aplicação de punição direta na literatura latina também vão ao encontro da existência de conselhos domésticos, ou mesmo da punição sem julgamento.

Por fim, concluímos que a transferência do julgamento e punição do adultério como determinado pela lei não foi completa e efetiva. Os conselhos domésticos continuaram a ser realizados, inclusive com incentivo de imperadores. As punições diretas continuaram a ser aplicadas. As formas públicas e privadas de julgamento coexistiram, e podem ter variado sua intensidade e uso ao longo do período imperial de Roma.

ANEXO:

Adultério e Crime passional: da Roma Antiga para o Brasil atual

O importante reter é que *a base material do patriarcado não foi destruída*, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. Se na Roma Antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade²¹².

O tema da *pudicitia* em Roma revela um temor à infidelidade feminina. É ela que desencadeia acontecimentos e mudanças – ela justifica a violência masculina em vários sentidos: para defendê-la ou vingá-la. Esse desencadeamento parece ter sido assimilado de tal forma que foi subsidiado pela lei em forma de um privilégio que, hoje em dia, se mostra, por exemplo, na figura jurídica chamada “crime passional”.

A expressão “crime passional” é recente, mas o fenômeno se apresenta também em sociedades distantes no passado. No caso de Roma, isto é evidente, por exemplo, quando tomamos conhecimento de que a desigualdade imposta pela ‘Lei Júlia sobre adultério’ ao pai e marido quanto ao direito de matar a mulher adúltera foi remediada no segundo século, ou antes, como aponta Bauman²¹³. É exposto, no próprio *Digesto*, que Antonino Pio (138-161) adicionou à lei uma medida visando atenuar a pena do marido que matasse a esposa adúltera:

Imperator Marcus Antoninus et Commodus filius rescripserunt: "Si maritus uxorem in adulterio deprehensam impetu tractus doloris interfecerit, non utique legis Corneliae de sicariis poenam excipiet". Nam et divus Pius in haec verba rescripsit Apollonio: "Ei, qui uxorem suam in adulterio deprehensam occidisse se non negat, ultimum supplicium remitti potest, cum sit difficillimum iustum dolorem temperare et quia plus fecerit, quam quia vindicare se non debuerit,

O imperador Marco Antônio e seu filho Cômmodo declararam que: “Se o marido que pega em flagrante adultério a esposa e a mata, conduzido pelo ímpeto de sua dor, ele não estará sujeito à Lei Cornélia de sicariis”. E, a este respeito escreveu o divino Pio estas palavras endereçadas a Apolônio: “Ele, que matou sua esposa, pega em flagrante adultério, e não o nega, pode ser concedido um último suplicio, alegando ser muito difícil reprimir a justa dor; mas, porque

²¹² SAFFIOTI, 2004, p. 106.

²¹³ BAUMAN, Richard. **Crime and punishment in Ancient Rome**. London and New York: Routledge, 1996, p. 33.

puniendus sit. Sufficiet igitur, si humilis loci sit, in opus perpetuum eum tradi, si qui honestior, in insulam relegari".

ele fez mais do que deveria para se vingar, ele deve ser punido. É pena suficiente, se *humilior*, ser sentenciado ao trabalho forçado perpétuo, e, se um *honestior*, ser relegado para uma ilha. (Dig. 48. 5, 38, 8)²¹⁴

Interessante notar que esta medida iguala a pena do marido assassino à do adúltero quando o primeiro é um *honestior*. Ou seja, se o marido pertencesse à categoria dos *honestiores* era prevista a mesma pena que já era prevista para o adúltero, o exílio em ilha. *Honestiores* representam uma categoria jurídica que se caracteriza por alguma distinção política ou militar, faziam parte dela, por exemplo, senadores, equestres, decuriões e veteranos e seus familiares. Tipos de punições eram determinadas de acordo com a oposição entre *honestiores* e *humiliores*, que eram aqueles que não possuíam tais distinções. Crucificação, tortura e outros castigos corporais eram mais aplicados aos *humiliores*²¹⁵.

A adição desta medida à ‘Lei Júlia sobre adultério’ e esta distinção de categorias jurídicas relacionadas a uma hierarquia social delimitada e caracterizada por formas de punição muito lembra a antiga forma como o adultério era tratado no Brasil. Muito lembra, também, a figura jurídica do ‘crime passional’ no nosso país e sua relação com a criminalização do adultério e, portanto, consideramos válido apresentar um breve estudo sobre o assunto.

Não temos como objetivo situar as “raízes” do fenômeno ‘crime passional’ no Direito Romano, e muito menos fazer uma história comparativa entre as sociedades romanas e brasileiras. Trata-se, apenas, de alguns apontamentos sobre a situação do adultério na legislação brasileira, apresentando a sua relação com a figura jurídica do crime passional e com a violência contra a mulher na atualidade.

²¹⁴ Tradução nossa.

²¹⁵ Krause, Jens-Uwe. “*Honestiores/Humiliores*”. In: *Brill’s New Pauly*, Antiquity volumes edited by: Hubert Cancik and Helmuth Schneider. Munich: Brill, 2017. Consulted online on 02 February 2017 http://dx.doi.org/10.1163/1574-9347_bnp_e517020

É muito comum escutar que as leis brasileiras têm como base o Direito Romano²¹⁶. É, também, muito comum escutar que os romanos eram bem disciplinados, prezavam pelas virtudes, eram excelentes militares e estrategistas. Os romanos, que construíram um império duradouro a base de muita guerra e violência, foram perdoados por “criarem” a Europa, o Ocidente, e são constantemente evocados e exaltados como modelos de virilidade.

Entretanto, cabe a nós questionar: em que medida aceitar essa ‘herança’, sem questioná-la, contribui para perpetuar estruturas de poder que reproduzem desigualdades de gênero?

No Brasil colônia a legislação vigente à época, chamada “Ordenações Filipinas”, conferia ao marido o direito de matar a esposa adúltera e seu amante, “salvo se o marido for peão, e o adúltero Fidalgo, ou nosso Desembargador, ou pessoa de maior qualidade”²¹⁷. Poucos anos após a independência, em 1830, passa a vigorar o Código Criminal do Império, que retira o direito à morte e prevê pena de prisão com trabalho de um a três anos para a mulher e o adúltero. Esta mesma punição era prevista para o homem casado que cometesse adultério, mas somente se vivesse em concubinato, ou seja, se tivesse amante “teúda e manteúda”.

O segundo Código Penal brasileiro data de 1890 e mantém as mesmas prerrogativas, somente estende a punição à concubina do marido, além do co-réu adúltero. Entretanto, este código traz duas novidades que vão interferir fortemente no modo como os assassinatos de mulheres serão tratados desse momento em diante. A primeira novidade é que o adultério é situado como crime “contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público

²¹⁶ A influência do Direito Romano no Direito Brasileiro se deu várias formas. M. Cavicchioli aponta que: “Nosso direito baseou-se, em sua origem, no direito romano, que em grande parte chegou até nós através do direito português. Por vezes isto se deu como continuidade de valores, outras como reapropriações contemporâneas de valores antigos e ainda como uma renovação de determinadas leis que tiveram como base preceitos da antiguidade”. In: CAVICCHIOLI, Marina R. Sexualidades antigas e preocupações modernas: a moral e as Leis sobre a conduta sexual feminina. In: GRILLO, José Geraldo Costa; GARRAFFONI, Renata Senna & FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Sexo e violência: Realidades antigas e questões contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2011, p. 141.

²¹⁷ *Apud* KOSOVSKI, Ester. **O “crime” de adultério**. Rio de Janeiro: Mauad, série jurídica, 1997, p. 50.

ao pudor”²¹⁸. A segunda novidade é que, no que diz respeito aos homicídios, este código prevê a isenção da culpa para aqueles “que se acharem em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”²¹⁹. Essas duas novidades darão margem para o desenvolvimento do fenômeno denominado “crime passional”.

A configuração do adultério como um crime que atentava contra a honra enfatizou a possibilidade de alegar que a defesa de tal honra implicava em ‘lavá-la com sangue’. A isto combinou-se a isenção de culpa, que era voltada para alienados mentais, mas nem por isso deixou de ser uma brecha para alojar assassinatos de mulheres. Como destaca M. Corrêa:

Os advogados de defesa de maridos, noivos, namorados ou amantes, assassinos de suas companheiras, passaram a afirmar então que a *paixão* era uma espécie de loucura momentânea, tornando irresponsáveis na ocasião do crime os que estavam por ela possuídos²²⁰.

Este Código Penal teve sua vigência entre 1890 e 1940 e é considerado como grande responsável pela fama do “crime passional”, visto que apresentava elementos que permitiam advogados, promotores e juízes a promoção da absolvição de assassinos de adúlteros.

Foi Getúlio Vargas quem promulgou o último Código Penal brasileiro, em 1940. Este é o código que se encontra em vigor até os dias atuais. Entretanto, não é mais possível encontrar nele o crime do adultério, revogado por Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, com a promulgação da Lei n. 11.106.

Durante o período entre 1940 e 2005, o crime do adultério figurava no Código Penal no âmbito “Dos Crimes contra a Família”, mais precisamente no capítulo 1, sobre “Crimes contra o Casamento”. Segue o texto original do artigo referente a ele, o artigo 240:

²¹⁸ *Apud* KOSOVSKI, 1997, p. 51.

²¹⁹ *Apud* CORRÊA, 1981, p. 21.

²²⁰ CORRÊA, 1981, p. 22.

Adulterio

Art. 240. Cometer adultério:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses.

§ 1º Incorre na mesma pena o co-réu.

§ 2º A ação penal somente pode ser intentada pelo cônjuge ofendido, e dentro de um mês após o conhecimento do fato.

§ 3º A ação penal não pode ser intentada:

I - pelo cônjuge desquitado;

II - pelo cônjuge que consentiu no adultério ou o perdoou, expressa ou tacitamente.

§ 4º O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I - se havia cessado a vida em comum dos cônjuges;

II - se o querelante havia praticado qualquer dos atos previstos no art. 317²²¹ do Código Civil²²².

Importante notar que o Código Penal de 1940 traz uma noção de igualdade com relação aos direitos e deveres de homens e mulheres no que diz respeito ao comprometimento e fidelidade no casamento. Esta noção continua em vigor no Código Civil brasileiro. Ou seja, a abolição do crime do adultério em 2005 não significou a anulação total do adultério na legislação brasileira. O Código Civil de 2002 já reiterava a fidelidade como parte do contrato entre os cônjuges, situando o adultério como um dos motivos que “podem caracterizar

²²¹ CC/16 - Lei nº 3.071 de 01 de Janeiro de 1916

Art. 317. (Revogado pela Lei n.º 6.515, de 1977)

Texto original: A ação de desquite só se pode fundar em algum dos seguintes motivos:

I. Adultério.

II. Tentativa de morte.

III. Sevícia, ou injúria grave.

IV. Abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos.

²²² Para o texto original do Código Penal de 1940, ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>

impossibilidade da comunhão de vida”²²³, e, portanto, causa legítima para pedido de separação judicial.

A descriminalização do adultério na legislação brasileira foi vista com otimismo por especialistas da área do Direito, que já vinham alertando sobre os prejuízos de sua presença no Código Penal. E. Kosovski, por exemplo, em seu livro intitulado “O ‘Crime’ de Adultério”, publicado em 1997, elencou quinze razões que justificariam a retirada do adultério do Código Penal. Ao expor estas razões, a autora alega que o crime do adultério se tornou tipificação anacrônica e obsoleta diante da possibilidade do Divórcio, introduzido em 1977, uma vez que esse permitia a dissolução do casamento sem a necessidade da alegação de faltas por parte de um dos cônjuges. A autora argumenta, também, que “apesar da sua prática numerosa, a penalização quase não ocorre”²²⁴. Nesse sentido, afirma que processos criminais baseados no artigo 240 do Código Penal eram muito raros, tornando-o inútil. E, além disso, destaca que quando acusações eram processadas, eram levadas a cabo por motivos arbitrários relacionados à vingança por parte de um dos cônjuges. Dessa forma, a autora ressalta que:

A verificação, por índices oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, de flagrantes de adultério, que são encaminhados às Varas de Família, ou nem mesmo o são e servem apenas para pressionar o cônjuge faltoso a abrir mãos dos bens ou dos filhos. Isto é, como motivo para verdadeiras chantagens com o objetivo de colher resultados econômicos ou então por simples vingança que vai se refletir negativamente nos filhos²²⁵.

Entretanto, a autora não poderia prever que a presença do adultério como motivo legal para separação judicial como previsto no Código Civil acarretaria problemas semelhantes. A partir dos elementos apresentados por esse código, advogados encontraram ser possível solicitar a indenização por parte de um dos cônjuges, quando comprovado danos decorrentes

²²³ Artigo 1.573 do Código Civil. Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm

²²⁴ KOSOVSKI, 1997, p. 184.

²²⁵ *Ibid.*, p. 184.

do adultério²²⁶. Tal prática vem se tornando cada vez mais frequente depois da retirada do adultério do Código Penal, em 2005, e já conta com um Projeto de Lei (PL 2387/2015) em tramitação na Câmara dos Deputados²²⁷. De autoria de um dos membros da chamada “Bancada Evangélica”, a PL propõe a inserção da indenização como medida “disciplinante” e “pedagógica”, alegando a necessidade do retorno da punição pelo ato do adultério como forma de proteção à instituição da família.

Entretanto, a defesa da criminalização e/ou punição do adultério não se relaciona somente a demandas de setores conservadores. Nota-se, por meio de uma breve análise da trajetória do adultério no sistema legal brasileiro, que a criminalização já foi vista como recurso necessário frente ao fenômeno do crime passionai. O advogado Célio de Melo Almada, por exemplo, em seu livro a respeito da ‘Legítima Defesa’ argumenta improbidade no uso desse dispositivo com fins de atenuar a pena em casos de assassinatos relacionados a adultérios. Nesse sentido, o advogado sugere que o recurso da acusação do crime de adultério como previsto em lei atende e faz justiça a favor do indivíduo ofendido, e, portanto, deve ser preterida. Nessa lógica, a presença do adultério configurado como crime na legislação deveria invalidar a possibilidade da alegação de homicídio como crime passionai ou defesa da honra. Nas palavras de Almada:

Distinga-se, pois, na legítima defesa da honra: se a mulher está sendo, ou se encontra na iminência de ser violentada em sua honra, tanto ela como terceiro que a socorra, usando moderadamente dos meios necessários, farão jus à legítima defesa. Mas se a mulher é que acede e concede, se é adúltera e

²²⁶ Um caso de indenização que se tornou famoso ocorreu no Mato Grosso do Sul, em 2008. O marido adúltero foi condenado a pagar a quantia de R\$ 53,9 mil para a ex-esposa em decorrência de danos psicológicos causados a ela. Cf.: MESQUITA, José. Adultério não é crime, mas pode custar caro. In: **Lei e Ordem**: Direito, Jurisprudência, Justiça e Cidadania. (Website – Blog). <http://www.leieordem.com.br/adulterio-nao-e-crime-mas-pode-custar-caro.html> Acesso em: 22 mar. 2017.

²²⁷ BRASIL. **Projeto de Lei (PL 2387/2015)**. Disciplina a responsabilidade civil por violação dos deveres conjugais. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao.jsessionid=937A041ABAA42262EA6280D44FA4C025.proposicoesWeb?idProposicao=1580226&ord=0> Acesso em: 22 mar. 2017.

prevarica, não há que invocar a legítima defesa em favor do marido. Tem este, no desquite, o meio cível de resguardar o recato e o patrimônio moral da família. Na queixa por adultério, o instrumento criminal de punição dos culpados, se não preferir a nobreza do silêncio, é o castigo do desprezo. O que se não admite é que possa ‘lavar’ a alvura da honra maculada, tingindo a no sangue de uma vida, que nem por mal vivida é vida que nos pertença. O que se não tolera é que o adultério passe a ser, no sistema legal brasileiro, contra toda a tradição civilizadora do país, contra toda a doçura dos nossos foros jurídicos, o único delito punido com pena de morte²²⁸.

Nota-se que o autor destaca o adultério feminino para exemplificar a improbidade do uso da legítima defesa. Entretanto, como vimos, nenhum dos recentes Códigos, Penal e Civil, fazem distinção de gênero quanto ao adultério, situando a fidelidade como dever igual de ambos os cônjuges. E, além disso, muito menos o trecho do Código Penal no qual se baseiam os crimes passionais apresenta alguma referência quanto ao gênero dos envolvidos. Esse trecho explicita apenas que: “Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço”²²⁹.

Desse modo, inferimos que se o autor da citação anterior escolhe por fazer uso do adultério feminino para exemplificar o seu ponto a respeito da legítima defesa em crimes passionais, ele o faz de forma consciente, recorrendo a um fato notório e amplamente conhecido, a saber, que o número de mulheres assassinadas por homens que alegam adultério e solicitam redução da pena é significativamente maior que o inverso.

Temos, então, que o quadro clássico que caracteriza o crime passional é do homem que, perturbado emocionalmente e momentaneamente pela notícia do adultério da esposa, decide matá-la. Entretanto, como ressalta M. Corrêa, esse hipotético cenário raramente é encontrado

²²⁸ ALMADA, *apud* CORRÊA, 1981, p. 64.

²²⁹ Artigo 121.1 do Código Penal. Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art121

dessa forma linear nos processos que alegam crime passionai²³⁰. A autora argumenta haver uma variedade de situações que vão sendo adequadas à retórica forense. De todo modo, o adultério se apresenta como componente importante na narrativa composta por advogados, promotores, juízes e jornalistas e que consolida a concepção de crime passionai na sociedade.

O adultério se mostra como um argumento útil nos pedidos de redução de pena, tanto para homens quanto para mulheres. Contudo, nota-se que o estigma da infidelidade pesa mais sobre as mulheres do que sobre os homens. Ao analisar processos de crimes passionais ocorridos em vários lugares do Brasil no decorrer do século XX, M. Corrêa ressalta que o que se coloca em julgamento são muito mais as condutas sociais do que o crime de homicídio. A autora nota que essas condutas são baseadas em dois conceitos, de acordo com o gênero: o *trabalho* para os homens, e a *fidelidade* para a mulher. Desse modo, indica, por exemplo, a frequência da aprovação do pedido de atenuação de pena por homicídio nos casos em que se alegava que o homem tinha trabalho e cumpria com a função de provedor no lar. Entendia-se que ele cumpria sua função social. E, ainda, entendia-se que, de certo modo, se ele matou a esposa adúltera - e/ou o amante dela -, esta não estava correspondendo quanto ao cumprimento de seu dever, que era exclusivamente o da fidelidade. E, de modo inverso, quando estava a mulher no banco de réu, analisava-se do mesmo modo esses componentes relacionados ao gênero, e, se comprovado que a mulher foi ‘infel’, maiores as chances de seu pedido de atenuação de pena ser recusado²³¹.

Nesse sentido, percebe-se uma duplicidade de tratamento gerados pelo estigma do adultério feminino: ele é utilizado para reduzir a pena de homens acusados de homicídios de mulheres e, ao mesmo tempo, é utilizado para culpabilizar mulheres acusadas de crime da mesma natureza.

²³⁰ CORRÊA, 1981, p.44.

²³¹ *Ibid.*, p. 80-82.

Embora a legislação busque garantir minimamente a igualdade de gênero com relação aos deveres dos cônjuges, além de outros deveres, ela não é expressa de forma real pelo sistema jurídico. A diferença no tratamento quanto aos privilégios assegurados pela figura jurídica do crime passionai, como mostrado acima, é um exemplo claro disso. O estigma da infidelidade feminina, fomentado por um duplo padrão de valores que atribui um sentido mais negativo ao adultério quando cometido pela mulher do que quando cometido pelo homem, encontra espaço para se perpetuar na estrutura jurídica do Brasil.

Neste contexto, nota-se que a inclusão do crime de Feminicídio no rol dos “Crimes Contra a Vida” no Código Penal brasileiro se apresenta como um avanço no sentido de que desvincula o ato de violência contra a mulher de sua situação afetiva/conjugal. O crime de Feminicídio foi incluído pela Lei n. 13.104, de 2015, e se constitui como crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”²³².

A lei sobre feminicídio se coloca como uma continuidade da Lei n. 11.340 (Lei Maria da Penha). Trata-se de uma continuidade positiva no tocante ao ativismo feminista e aos avanços dos estudos de gênero, por uma série de razões.

O termo *feminicídio* surge, no contexto brasileiro, como uma expressão que tem por objetivo dar visibilidade à violência contra as mulheres. Tendo como base o termo *genocídio*, a palavra feminicídio visa chamar atenção para o fenômeno da violência de gênero e, principalmente, para a dimensão do extermínio de mulheres no Brasil²³³.

Embora o termo feminicídio tenha sido escolhido para marcar um fenômeno amplo, ele é comumente utilizado para significar um *femicídio*, ou seja, a morte de uma mulher específica. Este termo, femicídio, é a forma “generificada”, ou seja, com distinção de gênero, da palavra *homicídio*.

²³² Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1

²³³ O Brasil está em quinto lugar no ranking dos países com as maiores taxas de feminicídio. Cf.: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>
Acesso: 11 Set. 2017.

O termo feminicídio busca atribuir caráter público à violência contra mulheres, tratada na maioria das vezes como “violência doméstica”, ou seja, uma violência que estaria circunscrita ao âmbito privado.

De todo modo, feminicídio ou femicídio, ambos os termos foram cunhados para desconstruir estereótipos e combater abordagens que tendem a naturalizar, patologizar e individualizar os casos, tratando-os como crimes passionais, de modo a ocultar a sua verdadeira amplitude. Ou seja, tais termos surgem como tentativa de redefinir e reacender as discussões sobre as experiências das mulheres e sobre a responsabilidade dos homens²³⁴.

Como ressaltam L. Souza e P. Barros, o uso do termo feminicídio faz parte dos avanços no campo do Direito Penal, que atua também em nível simbólico:

A visibilização do gênero dentro dos homicídios contra as mulheres pode ter sua importância como uma das ferramentas aplicadas para alterar padrões de desigualdade, oferecendo uma atuação simbólica do direito sobre as relações de gênero. A criminalização consagra o papel simbólico de demonstrar que tal conduta é reprovável, sinalizando publicamente a questão. Seu efeito simbólico é um elemento importante de formação da identidade e escolhas dos sujeitos, tendo impactos diretos na liberdade e na relação entre os sujeitos. A simbologia é ínsita direito penal, não se confundindo com mero simbolismo. [...] Com a publicização da violência de gênero e a nomeação dos casos em que a dominação das mulheres pela sociedade machista chega ao ápice do assassinato, o recrudescimento do tratamento penal demonstra que comportamentos misóginos não serão aceitos²³⁵.

²³⁴ SOUZA, Luciano Anderson; BARROS, Paula Pécora. Questões controversas com relação à Lei do Feminicídio (Lei N. 13.104/2015). *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 111, p. 263-279, 2016, p. 267.

²³⁵ *Ibid.*, p. 276.

Diferente da Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio se apresenta como um esforço em direção às formas de punição que não fortaleçam a separação entre mulher/vítima e homem/agressor, por si só reflexo de um sistema penal patriarcal, que reforça estereótipos de masculinidade e feminidade, e há muito tempo vem situando a mulher como agente passivo, merecedor de uma tutela especial²³⁶.

Há de se destacar que, ainda recentemente no Brasil, a mulher, quando adúltera, não era tida como vítima, de modo que não era amparada pela justiça, por não ser considerada “mulher honesta”, condição prevista no Código Penal até 2005. É neste sentido que M. Montenegro destaca que:

A relação da mulher com o Direito Penal, historicamente, foi de controle da sua sexualidade. Tanto é assim que nunca existiu uma preocupação com a mulher no tocante ao polo ativo, mas sim em relação ao polo passivo, especificamente para a lei penal nos crimes contra os costumes. Nesses crimes a mulher só poderia ser vítima quando considerada honesta. Na verdade, a figura da mulher honesta ultrapassou os crimes contra os costumes e chegou até mesmo a ser discutida nos crimes contra a vida e contra a integridade física. Basta só recordar a figura da legítima defesa da honra, que justificou, até recentemente, a morte ou a lesão corporal da mulher adúltera. A mulher, quando considerada adúltera, era também desonesta, uma vez que, para a maioria dos autores de Direito Penal, bem como para a jurisprudência majoritária do Brasil, uma mulher que frequentasse mais de um leito não seria considerada honesta. Após inúmeras críticas e alterações legislativas, perdeu força a figura da legítima defesa da honra, que não é mais aceita nem na doutrina nem na jurisprudência e a condição de mulher honesta deixou, no ano de 2005, o Código Penal²³⁷.

²³⁶ *Ibid.*, p. 274.

²³⁷ MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha: Uma análise criminológico-crítica**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2015, p. 195.

Desta forma, podemos dizer que a Lei do Feminicídio se apresenta como mais um passo dado pelas mulheres em um longo caminho de desconstrução do onipotente patriarcado. No contexto brasileiro, ela se apresenta como resultado de um processo global, iniciado há algumas décadas, que busca combater as desigualdades de gênero.

Entretanto, é importante reiterar aquilo que especialistas do Direito Penal vêm alertando: o recrudescimento de punições de nada adianta quando não são adotadas medidas preventivas, e quando não se considera toda a complexidade do contexto que vulnerabiliza as mulheres. As punições, de outro modo, podem contribuir para fomentar as desigualdades. Além disso, a lei penal não função emancipatória²³⁸.

Desta forma, manifesta-se a urgência de políticas públicas que visem combater a violência e as desigualdades de gênero por meio de estratégias que se pautem, por exemplo, na representatividade democrática e em atividades de ensino. É preciso rever o papel da punição no imaginário brasileiro, que muitas vezes considera leis penais como medidas de proteção por excelência, ignorando que elas devem ser o último, e não o primeiro recurso a ser acionado para a construção de uma sociedade mais justa e igual.

²³⁸ SOUZA, BARROS, 2016, p. 275. “o objetivo da lei penal na hipótese não possui cunho emancipador, já que este certamente não é seu papel, mas sim desvelar a maior censurabilidade da conduta frente a um incisivo ataque a um interesse humano fundamental, já vulnerável na realidade concreta”.

BIBLIOGRAFIA:

- **Fontes:**

AUGUSTUS. **Res Gestae Divi Augusti**. Tradução de João Pedro Mendes. In: NOVAK, M. G.; NERI, M. L.; PETERLINI, A. A. (orgs.) *Historiadores latinos. Antologia bilingue*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 125-133.

AUGUSTUS. **Res Gestae Divi Augusti**. Translated by Frederick W. Shipley. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1979.

CAESAR. **The Gallic War**. Translated by H. J. Edwards. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1986.

CICERO. **De Re Publica**. Translated by Clinton Walker Keyes. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1988.

DIO CASSIUS. **Roman History**. Translated by Earnest Cary. London: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1994. (vol. VII)

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. **The Roman Antiquities**. Translated by Earnest Cary. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1990. (vol. I)

GÉLIO, Aulo. **Noites Áticas**. Tradução de José R. Seabra F. Londrina: Eduel, 2010.

HORACE. **Satires**. Translated by H. Rushton Fairclough. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1991.

JOSEPHUS. **Jewish Antiquities**. Translated by Louis H. Feldman. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1996. (books XVIII – XIX)

IUSTINIANI, Augusti. **Digesta**. Latin text edited by Theodor Mommsen and Paul Krueger. Berolini, 1870. (vol. II)

JUSTINIAN. **The Code of Justinian**. Translated by S. P. Scott. Cincinnati: The Central Trust Company, 1932.

JUSTINIAN. **The Institutes of Justinian**. Translated into English by J. B. Moyle, D.C.L. of Lincoln's Inn, Barrister-at-Law, Fellow and Late Tutor of New College, Oxford. (Acesso online pelo Project Gutenberg: <http://www.gutenberg.org/files/5983/5983-h/5983-h.htm>)

LIVY. **History of Rome**. Translated by B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1988. (vol. I, II, IV)

OVÍDIO. **Amores e Artes de Amar**. Tradução de Carlos Ascenso André. São Paulo: Penguin/Cia das Letras, 2011.

PAULUS, JULIUS. **Sententiarum receptarum libri quinque**. (Acesso online: <http://www.intratext.com/X/LAT0621.HTM>)

PLAUTE. **Miles Gloriosus**. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris: Société d'édition "Les Belles Lettres", 1970. (v. IV)

PLAUTO. **O Gorgulho**. Tradução de Walter de Souza Medeiros. Coimbra : Instituto Nacional de Investigação Científica, Textos Clássicos 2, 1978.

PLAUTUS. **Curculio**. Translated by Paul Nixon. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1988. (vol. II)

PLAUTUS. **The little carthaginian (Poenulus)**. Translated by Paul Nixon. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1980. (vol. IV)

PLINY. **Natural History**. Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1983. (vol. III)

PLUTARCO. **Vies Parallèle**. Traduction J. Alexis Pierron. Paris: GF-Flammarion, 1996. (vol. II)

SENECA. **Moral Essays**. Translated by John W. Basore. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1985. (v. 1)

SENECA. **Tragedies – Oedipus. Agamemnon. Thyestes. Hercules on Oeta. Octavia**. Vol. II, edited and translated by John G. Fitch. Cambridge, London: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 2004. (Seneca vol. IX)

SÉNÈQUE. **L'Apocoloquintose du Divin Claude**. Texte établi et traduit par René Waltz. Paris: Société d'édition "Les Belles Lettres", 1934.

STRABO. **The Geography of Strabo**. Translated by H. L. Jones. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1954. (v. 5)

SUETÔNIO & AUGUSTO. **A Vida e os Feitos do Divino Augusto**. Tradução de Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcelos e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SUETONIUS. **The Lives of the Caesars**. Translated by J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1989. (2 v.)

TACITE. **Annales**. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier. Paris: Société d'édition "Les Belles Lettres", 2003. (4 v.)

TÁCITO. **Anais**. Trad. J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952. (Clássicos Jackson, vol. XXV).

TACITUS. **The Annals**. Translated by John Jackson. London: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1991. (vol. I)

TACITUS. **The Histories and The Annals**. Translated by Clifford H. Moore and John Jackson. London: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1979. (vol. III)

TACITUS. **The Annals**. Translated, with introduction and notes, by A. J. Woodman. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2004, p. 217.

TERENCE. **The Eunuch**. Translated by John Sargeaunt. Cambridge: Harvard University Press, The Loeb Classical Library, 1986. (vol. I)

ULPIAN. **The Digest or Pandects of Justinian**. Translated by S. P. Scott. Cincinnati: The Central Trust Company, 1932.

- **Obras de referência:**

BERGER, Adolf. **Encyclopedic Dictionary of Roman Law**. Philadelphia: Transactions of the American Philosophical society. Vol. 43, part 2, 1953.

CANCIK, Hubert; SCHNEIDER, Helmuth (ed.). **Brill's Encyclopaedia of the Ancient World New Pauly**. Leiden: Brill, 2006.

GALLINO, Luciano. **Dicionário de Sociologia**. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2005.

GLARE, P. G. W. (ed.) **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 1982.

LEWIS, T. Charlton. (ed.) **A Latin Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

LIGHTMAN, Marjorie and LIGHTMAN, Benjamin. **A to Z of Ancient Greek and Roman Woman**. New York: Facts on File, Inc., 2008.

HIRATA, H.; LABORIE, F; Le DOARÉ H. & SENOTIER, D. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony (ed.). **The Oxford Classical Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HOWATSON, M. C.(ed.) **The Oxford Companion to Classical Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

- **Livros, artigos, leis, sites:**

AGNOLON, Alexandre. **O catálogo das mulheres: os epigramas misóginos de Marcial**. São Paulo: Humanitas, 2010.

AZEVEDO, Sarah F. L. As ideias de ordem e desordem imperiais relacionadas às leis matrimoniais de Augusto: uma análise sob a ótica das relações de gênero. **Revista Mare Nostrum**, vol. 5, p. 44-58, 2014.

_____. **História, Retórica e Mulheres no Império Romano**: um estudo sobre as personagens femininas e a construção da imagem de Nero na narrativa de Tácito. Ouro Preto: Edufop, 2012.

BAUMAN, Richard. **Impietas in principem**: A study of treason against the Roman emperor with special reference to the first century A.D. Munich: C. H. Beck, 1974.

_____. **Crime and punishment in Ancient Rome**. London and New York: Routledge, 1996.

_____. Some remarks on the structure and survival of the *Quaestio de adulteriis*. **Antichthon**, v. 2, p.68-93, 1968.

BENKE, Nikolaus. On the Roman father's right to kill his adulterous daughter. **The history of the family**, 17:3, p. 284-308, 2012.

BOCAGE, Manuel Maria Barbosa du. **Poesias Eróticas, Burlescas e Satíricas**. Braga: Edições Vercial, 2010.

BRASIL. **Código Civil**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm

Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. **Código Penal**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. **Código Penal de 1940**. (Texto original).

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 07 de Agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. (Lei Maria da Penha).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 09 de Março de 2015**. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13104.htm#art1

Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei (PL 2387/2015)**. Disciplina a responsabilidade civil por violação dos deveres conjugais.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao.jsessionid=937A041ABAA42262EA6280D44FA4C025.proposicoesWeb2?idProposicao=1580226&ord=0>

Acesso em: 22 mar. 2017.

CANTARELLA, Eva. **Bisexuality in the Ancient World**. New Haven, CT and London: Yale University Press, 1992.

_____. Homicides of Honor: The development of Italian Adultery Law over Two Millennia. In: KERTZER, David I; SALLER, Richard. **The Family in Italy: from Antiquity to the Present**. New Haven and London: Yale University Press, 1991, p.229-244.

_____. **Los suplicios capitales en Grecia y Roma**. Madrid: Akal, 1996.

_____. Fathers and sons in Rome. **The Classical World**, vol. 96, n. 3, p. 281-298, 2003.

CAVICCHIOLI, Marina R. Sexualidades antigas e preocupações modernas: a moral e as Leis sobre a conduta sexual feminina. In: GRILLO, José Geraldo Costa; GARRAFFONI, Renata Senna & FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Sexo e violência: Realidades antigas e questões contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2011, p. 137-150.

CHAPLIN, Jane D. **Livy's Exemplary History**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CORBIER, Mireille. "Male power and legitimacy through women: the *domus Augusta* under the Julio-Claudians". In: HAWLEY, Richard and LEVICK, Barbara. **Women in Antiquity: New assessments**. London: Routledge, 1995, p.178-193.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História, v. 33)

CROOK, J. A. **Law and Life in Rome**. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

DIXON, Suzanne. Rape in Roman law and myth. In: **Reading Roman Women**. London: Bristol Classical Press, Duckworth, 2001, p. 45-55.

ECK, Werner. **The age of Augustus**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. (first edition: 1998)

EDER, Walter. Augustus and the power of tradition. In: GALINSKY, K. **The Cambridge Companion to the age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 13-33.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.

EDWARDS, Catharine. **The politics of immorality in ancient Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. Unspeakable professions: public performance and prostitution in Ancient Rome. In: HALLETT, Judith P.; SKINNER, Marilyn B. (Org.). **Roman Sexualities**. Princeton: Princeton University Press, 1997, p. 66-95.

FAGAN, Garrett G. Messalina's Folly. **The Classical Quarterly**. Vol. 52, n. 2, p. 566-579, 2002.

FAVRO, Diane. Making Rome a World City. In: GALINSKY, K. **The Cambridge Companion to the age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 234-263.

GALINSKY, Karl. **Augustan Culture**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

GARCIA, Janaina. Um dos homens que mataram ambulante foi "vítima de infidelidade", diz delegado. **UOL**, São Paulo, 27 Dez. 2016.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/12/27/um-dos-homens-que-mataram-ambulante-foi-vitima-de-infidelidade-diz-delegado.htm>

Acesso em: 22 Jan. 2017.

GARDNER, Jane F. **Women in Roman Law and Society**. London: Routledge, 1986.

GARNSEY, Peter. Adultery Trials and the survival of the *quaestiones* in the severan age. **The Journal of Roman Studies**, v. 57, n. 1/2, p. 56-60, 1967.

GAUGHAN, Judy E. **Murder was not a crime: homicide and power in the Roman Republic**. Austin: University of Texas Press, 2010.

GEORGOUDI, Stella. Bachofen, o matriarcado e a antiguidade: reflexões sobre a criação de um mito. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente** (v.1). Tradução de Maria H. C. Coelho, Irene M. Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 569-589.

GINSBURG, Judith. **Representing Agrippina: construction of female power in the early Roman Empire**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOODY, Jack. **O Oriental, o Antigo e o Primitivo: os sistemas de casamento e a família nas sociedades pré-industriais da Eurásia**. Tradução de Mary A. L. Barros. São Paulo: Edusp, 2008. (Edição original, 1990)

GRIFFITHS, M. D. Addicted to love: the psychology of sex addiction. **Psychology Review**, 8, p. 20-23, 2001.

GRUBBS, Judith Evans. **Women and the Law in the Roman Empire: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood**. London: Routledge, 2002.

GUARINELLO, Norberto L. Revalorização d'*A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Humanitas/Xamã, 1996, p. 89-96.

HARRIES, Jill. **Law and crime in the Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HARRIS, W. V. Child-exposure in the Roman Empire. **The Journal of Roman Studies**, v. 84, p. 1-22, 1994.

HEILBORN, M. L. Amor, conjugalidade e família: traição e violência têm vez? In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: SESC/Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 119-128.

JOSHEL, Sandra R. Female Desire and The Discourse of Empire: Tacitus's Messalina. **Signs**, v. 21, n.1, p. 50-82, 1995.

_____. "The body female and the body politic: Livy's Lucretia and Verginia". In: MCCLURE, Laura K. (ed.). **Sexuality and Gender in the Classical World**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002, p. 163-190.

KRAUSE, Jens-Uwe. "Honestiores/Humiliores". In: **Brill's New Pauly**, Antiquity volumes edited by: Hubert Cancik and Helmuth Schneider. Munich: Brill, 2017. Consulted online on 02 February 2017 http://dx.doi.org/10.1163/1574-9347_bnp_e517020

KOSOVSKI, Ester. **O "crime" de adultério**. Rio de Janeiro: Mauad, série jurídica, 1997.

LANGLANDS, Rebecca. **Sexual morality in Ancient Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LEITE, Letícia Batista Rodrigues. Homossexualidade feminina na Antiguidade? Ensaio em torno dos trabalhos de Sandra Boehringer. **Clássica**, v. 26, n. 2, p. 227-238, 2013.

LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1986.

LEVICK, Barbara. Historical Context of the *Ab Urbe Condita*. In: MINEO, Bernard (ed.). **A companion to Livy**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015, p. 24-36

_____. The *Senatus Consultum* from Larinum. **The Journal of Roman Studies**. Vol. 73, p. 97-115, 1983.

L'HOIR, Francesca Santoro. Tacitus and Women's Usurpation of Power. **The Classical World**, v. 88, n.1, 1994.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e "do lar". **Veja**, São Paulo, 18 Abr. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>
Acesso em: 9 Set. 2017.

LINTOTT, Andrew. **The constitution of the Roman Republic**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LOMBROSO, Caesar; FERRERO, William. **The Female Offender**. New York: D. Appleton and Company, 1897.

_____. **La donna delinquente, la prostituta e la donna normale**. Nuova Edizione Economica. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1903. (1ª ed.: 1893)

MARTINS, Paulo. Rumor, Lei e Elegia: Considerações sobre Propércio, 2.7. **Archai**, n. 15, p. 43-58, 2015.

MCGINN, Thomas A. J. The SC from Larinum and the Repression of Adultery at Rome. **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, Bd. 93, p. 273-295, 1992.

_____. The legal definition of prostitute in late Antiquity. **Memoirs of the American Academy in Rome**. Vol. 42, p. 73-116, 1997.

_____. **Prostitution, Sexuality, and the Law in Ancient Rome**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

_____. Missing Females? Augustus' encouragement of marriage between freeborn males and freedwomen. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**. Bd 53, H.2, p. 200-208, 2004.

MESQUITA, José. Adultério não é crime, mas pode custar caro. In: **Lei e Ordem**: Direito, Jurisprudência, Justiça e Cidadania. (Website – Blog). <http://www.leieordem.com.br/adulterio-nao-e-crime-mas-pode-custar-carro.html> Acesso em: 22 mar. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILNOR, Kristina. Augustus, History, and the landscape of the law. **Arethusa**, vol. 40, n. 1, p. 7-23, 2007.

_____. **Gender, domesticity, and the age of Augustus**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MINEO, Bernard (ed.). **A companion to Livy**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha: Uma análise criminológico-crítica**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2015.

MORGANTE, Mirela Marin. Mulheres, Gênero e Patriarcado: novas categorias da pesquisa histórica. **Cadernos de História**, Ano IX, n. 1, 2014.

MOUSOURAKIS, George. **A Legal History of Rome**. London: Routledge, 2007.

OLSON, Kelly. *Matrona and Whore: Clothing and definition in Roman Antiquity*. In: FARAONE, Christopher A.; MCCLURE, Laura K. (ed.) **Prostitutes and Courtesans in the Ancient World**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2006, p. 186 -204.

PARKER, Holt N. Why Were the Vestal Virgins? Or the chastity of women and the safety of the roman state. **The American Journal of Philology**, vol. 125, n.4, p. 563-601, 2004.

PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PATERSON, Jeremy. Friends in high places: the creation of the court of the Roman emperor. In: SPAWFORTH, A. J. S. (ed.) **The Court and Court Society in Ancient Monarchies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 121-156.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PUCCINI-DELBAY, Géraldine. La répression privée et publique de l'adultère. In: **La vie sexuelle à Rome**. Paris: Éditions Tallandier, 2007, p. 85-101.

RUTLEDGE, Steven H. **Imperial Inquisitions: prosecutors and informants from Tiberius to Domitian**. London and New York: Routledge, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLER, Richard. *Patria potestas* and the stereotype of the Roman Family. **Continuity and Change**, 1, p. 7-22, 1986.

SALLES, Catherine. **Nos submundos da Antiguidade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEALEY, Raphael. Women in the Roman Republic. In: **Women and Law in Classical Greece**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990, p. 96-109.

SEVERY, Beth. **Augustus and the family at the birth of the Roman Empire**. New York and London: Routledge, 2003.

SHAW, Brent D. Raising and Killing Children: Two Roman Myths. **Mnemosyne**, vol. 54, p. 31-77, 2001.

SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas**, 2, 1, p. 92-113, 2011.

SOUZA, Luciano Anderson; BARROS, Paula Pécora. Questões controversas com relação à Lei do Feminicídio (Lei N. 13.104/2015). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 111, p. 263-279, 2016.

STEINWASCHER, Helmut, **A procriação e o interesse da *res publica***: uma análise das leis matrimoniais de Augusto. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

STRATTON, Kimberly B. **Naming the witch: magic, ideology and stereotype in the ancient world**. New York: Columbia University Press, 2007.

STAPLES, Ariadne. **From Good Goddess to Vestal Virgins: sex and category in Roman religion**. London: Routledge, 1998.

SULLIVAN, J. P. **Martial: the unexpected classic: a literary and historical study**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SYME, Ronald. Livy and Augustus. **Harvard Studies in Classical Philology**, vol. 64, p. 27-87, 1959.

TANG-MARTINEZ, Zuleyma. Data should smash the biological myth of promiscuous males and sexually coy females. **The conversation**, US, 20 jan. 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/data-should-smash-the-biological-myth-of-promiscuous-males-and-sexually-coy-females-59665>
Acesso em: 29 abr. 2017.

TREGGIARI, Susan. Sexual Relations. In: **Roman Marriage: Iusti Coniuges** from the time of Cicero to the time of Ulpian. Oxford: Clarendon Press, 1991, p. 262-319.

_____. Social status and social legislation. In: BOWMAN, Alan K. *et alii*. **The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire, 43 B.C.-A.D. 69**. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 873-904.

VEIGA, Janio Celso Silva. **Lei das Doze Tábuas: Linguagem e Contexto**. 2008, 111p. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: SESC/Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 119-128.

VOLTERRA, Edoardo. Divorzio (Diritto Romano). In: **NNDI**, 6, p. 62-64, 1960.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Family and inheritance in the augustan marriage-laws. **Proceedings of the Cambridge Philological Society**, 27, p. 58-80, 1981.

_____. The imperial court. In: BOWMAN, Alan K. *et alii*. **The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire, 43 B.C.-A.D. 69**. Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 283-308.

_____. The Roman Imperial Court: Seen and unseen in the performance of power. In: DUINDAM, J.; ARTAN, T. & KUNT, M.; **Royal Courts in Dynastic States and Empires: A Global perspective**. Leiden: Brill, 2011.

WINTERLING, Aloys. **Aula Caesaris: Studien zur Institutionalisierung des römischen Kaiserhofes in der Zeit von Augustus bis Commodus**. Munich: R. Oldenburg, 1999.

WYKE, Maria. *Meretrix Augusta: Messalina 1870s – 1920s*. In: **The Roman Mistress: Ancient and Modern Representations**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 321- 349.